UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Odilon Máximo de Moraes

Organização Espacial da Indústria Nordestina: o Ceará e
Alagoas em um Novo Contexto

São Paulo

2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

VERSÃO CORRIGIDA

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA NORDESTINA:
o Ceará e Alagoas em um Novo Contexto

Odilon Máximo de Moraes

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana.

Orientação:
Prof. Dr. Armen Mamigonian

**São Paulo
2012**

A Ágda Lís, pela felicidade que nos deu
no curto tempo que esteve conosco.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

d586o de Moraes, Odilon Maximo
Organização Espacial da Indústria Nordestina: o
Ceará e Alagoas em um Novo Contexto / Odilon
Maximo de Moraes ; orientador Armen Mamigonian. -
São Paulo, 2012.
231 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. Ceará. 2. Alagoas. 3. Indústria. 4. Nordeste.
5. Território. I. Mamigonian, Armen , orient. II.
Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha amada mãe, por quem tenho muito amor e admiração. Queria ter eu sua força e coragem.

A Maria Edineyque é mais que uma companheira, faz parte de mim. Obrigado pela força, paciência e amor. Por dividir comigo as alegrias e angustias dessa longa caminhada que começou no mestrado. Sem você jamais teria chegado aqui.

Aos meus filhotes Gabriel e Guilherme por serem filhos maravilhosos e por compreenderem as ausências. Papai agora vai poder jogar futebol e videogame com vocês.

Aos meus irmãos, Horácio por ter assumido a figura paterna, pelo cuidado e dedicação; Ágda pela eterna doação de alegria e carinho; Valdenir pelos bons momentos que sempre nos deu. Sua presença em São Paulo conosco, deu para mim, Ediney e para os meninos muita felicidade; a João Anísio agradeço pelos maravilhosos momentos de infância inteira juntos. Agora com o transplante nos unimos de vez.

Aos meus sobrinhos(as), cunhado(as), e a minha sogra Dona Mazé.

Ao professor Armen Mamigonian pela sabedoria de suas orientações. Por permitir enxergar a realidade nordestina com outros olhos. Pela simplicidade e gentileza. Obrigado pela paciência e compreensão.

Aos amigos do Laboplan pela carinhosa recepção. Agradeço a todos, em especial a Aninha, aos professores Fabio Contel e Monica Arroyo.

A Manoel Fernandes, obrigado pelo acolhimento em seu lar, por compartilhar desuas amizades (Cleuza, Dulce, Roberta, Sandra, Urbano...) mas bem como, pelo companheirismo e amizade. Você é um irmão que escolhemos ter.

A Dhiego Medeiros que se tornou um dos meus melhores amigos e hoje faz parte da família. Obrigado pelo companheirismo e por aquele docinho de leite maravilhoso lá de Girau. Ao amigo Daniel Huertas pela amizades sincera e leal. Obrigado pelas boas conversas e pelos momentos de estudo. Valeu pela viagem de volta para minha terra. Afinal, “só a Bahia é uma viagem!”.

A todos os amigos da Universidade Estadual de Alagoas. Aos colegas do Departamento de Geografia do Campus III pelo apoio. Um agradecimento especial a Antônio Alfredo, pela grande amizade e apoio que deu nos momentos de maior dificuldade.

A Universidade Estadual de Alagoas pelo afastamento para qualificação.

A Fundação de Amparo a Pesquisa de Alagoas – FAPEAL pela bolsa de doutorado.

Resumo

MORAIS, Odilon Máximo de. **Organização espacial da indústria nordestina: o Ceará e Alagoas em um novo contexto**. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

A industrialização se manifesta de forma desigual pelo território. No Brasil ela desenvolveu-se mais intensamente no Centro-Sul. Os Estados nordestinos precocemente vivenciaram a industrialização, contudo, não conseguiram modernizar na velocidade necessária que exige um mercado integrado. Recentemente o Nordeste vem tendo um desempenho superior ao brasileiro, atraindo indústrias, modernizando o território e criando empregos. Buscar compreender esse fenômeno permite criar políticas que reduzam a desigualdades regionais. Parte-se do conceito de formação socioespacial e combinações. Tem como objetivo central fazer um panorama da distribuição dos estabelecimentos industriais pelo território cearense e alagoano, verificando a geração de emprego, guerra fiscal e territorial, expansão do meio técnico e as principais formas de uso desses territórios. Buscar-se-á fazer um levantamento dos principais fluxos de exportações e importações industriais no intuito de dimensionar suas economias no contexto local e global. Como resultado, observa-se que o crescimento recente do Nordeste deve-se a diversos elementos, tais como, a reestruturação dos setores têxteis e de calçados. Algumas outras indústrias vêem o mercado consumidor crescente do no Nordeste uma ótima possibilidade de trocas. Esse crescimento assumiu feições desiguais também no interior do Nordeste, visto que existem áreas que se desenvolvem mais do que outras. No Ceará, ela se desenvolve nos setores que utilização mão-de-obra barata como o setor de calçados e o setor têxtil. Em Alagoas, o desenvolvimento além de ser mais lento, ocorre no setor que necessita ao mesmo tempo utilizar muita mão de obra barata nas lavouras e um trabalho técnico especializado nas usinas.

Palavras-chaves: Ceará, Alagoas, Indústria, Nordeste, território

Abstract

MORAIS, Odilon Maximo de. Modernizations and Territorial Formation: industrialization in Ceará and Alagoas. São Paulo, 2012. Thesys (Doctored in HumanGeograhly) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

Industrialization manifests unevenly across the territory. In Brazil she developed more intensively in the Mid-South of Brazil. The northeastern states of Brazil experienced early industrialization, yet failed to modernize the necessary speed that requires an integrated market. Recently, the Northeast is managing to attract industries, is modernizing and increasing the number of jobs. when we understand this phenomenon, the country can allows to create policies that reduce regional inequalities. Starts with the concept “social formation”. It aims to do an overview of central distribution of industrial establishments through the territory of Ceará and Alagoas, checking job creation, fiscal war and territorial expansion of the technical means and the main forms of use of these territories. Search will do a survey of the main flows of industrial exports and imports in order to scale their savings in local and global context. As a result it is observed that the recent growth of the northeast has to do with many factors, such as the restructuring of the textile and footwear. Some other industries are growing in the consumer market in the Northeast. This growth features uneven form in the Northeast. In Ceará it develops in sectors that use cheap labor as the footwear industry and the textile industry. Already in Alagoas development besides being more slow, occurs in the industry with very cheap labor.

Keyword: Ceará, Alagoas, Industry, Northeast, Territory

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1. Maiores empresas industriais do ramo alimentício (volume de vendas) produtoras de biscoitos, confeitos e aperitivos salgados sólidos de acordo com a revista Super Varejo-2005 p. 140

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 Frentes pioneiras na ocupação do território alagoano

Figura 1.2– Estradas de Ferro do Nordeste Oriental – 1909

Figura 1.3 - Planta da projeção da Estrada de Ferro Central da Província de Alagoas – 1872

Figura 3.1- Mapa do calçado no Brasil - Fonte. Relatório ABICALÇADOS, 2012.

Figura 3.2 - Grendene Sobral-

Figura 3.3 - Localização das unidades industriais da Paquetá Calçados Ltda.

Figura 3.4 - Tempo de Trânsito a partir dos centros de distribuição- Paquetá Calçados Ltda

Figura 3.5. Unidades Vulcabrás/Azaléia S.A

Figura 3.6. Localização das unidades-Dakota

Figura 3.7 Pólo Moageiro- Porto do Mucuripe- Fortaleza- CE

Figura 3.8Pólo Moageiro- Porto do Mucuripe- Fortaleza- CE

Figura 3.9 Moinho Dias Branco- Fortaleza – Ceará

Figura 3.10-Volume de vendas totais do Grupo m. Dias Branco, no segundo trimestre de 2001 e o segundo trimestre de 2012 –Volume de vendas por linha de produto, mesmo período

Figura 3.11- Vicunha Unidade I – Maracanaú

Figura 3.12- Vicunha Unidade I – Maracanaú

Figura 3.13- Vicunha Unidade III – Pacajús

Figura 3.14 Textil Bezerra de Menezes

Figura 4.1- Visão da unidade Brakem em Maceió e o Pólo Multifábrica Industrial José Aprício Vilela (PJAV) no município de Marechal Deodoro

Figura 4.2- Visão da unidade Brakem em Maceió

Figura 4.3- Visão da unidade Pólo Multifábrica Industrial José Aprício Vilela (PJAV) no município de Marechal Deodoro

Figura 4.4- Visão da unidade Pólo Multifábrica Industrial José Aprício Vilela (PJAV) no município de Marechal Deodoro

Figura 4.5- Distribuição das áreas no Pólo Multifábrica Industrial José Aprício Vilela de acordo com as empresas implantadas e em implantação

Figura 4.6 - Unidade da Krona em Marechal Deodoro – Al.

Figura 4.7- Unidade da CorrPlastik em Marechal Deodoro

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – Resumo da produção industrial do Ceará, em 1893.

Tabela 2.2 – Modernização das indústrias têxteis do Nordeste – SUDENE

Tabela 2.3 – Distribuição percentual das indústrias incentivadas do Nordeste, segundo os fatores que influenciaram sua localização por estado na primeira ordem de importância – 1988.

Tabela 2.4: Fatores que influenciaram a localização da empresa no estado do Ceará, segundo as áreas de desenvolvimento regional (ADRs) – Ceará – 1998.

Tabela 2.5: Fatores que influenciaram a localização da empresa no estado do Ceará, segundo gênero – Ceará – 1998

Tabela 2.6 – Taxas de abatimento do ICMS e anos de carência por região – Ceará

Tabela 2.7- Tabela com cálculo dos incentivos das empresas e benefícios

Tabela 2.8 – Distribuição do número de estabelecimentos e trabalhadores industriais em Fortaleza e Ceará por classes de empregados – 1986 e 2000.

Tabela 3.1–Taxa média anual de crescimento do PIB (%).Estados, Nordeste e Brasil

Tabela 3.2 - A evolução da produção industrial (%) – Ceará e Brasil – 2007 a Jan-fev./2012.

Tabela 3.3 – Número de trabalhadores e porcentagem por salário mínimo médio no setor calçadista – CE, SP e RS – 1994, 2000 e 2011.

Tabela 3.4 – Número de trabalhadores e porcentagem por salário mínimo médio no setor têxtil e de confecção – CE, SP e SC – 1994, 2000 e 2011.

Tabela 3.5 – Percentual de empregados que recebem até 2 salários mínimos na indústria têxtil nos anos de 1985, 2000 e 2011.

Tabela 4.1: Numero de empregados em usinas por município

Tabela 4.2 – Emprego na indústria

Tabela 4.3 – Numero de estabelecimentos com mais de 10 empregados.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1– exportação de algodão pelo porto de Fortaleza, de 1845 a 1944

Gráfico 2.2 – Distribuição espacial das indústrias incentivadas pela SUDENE no Ceará – 1963 a 1979

Gráfico 2.3– Percentual da distribuição geográfica dos estabelecimentos industriais com mais de 100 empregados - Ceará – 1986/ 2000/ 2011

Gráfico 2.4 – Percentual do número de trabalhadores industriais dos principais municípios com indústrias com mais de 100 empregados - Ceará 1986/ 2000/ 2011

Gráfico 3.1– Evolução do número de emprego na atividade industrial no Brasil - 1986 a 2011

Gráfico 3.2– Evolução do emprego na atividade industrial no Nordeste - Brasil - 1986 a 2011

Gráfico 3.3 – Evolução do emprego na atividade industrial dos estados do Ceará, Pernambuco e Bahia - 1986 a 2011.

Gráfico 3.4 – Evolução do emprego nos setores indústrias cearenses

Gráfico 4.1–Emprego na indústria nas mesorregiões alagoanas - 2011

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1.1 - Panorama da Feira de Piranhas, em 1869.

Foto 1.2 –Vapor Paulo Affonso carregando lã, couros e sacas de barrigudas.1869

Foto 1.3 – Vapores no Povoado de Cima, em Piranhas – 1869

Foto 3.1- Grendene Sobral

Foto 3.2- Vulcabrás Horizonte-Ceará

Foto 3.3 Prédio M. Dias Branco- Fortaleza- Ceará

Foto 3.4 Santana Textil S.A – Horizonte

Foto 3.5 Santana Textil S.A – Horizonte

Foto 4.1 HidroelétricaGranjeiro, de 1924, produz 250 K.V.A

Foto 4.2 : Cortadores da usina Marituba do Grupo Carlos Lyra

Foto 4.3- Terminal Maritimo. ALGÁS- Braskem - Maceió-AL

Foto 4.4- Braskem - Maceió-AL

Foto 4.5- Central logística- transportadoras

Foto 4.6- Central Cargas

Foto 4.7- Braskem S.A.-Marechal Deodoro-AL.

Foto 4.8- Braskem S.A.-Marechal Deodoro-AL.

Foto 4.9- Nova fábrica da Braskem S.A.-Marechal Deodoro-AL.

Foto 4.10- Unidade da Krona em Marechal Deodoro – Al.

Foto 4.11- Polo Multissetorial Governador Luiz Cavalcante (PMLC) – Maceió

Foto 4.12- Polo Multissetorial Governador Luiz Cavalcante (PMLC) - Maceió

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
PARTE I: O SERTÃO VAI VIRAR MAR E O MAR VAI VIRAR SERTÃO	24
Capítulo 1 – A formação socioespacial nordestina e a gênese e evolução da indústria em Alagoas e no Ceará	24
1.1 O mar avança o Sertão: o sistema canavieiro e a formação de um Nordeste açucareiro	26
1.2 O Sertão chega ao mar: o avanço da pecuária	32
1.3 Tecendo redes entre o mar e o Sertão: o algodão	41
1.4 O algodão se tecendo a consolidação da ocupação	51
1.5 Rios do açúcar e rios do gado: caminhos entre o Sertão e o mar	54
1.6 Trilhando caminhos entre a terra e o mar	62
PARTE II: LEITURAS E INTERPRETAÇÕES DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO CEARÁ E ALAGOAS.....	67
Capítulo 2 – Apontamentos históricos sobre a atividade industrial no Ceará.....	
2.1 A contribuição da SUDENE no processo de industrialização do Ceará na segunda metade do século XX	82
2.2 Descentralização	
Capítulo 3 – Reestruturação do trabalho e dinâmica da indústria no Ceará	
3.1 - Reestruturação espacial do trabalho na indústria cearense	
3.2- Principais setores e grupos industriais no estado do Ceará	
3.1.1 Indústria de calçados Grendene S. A.....	126
3.1.2 - Indústria de Alimentos	138
Capítulo 4 - A formação territorial e econômica de Alagoas	161
4.1 - Organização do espaço das usinas.....	161
4.2 A criação do IAA e o proacol.....	175
4.3- Indústria em Alagoas- breve histórico	181
CONCLUSÃO.....	199
BIBLIOGRAFIA.....	215

INTRODUÇÃO

Como destaca Mamigonian (2000) já havia a partir dos anos 20 e 30 uma literatura que tratava do processo de industrialização brasileiro como as obras de Octavio Brandão em “*Agrarismo e industrialismo*”, Roberto Simonsen com a “*Evolução industrial do Brasil e outros estudos*”. Somam-se as estas as obras de Celso Furtado, Caio Prado Jr., Ignácio Rangel, além de outros intelectuais que compõem o quadro de pensadores que buscaram interpretar a formação econômica e social brasileira.

Contudo, apesar do florescimento de muitas obras buscando dar conta de entender a economia Brasileira que aos poucos saia do isolamento regional e se industrializava, estas em sua maioria, ao falar dos aspectos da vida econômica e social brasileira buscavam explicar o Brasil a partir de São Paulo, excluindo ou não explicando adequadamente as diversas e desiguais combinações das porções específicas do território nacional, como o Nordeste e o Sul brasileiro em que o processo de industrialização não pode ser explicado pela economia cafeeira.

Apesar do Nordeste ser uma das regiões brasileiras mais estudada, a sua industrialização passa a margem de alguns importantes obras. Muito se fala do Nordeste açucareiro de Gilberto Freyre ou dos sertões e da pecuária, o outro nordeste tratado por Djacir Menezes. A rica e diversa história econômica, social, cultural e os arranjos espaciais decorrentes dos mais de cinco séculos de exploração são muitas vezes naturalizada, sendo essa região tratada, muitas vezes, como um corpo homogêneo, que perdura a seca, a fome, o analfabetismo e a estagnação, servido os estudos, segundo Souza (1992), como uma necessidade para fins didático ou por razões estratégicas de interesse do Estado no planejamento e nas implantações de políticas públicas.

Essas práticas discursivas que tinha como objetivo central atrair a atenção dos governantes para região não deixava transparecer muitos movimentos e sujeitos que aos poucos iam ganhando formas e força na economia nordestina, a exemplo, uma industrialização que se desenvolvia timidamente comparada a outros subespaços, mas que com o tempo se revelaria extremamente dinâmica e competitiva, com muitos grupos empresariais fortes e consolidados que disputam o mercado com grandes

empresas transnacionais como é o caso dos grupos J.Macedo e Dias Branco do setor de massas e biscoitos, no Ceará, ou o grupo Odebrecht que iniciou suas atividades em Salvador e no interior da Bahia, tornando-se uma das maiores construtoras nacional. É para essa pujança econômica do Nordeste que Mamigonian (2009) ou Araújo (1995) chamam atenção.

Neste sentido, buscar-se-á nesta tese dar ênfase a esse processo de formação das classes empresariais nordestinas, em especial as dos estados do Ceará e de Alagoas, buscando ver na breve história de industrialização pistas que expliquem as novas dinâmicas territoriais aí produzidas. Busca-se preencher vazios que ainda existam na literatura de uma econômica espacial nesses Estados, quer pela ausência de determinados temas ou as explicações dadas, a determinados processos, necessitem ser vistas a partir de outro olhar conceitual e metodológico.

A inserção de dois Estados não significa que se desenvolverá um estudo comparativo. Ao contrário, não se procura comparar o desenvolvimento da indústria nesses territórios, mas perceber a partir de suas especificidades a totalidade do movimento, ou seja, perceber como o arcabouço teórico e metodológico referente ao tema e a geografia é capaz de revelar realidades do desenvolvimento, para lembra Trotski (2007), desigual e combinado, por não ser o espaço um palco, mas como nos diz Santos, uma instancia social, um sistema indissociável e desigual de objetos e ações. Dessa forma, só podemos compreender o Nordeste como um todo heterogêneo, acumulação de tempos desiguais, seja nos seus diversos aspectos (climáticos, econômicos, sociais ou em sua configuração territorial). Essa desigual formação atende as mais diversas escalas da produção social ou natural.

O estudo da temática ainda se faz importante por ser a Geografia uma ciência do presente onde o espaço assume um papel central na explicação do mundo. Como nos lembra Santos (2002), vivemos um tempo superpostos, e não mais justaposto. Ou ainda, “o espaço impede que o tempo se dissolva e o qualifica de maneira extremamente diversa para cada ator”. Nesse contexto, a dinâmica dos lugares se entrelaçam as dinâmicas globais através dos meio técnicos, científicos e informacionais. Nesse ordem mundial em que os capitais são cada vez mais fluidos, Santos & Silveira (2001, 105) lembram que “cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas a

produção” e que dentro da nova divisão territorial do trabalho, há uma expansão do capital para as áreas periféricas e o remodelado de regiões atualmente ocupadas. Tendência do capital já exposta por Luxemburgo (1976), ao afirmar que o capital estaria constantemente a procura de novos espaços de penetração onde pudesse encontrar novas formas de reprodução, nem que para isso tivesse que destruir as formas de economia local. Assim, busca-se perceber como Alagoas, o Ceará ou qualquer espaço é inserido nessa reprodução. Como são as práticas dos agentes hegemônicos e como se utilizam dos sistemas técnicos e normativos do território.

Para Moraes (2003; 2008), os Estados do Ceará e Alagoas devem ser compreendidos como territórios de expansão econômica, ou seja, lugares onde as vantagens para ampliação para realização do capital são ampliadas devido diversos fatores locais como desindustrialização, mão-de-obra barata, vantagens fiscais, mercado consumidor crescente e outras vantagens territoriais. Assim, estudar a territorialidade do trabalho nestes Estados torna-se pertinente diante da totalidade do movimento do capital e de suas estratégias de desenvolvimento no Brasil. O estudo permite desvelar como estes territórios se inserem e são inseridos no período atual comandado pelas técnicas e financeirização da economia.

O Ceará foi um dos estados mais beneficiados com as políticas de transferência industrial promovidas pela SUDENE, perdendo em número de estabelecimentos recebidos para Pernambuco e Bahia. Alagoas, por outro lado, as políticas foram voltadas, sobretudo, para a indústria sucroalcooleira e mineral. Essas políticas provocaram desigualdades no interior desses territórios, onde certos espaços se tornaram mais dinâmicos que outros, ou seja, o desenvolvimento promovido não resolveria a desigualdade anterior. Assim, pensar esse processo, e por outro lado, sugerir questões propositivas para minimizar tais contradições no desenvolvimento local é bastante pertinente, visto o planejamento territorial ser indispensável para a efetivação de políticas de desconcentração industrial e crescimento econômico.

Diante de tantas mudanças e atração de diversas indústrias nesses estados atualmente, este projeto tem sua importância e atualidade. Acrescenta-se o fator da temática ser voltada para pensar o território, a economia e o desenvolvimento regional.

A gênese da industrialização nordestina está associada a ampliação da divisão territorial do trabalho entre cidade e campo que permitiu uma maior produtividade do trabalho na agricultura e na indústria nascente, bem como pela ampliação da renda da classe trabalhadora e aumentos dos lucros pelos industriais.

A agricultura de exportação possibilitou mobilizar capital ociosos para substituições de importações de gêneros de consumo imediato, em especial, aqueles que haviam possibilidades de desenvolver-se pela oferta de mão-de-obra, matéria-prima e mercado.

Os principais empecilhos a industrialização dos estados nordestinos foram: formação de um mercado regional cativo que inibiu uma modernização técnica das indústrias; limitado mercado consumidor visto grande parte da economia estar baseado numa frágil agricultura de subsistência; fontes de energia baseada em combustíveis fósseis com elevado custo para empresas, não permitindo a essas preços abaixo da média nacional; uma quantidade muito grande de trabalhadores analfabetos; péssimo sistemas de circulação: estradas, portos, ferrovias, etc.

Apesar de poucas referências nas literaturas, o café e cana-de-açúcar, no Ceará, e o algodão, em Alagoas, desempenharam papel significativos na formação territorial dessas unidades administrativas.

As políticas protecionistas, seja de incentivos fiscais funcionaram efetivamente para ampliação do setor industrial nordestino, sobretudo, os financiamentos desenvolvidos pela SUNEDE.

A guerra fiscal ou “guerras dos lugares” favoreceu os estados que desenvolveram essa política de incentivo a industrialização.

A recente onda de industrialização dos estados nordestinos marcada por incentivos territoriais pouco mudou o padrão locacional visto ser baixo a mudança espacial dos setores produtivos e pouco ter alterado a divisão territorial do trabalho.

Metodologicamente, destacamos primeiramente a grande contribuição de Santos (1978) com a categoria de formação sócioespacial. Essa categoria nos leva a pensar o espaço não como palco ou uma forma, mas como processo ou formação, sendo o espaço social, ou como este diria uma instância social (Santos, 1985). A categoria formação sócioespacial obriga-nos

a pensar como indissociáveis o modo de produção, a formação social e o espaço. Além dessa contribuição, permite perceber que “as diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O ‘valor’ de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira que eles se combinam” (SANTOS: 1978, p.87). Como se ver, Santos dá destaque as combinações.

Para essa categoria, nos utilizaremos das observações feitas por Cholley (1964) que ver, nas noções mais simples da realidade geográfica, a noção de combinações de complexos. Para esse autor a Geografia toma a própria combinação como objeto de seu estudo. Daí ser dito que “a própria estrutura das combinações geográficas nos impede de considerar isoladamente os fatores que a compõem, isto é, em si mesmos. Eles existem somente, como elementos da combinação e é nas combinações de que fazem parte, que convém apreciá-los.”. Nesse sentido, como as combinações de diferentes modos de produção são complexas, envolvendo fatores naturais, biológicos e humanos, torna-se evidente a formação desigual e combinada dos territórios. Assim quando Trotski (1967) ou Lênin (1982) nos descrevem a evolução do capitalismo na Rússia nos fazem a partir dessa visão do desenvolvimento desigual: “a desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico... Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos.” (Trotsky: 1967, p.25). Ainda diz que “Desta lei geral da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que... chamaremos de *lei do desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas” (Idem).

Essa categoria também nos é bastante rica por permitir compreender o desenvolvimento em países ou regiões atrasadas. Nesse sentido para Trotsky (2007), o desenvolvimento do capitalismo nesses espaços implicaria a superação atrasos com a incorporação de técnicas mais avançadas que consequentemente implicaria em mudanças nas combinações. Esse elemento é o que o autor chamou de “avançar aos saltos”. E são nesses saltos que se verifica uma outra formação socioespacial, diferente das dos países de onde foram importadas, formando o caráter particular e diferenciado, próprio das formações dos territórios. Para Santos (2006[1996]), “...diferentes sistemas

técnicos formam uma situação e são uma existência num lugar dado... A forma como se combinam sistemas técnicos de diferentes idades vai ter uma consequência sobre as formas de vida possível naquela área”. Esse caráter particular dos lugares tem que ser é analisado em sua totalidade. Nesse sentido, as complexidades devem ser compreendidas em suas múltiplas escalas geográficas, onde o particular e o universal fazem parte de um mesmo movimento dialético (Kosik, 1976).

Dito isto, a compreensão do que seja o espaço geográfico partirá da proposição de SILVA (1987, p. 110-111) onde “O espaço geográfico consiste numa estrutura que tem como imput a desigual combinação de fatores que interagem e se equilibram formando paisagens diferenciadas homogêneas ou heterogêneas, de caráter natural ou humano.” Tem-se ainda como complemento da definição a de Santos (idem, p.63) que diz que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.”

A tese está organizada subdividida em quatro capítulos.

O primeiro capítulo tratará da gênese nordestina. Inicialmente o texto se reporta a região açucareira revelando como se deu sua ocupação baseada no tripé latifúndio – trabalho escravizado – senhor de engenho. Destaca o papel dessa atividade nas frentes pioneiras para ocupação dos sertões. Posteriormente, se volta para o outro Nordeste. O Nordeste da pecuária, da criação de gado solto, dos caminhos do gado pelos vales de rios e das charqueadas. Depois trata dos rios na circulação pelos sertões os chamados “rios do gado” e os rios por onde se exportava o algodão “os rios do açúcar”. Por fim, este capítulo tratará das estradas de ferro e de seu papel na modernização desse território do sertão e do litoral.

O segundo se refere ao papel que os órgãos estaduais e federais na organização espacial. No Ceará os órgão de planejamento estadual executaram planos com intuito de planejar os empreendimentos. A SUDENE teve um papel fundamental para o Ceará, Pernambuco e Alagoas, poisera os estados com maiores condições de retorno aos fundos.

O terceiro, trata da fase atualda industrialização cearense, mostrando como as trabalhadoras não expressão feminina. O Ceará passa a ser inserido

numa lógica mundial de troca, tendo o setor de calçados e textos selecionado essas reclamações. O Têxtil do mesmo jeito, sobretudo o setor de confecção.

O último, refere-se a Alagoas onde se mostra que o estado tem um desenvolvimento diferenciado do restante do Nordeste devido uma forte ideologia que o colocou o Estado como tendo uma vocação para a agricultura, onde a indústria pouco se desenvolveu. O setor sucroalcooleiro e do setor de plástico são os mais fortes..

Parte I

O SERTÃO VAI VIRAR MAR E O MAR VAI VIRAR SERTÃO

Capítulo 1 -A formação socioespacial nordestina e a gênese e evolução da indústria em Alagoas e no Ceará

No Brasil, muitas são as obras dedicadas a análise do espaço regional, em especial, ao Nordeste brasileiro. Vários desses estudos buscam afirmar uma identidade regional nordestina pautada numa homogeneidade socioespacial. Entretanto, o Nordeste nem sempre foi o que hoje conhecemos, tendo sofrido diversas mutações ao longo da sua história econômica. A cada novo apogeu de uma atividade econômica, surgia um novo Nordeste.

Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* (1933), por exemplo, situou o Nordeste como uma sociedade agrária ancorada na monocultura da cana-de-açúcar, no patriarcalismo e na escravidão, onde a argamassa da história social que constituíram a matriz genética dessa região seria fruto da miscigenação de índios, negros e portugueses. Em outro livro, *Nordeste*, publicado em 1937, esse mesmo autor busca mostrar um Nordeste de terras férteis, frescas e fartas em contraposição ao nordeste seco, faminto e miserável. Em outra obra, Freyre (1975) fala de uma sociologia do açúcar, de um complexo sócio-cultural do açúcar, ressalta o papel do açúcar na formação brasileira e nordestina.

Nesse mesma perspectiva historiográfica, destaca-se o trabalho de Manoel Diegues Junior, *Banguê das Alagoas*, publicado em 1949, no qual o autor afirma logo nas primeiras linhas que “a história dos engenhos de açúcar nas Alagoas quase se confunde com a própria história do hoje Estado, antiga Capitania e Províncias.” Diz ainda que a “história de um ditou e condicionou a do outro” (DIEGUES JÚNIOR, 2006).

Ademais, outros Nordestes foram cantados. O Nordeste do pastoreio ou da civilização do couro, por exemplo, foi descrito por Capistrano de Abreu:

Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para cortume ou para apurar sal; para os açudes, o material de

aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz. (ABREU, 2006, p. 153).

Diferentemente de Freyre, Djacir Menezes, em *O Outro Nordeste* (1970), mostra o Nordeste das secas periódicas e das caatingas que desafiam o homem. Contudo, mostra também um Nordeste pouco mostrado na literatura. Qual seja, o Nordeste das serras úmidas, matas e brejos com terras férteis, encravadas nos sertões nordestinos. Revela uma cultura e relações sociais de produção díspares daquelas vivenciadas na casa grande e na senzala. Entretanto, não deixa de existir os escravos. Quer dizer, mudam os personagens, visto ser outro território, mas em ambos, as relações de poder são marcadas pelo latifúndio e por relações pré-capitalistas, que tem os “coronéis” no lugar dos senhores de engenho.

Com a ampliação da integração dos mercados nacionais no século XX, surgiram outros nordestes. O Nordeste do IOCS-IFOCs-DNOCS que cominou com a criação do Polígono das Secas e as ações de combate a seca e açudagens; O Nordeste do I.A.A. que fortaleceu os usineiros da Zona da Mata pernambucana e alagoana, em especial, através das políticas de preço mínimos e cotas de produção; do discurso do planejado desenvolvido pelo GTDN que emana o Nordeste da SUDENE e a necessidade de industrializar e modernizar a agricultura da região.

Mais recentemente, como destaca Araújo (2000, p.209 - 216), com as áreas de modernização intensa, com o turismo, os modernos pólos agroindustriais e industriais que aprofundam a heterogeneidade econômica e social dessa região, furtos da integração nacional, fez com que as dinâmicas regionais se unificarem. Segundo essa autora,

O Nordeste, entendido como região autônoma, *lócus* de uma dinâmica própria no seu movimento de acumulação de capitais, não mais existe. Não só o Nordeste. No Brasil, neste novo contexto, não existe mais “economias regionais”, mas “uma economia nacional, regionalmente localizada”. (ARAÚJO, 1995, p. 154).

Rangel (2005)¹, por sua vez, entende que o desenvolvimento da técnica seria capaz de unificar o mercado nacional brasileiro e integrar as regiões, criando entre elas uma solidariedade, fruto da ampliação da divisão social do trabalho, conduzindo a um “supranacionalismo de produtos e internacionalismo de fatores”.

Nesse capítulo, buscamos reconstruir a diferenciada história do Nordeste brasileiro a partir dos territórios cearense e alagoano visando subsidiar o entendimento do complexo econômico e do papel ativo que essa região vem desempenhando nos últimos anos.

¹Ver Obra Reunidas, 2005, Vol.1 - Livro: Recursos Ociosos e Política Econômica.

1.1 - O Mar Avança o Sertão: o sistema canavieiro e a formação de um Nordeste açucareiro

A história da ocupação luso-brasileira e, por conseguinte, a formação territorial dos estados nordestinos, está fortemente ligada às capitanias da Bahia e de Pernambuco, visto ter sido destas que partiram as frentes pioneiras de ocupação do Nordeste (POMPEU SOBRINHO, 1937). Muitas foram as frentes e os caminhos de penetração, tanto pelo litoral como pelo sertão (ABREU, 2000).

No século XVII, segundo Azevedo (1956, p.23), o Brasil possuía duas grandes áreas de concentração urbana. Uma delas é a região baiano-pernambucana, ao lado da região paulista-fluminense. Da capitania de Pernambuco partiram as primeiras frentes que ocupariam o litoral do Rio Grande do Norte a Alagoas com o cultivo de cana-de-açúcar pelos vales de rios e lagoas. Da Bahia partiram as principais frentes ligadas a pecuária, ocupando as áreas dos tabuleiros litorâneos alagoanos e sergipanos e, em especial, as margens direita e esquerda do Rio São Francisco, penetrando pelos sertões nordestinos. Essa frente, conforme destacou Furtado (1966, p.63), foi marcada não somente pela criação, mas também por uma produção de gêneros alimentícios e do tabaco.

Nessa perspectiva, Craveiro Costa (1983, p. 14), destaca a importância dessas frentes no processo de ocupação do território alagoano no início do século XVII. Segundo o autor, as primeiras frentes foram iniciadas por Duarte Coelho de Albuquerque que margeou a costa alagoana, penetrando alguns rios e lagoas, indo até o São Francisco, onde instalaria a feitoria de Penedo. Outra bandeira destacada foi a de Christovam Lins que percorreu da foz do rio Camaragibe ao cabo de Santo Agostinho. Além da descoberta dos recursos desse território, essas frentes serviram para pensar estratégias de ocupação e defesa da capitania. No primeiro ciclo de povoamento, foram ocupados o Norte de Alagoas, onde surgira a vila de Porto Calvo (1636); a região central, dando origem a vila de Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul² (1636), atualmente

² Teve seu nome reduzido para Alagoa do Sul. Foi capital da província com denominação de Alagoas.

denominada Marechal Deodoro; e no extremo Sul, a Vila de São Francisco, depois Penedo (1636), a margem esquerda do Rio São Francisco (Figura 1).

Figura 1.1. Frentes pioneiras na ocupação do território alagoano.

Fonte. www.wikimap.pt Adaptado por Odilon Maximo de Moraes

A vila de Penedo seria o ponto de ocupação e defesa da região da ribeira do São Francisco. A ocupação das demais regiões litorâneas, sobretudo na sua porção central, deu-se em função das diversas investidas francesas que diante do relacionamento amistoso com os índios caetés comercializavam madeiras e especiarias. A propósito, ao citar o depoimento do viajante português Gabriel Soares de Sousa, Craveiro Costa (Op. cit, p.06-07) destaca a existência de pelo menos três portos na costa alagoana utilizados pelos franceses: “havia o porto *Velho dos Franceses*, quatro léguas antes da foz do

rio São Miguel; havia o porto *Novo dos Franceses*, duas léguas para o sul do mesmo rio, e havia o porto dos Franceses, na enseada do Coruripe”.

Na verdade, nos entornos dessa área, anteriormente foram implantados os primeiros engenhos em terras alagoanas, o Bueno-Aires e o Escurial, por Cristovão Lins, mais especificamente nas terras de Porto Calvo. Desse núcleo inicial deu-se o processo de ocupação da região que atualmente corresponde ao norte alagoano em direção aos rios Santo Antônio, Camaragibe e Manguaba. Ou seja, rumando no sentido norte-sul ao longo das proximidades da faixa costeira. Nesse sentido, a narrativa de Octávio Brandão é bastante ilustrativa:

Fugindo á regra em virtude da qual as nossas povoações mais antigas foram erigidas em terreno littoraneo, Alagôas, talvez por não possuir o que o geographo Karl Ritter chama de costa de colonisação, sendo antes compreendida entre as regiões que possuem littoral pelo mesmo geographo denominado de dispersão, viu as suas primeiras localidades surgirem em pontos algo affastados do oceano (BRANDÃO, 1919, p.48).

Com efeito, ainda hoje, com raras exceções, as cidades localizadas no litoral alagoano, são pouco expressivas do ponto de vista populacional e do ponto de vista econômico. Só bem recentemente esta área começou a ser explorada pela atividade turística e a consequente especulação imobiliária.

Por outro lado, precocemente a atividade canavieira penetrou a mata norte, interiorizando-se até as encostas da Borborema e dos morros, ocupando as áreas de tabuleiro e, sobretudo os aluviões, não permitindo o isolamento das mesmas, mas se aproveitando da navegação nos rios e lagoas, comercializando o açúcar que chegava ao mar por meio de barcas. Ademais, o norte alagoano era favorecido pelas elevadas precipitações. A ferro e fogo (DEAN, 1996), ao longo dos séculos, em face a perda da fertilidade dos solos, a produção canavieira incorporava mais terras, buscando até mesmo aquelas de relevo acidentado, mas que pudesse proporcionar a fertilidade perdida e por conseguinte, o aumento da produção.

Essa interiorização da cultura canavieira se deu inclusive para o Agreste e Sertão alagoanos onde a facilidade de transporte fluvial não era permitida, tendo o açúcar que ser transportado em lombo de mulas. Além do açúcar, parte dessa produção era destinada a produção de rapaduras em engenhocas. Sintomaticamente mostra a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (1875) que no povoado Olhos D'Água do Accioly (atual município de Igaci) a fertilidade das terras possibilitava o cultivo de diversos gêneros, contudo a população dedicava mais ao cultivo de capim e cana de açúcar:

A zona dos terrenos frescos e paludosos... produz com viço admiravel todas as arvores fructíferas do nosso solo... mas sua cultura é imperfeita e desprezada, e os habitantes concentram nesses lugares a plantação de capim e canna de assucar que rebenta com um luxo e força de vegetação espantosa e atinge rapidamente á um enorme crescimento, a ponto de se vender uma canna até por 120 réis. (RIHGAL, 1875, p. 132).

Já em Quebrangulo, também na região do Agreste, observamos que a cultura canavieira assumiu maior importância, pois precisava atender 07 engenhos, 02 destilarias e 20 engenhocas conforme podemos constatar na citação a seguir. Interessante observar que a cultura da cana nos sertões servia mais para a produção da rapadura, importante alimento dos sertanejos.

[...] São nove os engenhos de assucar, estando dois em fogo morto. Ha vinte engenhocas de rapaduras e esse produto constitue um grande ramo de negocio e entra no sertão visinho onde serve para adiminuir a má qualidade das agoas potáveis, principalmente na estação das seccas... contão-se duas destillarias de agoardente. (RIHGAL, 1875, p. 189).

Existiam ainda 01 (uma) fábrica de azeite de mamona e 12 bolandeiras de descaroçar algodão, sendo algumas dessas máquinas americanas, substituindo segundo a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (1875), “completamente os processos da velha rotina”.

Nos sertões onde a oferta de água era abundante e os problemas das secas não eram tão intensos, ou nas regiões de serras onde as chuvas eram maiores, também se cultivava a cana. Izidoro, nas descrições dos municípios de Alagoas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (1904), destaca essa produção no antigo município de Paulo Afonso (atual Mata

Grande). Contudo, essa produção era toda voltada para produção de rapadura. Já Teodoro Sampaio (1933), em exploração pelo Rio São Francisco nos idos de 1879, ver de suas águas diversos engenhos de açúcar:

Na marcha... vamos sucessivamente enfrentando pitorescas povoações, umas insignificantes, outras maiores, e ainda outras, verdadeiras cidades; vamos deixando à margem numerosas vivendas isoladas, sítios pequenos com as suas plantações bem cuidadas, engenhos de açúcar que se assinalam ao longe pelas suas compridas chaminés fumarentas. (SAMPAIO, 1993, p. 68/9).

Essas frentes pioneiras ligadas a cana de açúcar não só a disseminaram pelo território alagoano, como também contribuíram com a escravização e extermínio dos povos indígenas, em grande número naquela época.

A propósito, Craveiro Costa (1983, p.10) destacou a existência de vários povos indígenas nessas terras, muitos ligados a uma mesma etnia, contudo chegando a outras partes do Nordeste, a exemplo dos Caetés, Tabajaras, Cariris, Coropatós, Aconans, Xucurus, dentre outros. Quase todos dizimados. Os primeiros, em grande número na região, foram obrigados a travar uma guerra com os portugueses sob a alegação de terem devorado o Bispo Sardinha. Contudo, a grande razão dessa guerra foi a necessidade de mão-de-obra e, sobretudo, pôr fim ao comércio dos caetés com os franceses. Observamos assim, que a violência revelou-se muito cedo no processo de ocupação territorial do Brasil.

A cultura da cana-de-açúcar se constituiu da maior importância para o desenvolvimento de Alagoas. Conforme dito antes, iniciada quase em meados do século XVII, a cana se espalhou por todo o seu território, em especial, na zona da mata norte e nos vales dos rios e lagoas, vindo a caracterizar o que Andrade (2010) denominou de *rios do açúcar*. É o caso do rios Manguaba, Camaragibe, Santo Antônio, Paraíba, Mundaú, São Miguel, Jequiá, Poxim, Coruripe, etc. além das lagoas Mundaú e Manguaba. Ora, o cultivo da cana-de-açúcar prosperou tanto em Alagoas que passou a despertar olhares interessados, bem como contribuiu para combates sangrentos. À Guisa de exemplo, Porto Calvo foi um dos maiores centros de defesa e resistência

contra a ocupação holandesa (1630-1654), sendo crucial para retomada da capitania de Pernambuco pelos portugueses.

Nessa fase de conflitos contra os holandeses, se formaram diversos quilombos com os negros foragidos das fazendas, sendo o principal deles o Quilombo dos Palmares. Muitos foram os conflitos para destruir os quilombos, contando inclusive, com a participação de bandeirantes paulistas que receberam sesmarias e deram início a ocupação das regiões mais interiores, como Anadia e as proximidades do rio São Miguel (BRUNO, 19--., p. 78). instalaram engenhos de açúcar e povoaram áreas então desabitadas, e dessa forma, contribuíram para a instalação da única vila dos setecentos em Alagoas, a vila de Atalaia.

A despeito de todos os conflitos do período, a zona canavieira expandiu-se consideravelmente. Também cresceu a produção de alimentos como milho, farinha de mandioca, além de pescados. O mesmo se deu com a exportação de madeiras das matas abundantes, destinada a produção de barcos; fumo utilizado na compra de escravos; carne e couro, graças a facilidade de navegação pelos rios e atracagem na costa. Assim, torna-se-ia ainda mais viável a exploração da região. Nessa perspectiva, Espíndola (2001, p. 57) cita 04 (quatro) portos e 02 (dois) ancoradouros de primeira classe no território alagoano: o porto da enseada de Jaraguá e de Barra do São Miguel, de Santo Antônio Grande e o de Penedo; e os ancoradouros da Barra Grande e de Pituba. Além desses, cita 07 (sete) de segunda classe que são os portos e ancoradouros de Porto de Pedras, da Barra de Camaragibe, de Betel, da Pajuçara, do Francês, de Jequiá e do Peba.

Fruto desse desenvolvimento, em 1711 foi criada a comarca das Alagoas. Pouco mais de 100 anos depois, em 1819, Alagoas se torna uma capitania independente, apesar de grande parte de sua exportação sair pelos portos do Recife e de Salvador. Contudo, ao poucos, o porto de Jaraguá, em Maceió vai assumindo papel primordial nas exportações, sobretudo, de açúcar e algodão, bem como das importações alagoanas.

1.2 - O sertão chega ao mar: o avanço da pecuária

Da Bahia partiram frentes relacionadas à pecuária que consolidaria a ocupação das margens do São Francisco e impulsionaria entradas pelos seus afluentes que cortam o sertão alagoano e se tornaria mais intenso após a expulsão dos holandeses. Fazem parte dos caminhos do gado que Abreu (2000) definiu como “sertões de dentro”.³ Além desses dois grandes caminhos, a atividade da pecuária percorreu outras trilhas. No território alagoano houve a ocupação da faixa costeira, sobretudo ao sul para criação de gado. Desenvolveu-se pela costa, penetrando rios e lagoas.

Antonil (1923, p. 45) descreveu “Os rios de Pernambuco que, por terem junto de si pastos competentes, estão povoados com gado... são o Rio Cabaços, o Rio de São Miguel, as duas Alagôas com o Rio do Porto Calvo...”. Contudo, não se tratava de grande fluxo, pois como destaca Thomaz Sobrinho (2000), as linhas de ocupação com a pecuária, tinha também um propósito político, ou seja, a defesa das costas do Norte de Pernambuco, até porque o sul dessa província já estava povoado e em condições de se defender, como o fizera nas batalhas contra os flamengos. Esse outro seriam os caminhos dos “sertões de fora”.

Os caminhos dos ‘sertões de dentro’ tinham como pólo indutor o Recôncavo Baiano. De lá inicialmente dirigiram pela costa até a foz do São Francisco, seguindo, sobretudo, a sua margem direita. Posteriormente, novos caminhos pelo sertão se abriram até o médio São Francisco. Ainda segundo Thomaz Sobrinho (1937, p. 127), “Achou-se meio engenhoso e fácil para as boiadas atravessarem o rio e com isto os baianos vieram a ter interesse pela margem esquerda, que foram povoando”. Essa travessia, de acordo com a

³ Segundo o autor, “[...] pode-se chamar pernambucanos os sertões de fora, desde Paraíba até o Acaraú no Ceará; baianos os sertões de dentro, desde o Rio São Francisco até o sudoeste do Maranhão.” (ABREU, 2000).

RIHGAL (1972), em documentos antigos de 1655, sobre disputas da posse da Ilha Grande no rio São Francisco, encontra-se uma passagem que afirma que

Fernam Vaz Freire... fez casa de sobrado... poz curraes de gado... creou ovelhas e cabras e plantou, cultivou com muitos escravos... foi o primeiro que a povoou e fez o primeiro barco que ahi houve para a passagem do gado... (RIHGAL, 1872, p. 28/9).

Criado o meio de transpor esse meio natural, “as duas margens do São Francisco se juntaram de fazendas de criar” (THOMAZ SOBRINHO, 1937, p.127). Essa corrente que se estabeleceu no São Francisco, inclusive na margem alagoana, seguiu seus afluentes em direção do interior de Pernambuco, da Paraíba e do Ceará. Ao trata da ocupação da região do Cariri, Girão (1942) entende como lenda a possibilidade dos seus pioneiros estarem ligados a poderosa casa de Francisco D’Ávila. Na verdade, teriam sido esses baianos e pernambucanos os responsáveis por sua ocupação, considerando-se que

O décimo segundo heréu, João de Montes, localizou-se acima de todos os demais, nas proximidades da embocadura do Salgado, tendo a sua parte, a princípio, o nome de Pilar. Outros Montes figuraram como requerentes dessa sesmaria: Antônio Montes Pereira, Antônio de Montes e Paulo Montes. Essa família era de Penedo “assistindo em Alagoas e no São Francisco” e dos seus membros muitos tiveram marcada influência no Ceará [...] Este Lobato... Nenhuma dúvida hoje mais resta sobre a chegada de sua numerosa família ali [no Cariri], o que se deu a partir de 1714. Também como os Montes, os Lobatos eram de Penedo. (GIRÃO, 1942, p.16).

A ribeira do São Francisco possuía muito gado, constituindo, conforme Cascudo (1956), um centro estratégico da ocupação holandesa, motivo pelo qual teriam sentido tanto a perda de Penedo nos conflitos com Portugal.

De Penedo e de suas imediações, saíam dois caminhos: um pelo litoral, aparentemente menos intenso visto competir com a cana de açúcar e a produção de fumo e outro mais intenso que margeava o Rio São Francisco e seus afluentes mais para o nordeste setentrional. Contudo, diante do cruzamento de diversas referências, percebe-se que essa pecuária desenvolvida no litoral sul de alagoas servia especialmente a uma demanda interna, abastecendo alagoas de carnes e animais para tração e para encourar

o fumo exportado. Com efeito, Antonil⁴ (1923) mostra a dimensão da atividade pastoril calculando a necessidade da fumicultura.

Para que se faça justo conceito das boiadas, que se tirão cada anno dos curraes do Brazil, basta advertir que todos os rolos de tabaco que se embarcão para qualquer parte, vão encourados. E sendo cada hum de oito arrobas, e os da Bahia, como vimos em seu lugar, ordinariamente cada anno pelo menos, vinte e cinco mil arrobas, e os das Alagoas de Pernambuco, duas mil e quinhentas arrobas; bem se vê quantas rezes são necessarias para encourar vinte e sete mil e quinhentos rolos. (ANTONIL, 1923, p. 266)

No tocante a fumicultura, é importante ressaltar que esta se desenvolveu precocemente no Nordeste. Bruno (19?, p.65) destaca que nesse período, o fumo teve um papel importantíssimo na formação do Nordeste com “muitos lavradores, notadamente nos distritos de Pôrto Calvo, de Alagoas e de Penedo”. Ressalta ainda a sua utilidade fumo como mercadoria apreciável nas negociações associadas ao tráfico de escravos.

Nessa perspectiva o fumo alagoano contribuiria significativamente para uma maior expansão dos engenhos de açúcar, considerando-se, ademais, ser de melhor qualidade e de obter no mercado melhores preços. Para Antonil⁵ (1923), quando se tratava do fumo para produção do tabaco em pó, o de alagoas e de Campos da Cachoeira (Bahia) eram dos melhores do Brasil. A produção alagoana era tão significativa que o autor ao detalhar a exportação da produção de fumo, não traz o valor de Pernambuco, ao qual Alagoas estava ligado. Como podemos observar essa produção obtinha um preço superior a produção baiana.

Dão ordinariamente cada ano da Bahia vinte e cinco mil rolos de tabaco: e a 12\$124 rs. 303:100\$000 [...] Dão ordinariamente cada ano das Alagoas de Pernambuco dous mil e quinhentos rolos: e a 16\$620 rs. por ser melhor o tabaco 41:550\$000. (ANTONIL, 1923, p. 200).

Assim, pode-se concluir que a pecuária atendia não só as necessidades do engenho com bois para tração e alimento, mas servia também, para atender a cultura fumageira de Alagoas, além é claro da exportação do couro *innatura*. Santa’Ana (1970, p. 48) citando trecho de ofício de 1835 do juiz de paz de

⁴ Primeira edição publica em Lisboa em 1711.

⁵ Primeira edição publica em Lisboa em 1711.

Limoeiro, a época pertencente a Anadia, revela a existência de charqueadas em Alagoas: “matar gados para negócio de carnes do sol, estas mesmas mandadas em canoas para a cabeçada comarca da Vila de Penedo”.

Essa pecuária que margeava a ribeira do São Francisco em direção ao Rio da Velhas (ABREU, 1983), sobretudo depois do declínio na produção de ouro mineira, iniciada em meados do século XVIII (PRADO JÚNIOR, 1997) e pelo aumento de carnes vindas de outras regiões, buscou percorrer outros caminhos a procura de novos mercados. Dos afluentes do Velho Chico, os principais *rios-do-gado* foram: Moxotó, Cabaças, Ipanema e Traipu. Pelo Moxotó, as boiadas seguiam pelos sertões chegando a importantes municípios pernambucanos, tradicionalmente pecuaristas como Arcoverde e Sertânia, tornando-se fácil a penetração para Paraíba por Patos, Pombal e Cajazeiras, ficando muito próximo da Chapada do Araripe.

Pelo Rio Cabaças, foi iniciada a ocupação sertão alagoano de Piranhas, Mata Grande, Delmiro Gouveia e Água Branca. Pelo Traipu, chegavam a Palmeira dos Índios, nascente não só deste rio, mais também, do rio Coruripe. Este último corre para o oceano. A região de Palmeira dos Índios seria encontro de rios, um cinturão que ligava os caminhos do litoral, do rio São Francisco e do Sertão. Em memória histórica sobre o povoado Olha D'água do Accioly, pertencente ao Município de Palmeira dos Índios, a Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagano destaca:

se reúne uma vez por semana aos domingos na feira, na qual é frequente a carne verde e cereais e o peixe salgado e secco da praia e do S. Francisco; a da floresta, onde os viajantes que vem do Penedo pelo estio, depois de uma longa jornada, cheios de fadiga e sede, gostam de descansar... (RIAGAL, 1875).

O texto, afora revelar que a feira reunia mercadorias como peixes do litoral e São Francisco e carne fresca da região ou do sertão, destaca que do povoado saíam 5 estradas que ligavam Palmeira dos Índios a região da zona da mata, litoral e ribeira do São Francisco que eram a “estrada de noroeste e sudeste de Palmeira a Penedo” e “duas estradas de norte a sul e sudoeste de

Quebraugulo ao Traipú e a Pão de Assucar” e “duas entradas de oeste a leste para Anadia, São Miguel, Pilar e Alagoas” (RIAGAL, 1875, p.132)

Pelo caminho do Rio Ipanema⁶, chegava-se a Pernambuco, sobretudo a região de Águas Belas e de Pesqueira. Segundo Bruno (19?), a penetração da pecuária vinda de Pernambuco em direção ao sertão ocorreu em fins do seiscentismo. Dela “emergiram duas povoações localizadas a boa distância do litoral: Cimbres [...] e Águas Belas, no sul, à margem do Rio Ipanema, nas divisas com Alagoas” (BRUNO, 19?, p. 79). Aí se ver com clareza um dos diversos encontros dos *sertões de dentro* e *sertões de fora*.

Em períodos de seca, esses rios-do-gado se transformavam em rios-de-gente, visto que as populações afetadas procuravam a região da ribeira do São Francisco em busca de água e alimentos, pois aí era comum a agricultura de várzea. Teodoro Sampaio (1933) fazendo referência a seca de 1877, destaca a opulência das culturas nas margens alagoanas do São Francisco:

Sulcando rio acima... verifica-se que a população não é aqui escassa: nota-se mesmo certa atividade agrícola pelas numerosas plantações de cana, algodão e cereais. Os engenhos de açúcar denunciam-se ao longe pelo penacho de fumo que se escapa das altas chaminés [...] As margens do rio muito povoadas, com muita lavoura pelas baixadas e pelas numerosas e pequenas lagoas deixadas pela enchente anterior, são como duas belas avenidas, onde as edificações alternam com o verde da mata, o branco dos areias extensos, as escarpas rochosas dos montes, os tabuleiros louros dos arrozais de vazante, e as roças de milho por colher. (SAMPAIO, 1933, p. 61-68).

A procura da região ribeirinha pelos retirantes, portanto era grande nos anos de seca. Ainda tratando da seca de 1877 a 1879, o autor faz uma impressionante descrição dos retirantes que migraram para Penedo em busca de socorro, apontando Penedo como cidade comandante do baixo São Francisco e o rio como destino de muitos migrantes.

⁶ É na bacia hidrográfica deste rio que se encontra atualmente a maior bacia leiteira alagoana. Essa discussão será retomada mais adiante.

A população da cidade estava então muito aumentada com a gente emigrada dos sertões assolados pela seca. Viam-se nas ruas muito povo faminto e sem trabalho, levas de mendigos andrajosos esmolando ou estendidos pelo chão à sombra das árvores, homens que foram robustos, belos tipos de uma adaptação admirável, como se foram esqueletos vestidos de couro [...] A fome, que os tinha depauperado e dizimado aos centos, cedera lugar agora à varíola, que devorava famílias inteiras destes desgraçados que de tão longe, fugindo às misérias da seca, tinha vindo procurar socorro às margens do grande rio... Penedo demonstrava-o cabalmente com a sua numerosa população de retirantes. (SAMPAIO, 1933, p. 65/6).

Teodoro Sampaio ainda tratou da exploração das frentes de trabalho por parte do Império, que se aproveitando da calamidade provocada das secas, utilizava a mão-de-obra barata disponível, temporariamente livre dos labores da agricultura de subsistência, para construção de diversas materialidades do território como ferrovias, açudes, estradas e portos. Ele presenciou a construção da estrada de ferro que ligaria Piranhas, em Alagoas, a Jatobá, em Pernambuco, a Great Western Brazil Railway e sobre o assunto escreveu:

A população, nesse trecho, é, por isso, mais rara; as culturas quase que desaparecem e, se acaso existem, ficam por detrás dos morros de acesso difícil. Havia aí então muito povo. O mulhério era extraordinário; e isso se explicava pelo afluxo dos retirantes do alto sertão que a seca prolongada expelia de seus lares. A população masculina estava espalhada ao longo da via férrea em trabalhos de construção, enquanto o elemento feminino e as crianças permaneciam na sede onde se lhes distribuía em mantimentos parte do salário ganho por seus pais e maridos empregados no serviço da estrada. As habitações eram poucas para tanta gente. Improvisaram-se ranchos de palha, pequenas tendas fechadas com esteiras, tudo quanto era possível imaginar-se para agasalhar a população excedente ou adventícia. Chegávamos exatamente na ocasião em que se distribuía os socorros pela população faminta no barracão próximo à estação de ferro. O aspecto dessa gente não negava os sofrimentos por que tinha passado. As mulheres e as crianças macilentas, sujas, e com as roupas em farrapos, assentados pelo chão, traíam um sofrimento que os primeiros socorros não lograram totalmente extinguir. (SAMPAIO, 1933 p.83).

Foi essa ferrovia que Delmiro Gouveia utilizou para impulsionar o comércio de couro e a comercialização de fios produzidos na fábrica de Pedras

(CORREIA, 1998). Essa ferrovia teve um papel muito importante. Objetivava, sobretudo facilitar a comercialização dos produtos do alto São Francisco com o litoral, visto que o Rio São Francisco não era navegável de Piranhas até as quedas de Paulo Afonso. Daí a sua importância ao ligar Piranhas – AL a Jatobá – PE, depois indo até Paulo Afonso de onde o rio novamente era navegável, como podemos perceber na figura 1.

Figura 1.2 – Estradas de Ferro do Nordeste Oriental – 1909

Fonte: http://www.ebay.com/itm/1909-Print-Antique-Map-Train-Route-Great-Western-Railway-Brazil-J-A-Lorimer/300769126070?forcev4exp=true&ht_2838wt_1271

Em seus relatos, descreve a diversidade da agricultura, como exemplo, os arrozais que até a década de 1960, eram abundantes, conforme mostra Monteiro (1962) em relatório de trabalho de campo realizado durante a Assembleia da Associação dos Geógrafos do Brasil - AGB na cidade de Penedo, em 1962. Esse percurso pelo São Francisco também foi feito por Dom Pedro II, exatamente 30 anos antes de Theodoro Sampaio, em 1859. Chama a atenção a dinâmica econômica da cidade de Penedo:

[...] Daí fui ao Rosário dos Pretos, e depois à fábrica de Araújo e filhos. As diversas máquinas são movidas por uma de vapor de 10 cavalos, de alta pressão. Prepara o arroz para o comércio, tendo instrumentos precisos para descascá-lo e limpá-lo. Há 6 pilões, ventilador e polidor. Aprontam 30 alqueires daqui, ou 150 do Rio, por dia. Há duas outras máquinas de descarregar e ventilar para limpeza o algodão [sic], vendo eu o chamado quebradinho, que é o melhor de abundante fêlpa, longa e resistente, e pouco caroço, vendendo na Bahia o algodão preparado nessa fábrica e da qualidade mencionada, 2 mil réis mais caro que o de outra qualidade. (MONTEIRO, 1962, p. 000).

Observamos assim, que tanto Dom Pedro II nos seus relatos do século XIX, quanto Monteiro no seu relatório da segunda metade do século XX, ressaltam o papel econômico, outrora desenvolvido pela cidade de Penedo, no contexto alagoano. Segundo o Imperador,

A prensa para enfardar o algodão ensacado pouco porque as máquinas só recentemente começaram a trabalhar, podendo descarregar e limpar 30 arrôbas cada uma das máquinas. Também vi uma serra horizontal para fazer tabuinhas de caixa de charutos serrando um palmo por minuto e duas tábuas de cada vez, se estreitas, cujo consumo é avultado na Bahia. Construíram dois fornos, um já acabado, e outro por terminar, com máquinas para amassar a farinha estender a massa e cortá-la para biscoito; a mó para amassar é de pedra do rio de S. Francisco, do morro da cal, em frente à vila de Própria. Vi ladrilhos de grés daqui perto, que vão ser postos em numa das oficinas [...] Tratarei agora do fabrico de óleo de mamona. Há duas prensas hidráulicas e outras de mão, porém de grande fôrça... para espremer a mamona, de que compram mil alqueires dos daqui por ano... O bagaço da mamona é o que alimenta o fogo das fornalhas da máquina de vapor e também serve para estrume, principalmente para o capim, havendo já muitos pedidos dêsse estrume da Bahia. (DOM PEDRO II, 1959, p. 103/4).

A fábrica de José Antônio de Araújo descrita por Dom Pedro II descarregava algodão, descascava arroz, produzia óleo de mamona para medicamento e luz, além de estrumes com o bagaço. E mais, produzia caixas

para charutos que eram exportadas para a Bahia, para onde também o algodão. Dom Pedro II ainda visitou outras fábricas de óleo de mamona e de descaroçar algodão, segundo relata,

Depois fui à fábrica do Pinheiro [Cel. Fernandes Pinheiro]... E' de aprontar o arroz para o comércio... Limpa-se por máquina o arroz em casca. Vai para a mó; ventila-se, vai para os pilões que são 6; ventila-se; pule-se [sic] separa o inteiro do quebrado; todo o maquinismo veio da Inglaterra, e o arroz passa por meio de elevadores movidos pelo vapor como na fábrica dos Araújo de um plano inferior para outro superior. A água para a caldeira da máquina vem do rio por meio de um cano e de uma bomba. [...] Segui para a fábrica do Pinho, de fazer óleo de mamona. Tem uma prensa hidráulica... e uma terceira da bolandeira tôdas movidas a braço. Há alambique pouco digno de atenção para cachaça. [...] Fui depois visitar o alambique de Patosi e Vilas Boas. Há dois depósitos para mel... preparando-se o fermento noutro depósito de 29 pipas. Em 8 a 9 meses, que é o tempo do trabalho da fábrica diário, quando há mel, que houve pouco nesta safra, destilam-se 12 canadas daqui de aguardente. [...] O Murray, irmão dos de Pernambuco, dono do engenho do Jenipapo em Cururipe, que aí apareceu, disse-me que se fazia nas margens do S. Francisco bastante aguardente do fruto cambuim... (DOM PEDRO II, 1959, p. 104/5).

Izidoro (1901) destaca que além das fabricas de óleos de mamona, descaroçar algodão, pilar arroz, de louça vidrada, bebidas alcoólicas e vinagre, Penedo tinha uma importante fábrica de tecidos de algodão com máquinas modernas. Em sua descrição, além do destaque dispensado aos diversos ramos industriais, também trata da forte pecuária e agricultura que a muito já se desenvolvia na ribeira do São Francisco. Penedo conhecia um desenvolvimento comercial muito intenso, que podia ser medido pelo significativo número de pequenos e grandes barcos que diariamente ancoravam em seu porto para comercializar. A cidade era o empório do comercio de exportação e importação com as cidades do São Francisco. Segundo Figueiredo Jr. (2010, p. 88), em 1869, “A cidade de Penedo, depois de Maceió capital dessa província, é a primeira, não só pela abundante edificação e população, como pelo grande commercio que nella se faz”.

Penedo ainda exercia uma forte influência ao sul território alagoano, que inicialmente fora ocupado com a criação de gado que se desenvolveu pela costa. Somente no inicio do século XX os tabuleiros sul seriam efetivamente ocupados pela cultura da cana de açúcar.

Contudo, vale destacar que a pecuária não teria a importância que teve, por exemplo, para o Ceará, pois com a expansão da cultura canavieira e outras culturas, buscou-se limitar ou controlar o avanço da pecuária.

Em 1837, a Câmara Municipal de Penedo, aprovou resolução proibindo a criação de gado solto de qualquer natureza nas áreas voltadas para o uso da agricultura. (GALVÃO & ARAÚJO, 1870). De acordo com Hum Brasileiro (1901), em 1844 as criações dos campos de Anadia e do São Francisco não eram suficiente para atender a demanda de consumo da província. Houve claramente a opção por uma especialização produtiva do território voltada para a agricultura de exportação e, conseqüentemente, um abandono da pecuária, que conforme revela Santa'Ana (1970), em ofício de 1854, do presidente da província de Alagoas, que mesmo sendo pequena a escala de criação de gados de Anadia, era capaz de causar grandes prejuízos a lavoura. Contudo, a despeito dos prejuízos a cultura canavieira, destaca o autor, que eram muitos os usineiros criadores de gado no início do século XX e a título de exemplo cita o industrial Carlos Lira como um desses criadores com 4.500 rezes nas fazendas anexas a sua usina, a Serra Grande. Ainda hoje, a família proprietária do Grupo Carlos Lira segue a tradição dos negócios relacionados a pecuária.

1.3 - Tecendo redes entre o mar e o Sertão: o algodão

Da Bahia partiram frentes relacionadas à pecuária que consolidaria a ocupação das margens do São Francisco e impulsionaria entradas pelos seus afluentes que cortam o sertão alagoano e se tornaria mais intenso após a expulsão dos holandeses. Fazem parte dos caminhos do gado que Abreu (2000) definiu como “sertões de dentro”.⁷ Além desses dois grandes caminhos, a atividade da pecuária percorreu outras trilhas. No território alagoano houve a ocupação da faixa costeira, sobretudo ao sul para criação de gado. Desenvolveu-se pela costa, penetrando rios e lagoas.

⁷ Segundo o autor, “[...] pode-se chamar pernambucanos os sertões de fora, desde Paraíba até o Acaraú no Ceará; baianos os sertões de dentro, desde o Rio São Francisco até o sudoeste do Maranhão.” (ABREU, 2000).

Antonil (1923, p. 45) descreveu “Os rios de Pernambuco que, por terem junto de si pastos competentes, estão povoados com gado... são o Rio Cabaços, o Rio de São Miguel, as duas Alagôas com o Rio do Porto Calvo...”. Contudo, não se tratava de grande fluxo, pois como destaca Thomaz Sobrinho (2000), as linhas de ocupação com a pecuária, tinha também um propósito político, ou seja, a defesa das costas do Norte de Pernambuco, até porque o sul dessa província já estava povoado e em condições de se defender, como o fizera nas batalhas contra os flamengos. Esse outro seriam os caminhos dos “sertões de fora”.

Os caminhos dos ‘sertões de dentro’ tinham como pólo indutor o Recôncavo Baiano. De lá inicialmente dirigiram pela costa até a foz do São Francisco, seguindo, sobretudo, a sua margem direita. Posteriormente, novos caminhos pelo sertão se abriram até o médio São Francisco. Ainda segundo Pompeu Sobrinho (1937, p. 127), “Achou-se meio engenhoso e fácil para as boiadas atravessarem o rio e com isto os baianos vieram a ter interesse pela margem esquerda, que foram povoando”. Essa travessia, de acordo com a RIHGAL (1972), em documentos antigos de 1655, sobre disputas da posse da Ilha Grande no rio São Francisco, encontra-se uma passagem que afirma que

Fernam Vaz Freire... fez casa de sobrado... poz curraes de gado... creou ovelhas e cabras e plantou, cultivou com muitos escravos... foi o primeiro que a povoou e fez o primeiro barco que ahi houve para a passagem do gado... (RIHGAL, 1872, p. 28/9).

Criado o meio de transpor esse meio natural, “as duas margens do São Francisco se juntaram de fazendas de criar” (POMPEU SOBRINHO, 1937, p.127). Essa corrente que se estabeleceu no São Francisco, inclusive na margem alagoana, seguiu seus afluentes em direção do interior de Pernambuco, da Paraíba e do Ceará. Ao trata da ocupação da região do Cariri, Girão (1942) entende como lenda a possibilidade dos seus pioneiros estarem ligados a poderosa casa de Francisco D’Ávila. Na verdade, teriam sido esses baianos e pernambucanos os responsáveis por sua ocupação, considerando-se que

O décimo segundo heréu, João de Montes, localizou-se acima de todos os demais, nas proximidades da embocadura do Salgado, tendo a sua parte, a princípio, o nome de Pilar. Outros Montes figuraram como requerentes dessa sesmaria: António Montes Pereira, António de Montes e Paulo Montes. Essa família era de Penedo “assistindo em Alagoas e no São Francisco” e dos seus membros muitos tiveram marcada influência no Ceará [...] Este Lobato... Nenhuma dúvida hoje mais resta sobre a chegada de sua numerosa família ali [no Cariri], o que se deu a partir de 1714. Também como os Montes, os Lobatos eram de Penedo. (GIRÃO, 1942, p.16).

A ribeira do São Francisco possuía muito gado, constituindo, conforme Cascudo (1956), um centro estratégico da ocupação holandesa, motivo pelo qual teriam sentido tanto a perda de Penedo nos conflitos com Portugal.

De Penedo e de suas imediações, saíam dois caminhos: um pelo litoral, aparentemente menos intenso visto competir com a cana de açúcar e a produção de fumo e outro mais intenso que margeava o Rio São Francisco e seus afluentes mais para o nordeste setentrional. Contudo, diante do cruzamento de diversas referências, percebe-se que essa pecuária desenvolvida no litoral sul de Alagoas servia especialmente a uma demanda interna, abastecendo Alagoas de carnes e animais para tração e para encourar o fumo exportado. Com efeito, Antonil⁸ (1923) mostra a dimensão da atividade pastoril calculando a necessidade da fumicultura.

Para que se faça justo conceito das boiadas, que se tirão cada anno dos curraes do Brazil, basta advertir que todos os rolos de tabaco que se embarcãõ para qualquer parte, vão encourados. E sendo cada hum de oito arrobas, e os da Bahia, como vimos em seu lugar, ordinariamente cada anno pelo menos, vinte e cinco mil arrobas, e os das Alagôas de Pernambuco, duas mil e quinhentas arrobas; bem se vê quantas rezes são necessarias para encourar vinte e sete mil e quinhentos rolos. (ANTONIL, 1923, p. 266)

No tocante a fumicultura, é importante ressaltar que esta se desenvolveu precocemente no Nordeste. Bruno (19?, p.65) destaca que nesse período, o fumo teve um papel importantíssimo na formação do Nordeste com “muitos lavradores, notadamente nos distritos de Pôrto Calvo, de Alagoas e de

⁸ Primeira edição publica em Lisboa em 1711.

Penedo”. Ressalta ainda a sua utilidade fumo como mercadoria apreciável nas negociações associadas ao tráfico de escravos.

Nessa perspectiva o fumo alagoano contribuiria significativamente para uma maior expansão dos engenhos de açúcar, considerando-se, ademais, ser de melhor qualidade e de obter no mercado melhores preços. Para Antonil⁹ (1923), quando se tratava do fumo para produção do tabaco em pó, o de alagoas e de Campos da Cachoeira (Bahia) eram dos melhores do Brasil. A produção alagoana era tão significativa que o autor ao detalhar a exportação da produção de fumo, não traz o valor de Pernambuco, ao qual Alagoas estava ligado. Como podemos observar essa produção obtinha um preço superior a produção baiana.

Dão ordinariamente cada ano da Bahia vinte e cinco mil rolos de tabaco: e a 12\$124 rs. 303:100\$000 [...] Dão ordinariamente cada ano das Alagoas de Pernambuco dous mil e quinhentos rolos: e a 16\$620 rs. por ser melhor o tabaco 41:550\$000. (ANTONIL, 1923, p. 200).

Assim, pode-se concluir que a pecuária atendia não só as necessidades do engenho com bois para tração e alimento, mas servia também, para atender a cultura fumageira de Alagoas, além é claro da exportação do couro *innatura*. Santa’Ana (1970, p. 48) citando trecho de ofício de 1835 do juiz de paz de Limoeiro, a época pertencente a Anadia, revela a existência de charqueadas em Alagoas: “matar gados para negócio de carnes do sol, estas mesmas mandadas em canoas para a cabeçada comarca da Vila de Penedo”.

Essa pecuária que margeava a ribeira do São Francisco em direção ao Rio da Velhas (ABREU, 1983), sobretudo depois do declínio na produção de ouro mineira, iniciada em meados do século XVIII (PRADO JÚNIOR, 1997) e pelo aumento de carnes vindas de outras regiões, buscou percorrer outros caminhos a procura de novos mercados. Dos afluentes do Velho Chico, os principais *rios-do-gado* foram: Moxotó, Cabaças, Ipanema e Traipu. Pelo Moxotó, as boiadas seguiam pelos sertões chegando a importantes municípios pernambucanos, tradicionalmente pecuaristas como Arcoverde e Sertânia,

⁹ Primeira edição publica em Lisboa em 1711.

tornando-se fácil a penetração para Paraíba por Patos, Pombal e Cajazeiras, ficando muito próximo da Chapada do Araripe.

Pelo Rio Cabaças, foi iniciada a ocupação sertão alagoano de Piranhas, Mata Grande, Delmiro Gouveia e Água Branca. Pelo Traipu, chegavam a Palmeira dos Índios, nascente não só deste rio, mais também, do rio Coruripe. Este último corre para o oceano. A região de Palmeira dos Índios seria encontro de rios, um cinturão que ligava os caminhos do litoral, do rio São Francisco e do Sertão. Em memória histórica sobre o povoado Olha D'água do Accioly, pertencente ao Município de Palmeira dos Índios, a Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagono destaca:

se reúne uma vez por semana aos domingos na feira, na qual é frequente a carne verde e cereaes e o peixe salgado e secco da praia e do S. Francisco; a da floresta, onde os viajantes que vem do Penedo pelo estio, depois de uma longa jornada, cheios de fadiga e sede, gostam de descansar... (RIAGAL, 1875).

O texto, afora revelar que a feira reunia mercadorias como peixes do litoral e São Francisco e carne fresca da região ou do sertão, destaca que do povoado saíam 5 estradas que ligavam Palmeira dos Índios a região da zona da mata, litoral e ribeira do São Francisco que eram a “estrada de noroeste e sudeste de Palmeira a Penedo” e “duas estradas de norte a sul e sudoeste de Quebraugulo ao Traipú e a Pão de Assucar” e “duas entradas de oeste a leste para Anadia, São Miguel, Pilar e Alagoas” (RIAGAL, 1875, p.132)

Pelo caminho do Rio Ipanema¹⁰, chegava-se a Pernambuco, sobretudo a região de Águas Belas e de Pesqueira. Segundo Bruno (19?), a penetração da pecuária vinda de Pernambuco em direção ao sertão ocorreu em fins do seiscentismo. Dela “emergiram duas povoações localizadas a boa distância do litoral: Cimbres [...] e Águas Belas, no sul, à margem do Rio Ipanema, nas divisas com Alagoas” (BRUNO, 19?, p. 79). Aí se ver com clareza um dos diversos encontros dos *sertões de dentro* e *sertões de fora*.

¹⁰ É na bacia hidrográfica deste rio que se encontra atualmente a maior bacia leiteira alagoana. Essa discussão será retomada mais adiante.

Em períodos de seca, esses rios-do-gado se transformavam em rios-de-gente, visto que as populações afetadas procuravam a região da ribeira do São Francisco em busca de água e alimentos, pois aí era comum a agricultura de várzea. Teodoro Sampaio (1933) fazendo referência a seca de 1877, destaca a opulência das culturas nas margens alagoanas do São Francisco:

Sulcando rio acima... verifica-se que a população não é aqui escassa: nota-se mesmo certa atividade agrícola pelas numerosas plantações de cana, algodão e cereais. Os engenhos de açúcar denunciavam-se ao longe pelo penacho de fumo que se escapa das altas chaminés [...] As margens do rio muito povoadas, com muita lavoura pelas baixadas e pelas numerosas e pequenas lagoas deixadas pela enchente anterior, são como duas belas avenidas, onde as edificações alternam com o verde da mata, o branco dos areias extensos, as escarpas rochosas dos montes, os tabuleiros louros dos arrozais de vazante, e as roças de milho por colher. (SAMPAIO, 1933, p. 61-68).

A procura da região ribeirinha pelos retirantes, portanto era grande nos anos de seca. Ainda tratando da seca de 1877 a 1879, o autor faz uma impressionante descrição dos retirantes que migraram para Penedo em busca de socorro, apontando Penedo como cidade comandante do baixo São Francisco e o rio como destino de muitos migrantes.

A população da cidade estava então muito aumentada com a gente emigrada dos sertões assolados pela seca. Viam-se nas ruas muito povo faminto e sem trabalho, levas de mendigos andrajosos esmolando ou estendidos pelo chão à sombra das árvores, homens que foram robustos, belos tipos de uma adaptação admirável, como se foram esqueletos vestidos de couro [...] A fome, que os tinha depauperado e dizimado aos centos, cederá lugar agora à varíola, que devorava famílias inteiras destes desgraçados que de tão longe, fugindo às misérias da seca, tinha vindo procurar socorro às margens do grande rio... Penedo demonstrava-o cabalmente com a sua numerosa população de retirantes. (SAMPAIO, 1933, p. 65/6).

Teodoro Sampaio ainda tratou da exploração das frentes de trabalho por parte do Império, que se aproveitando da calamidade provocada das secas, utilizava a mão-de-obra barata disponível, temporariamente livre dos labores da

agricultura de subsistência, para construção de diversas materialidades do território como ferrovias, açudes, estradas e portos. Ele presenciou a construção da estrada de ferro que ligaria Piranhas, em Alagoas, a Jatobá, em Pernambuco, a Great Western Brazil Railway e sobre o assunto escreveu:

A população, nesse trecho, é, por isso, mais rara; as culturas quase que desaparecem e, se acaso existem, ficam por detrás dos morros de acesso difícil. Havia aí então muito povo. O mulhério era extraordinário; e isso se explicava pelo afluxo dos retirantes do alto sertão que a seca prolongada expelia de seus lares. A população masculina estava espalhada ao longo da via férrea em trabalhos de construção, enquanto o elemento feminino e as crianças permaneciam na sede onde se lhes distribuía em mantimentos parte do salário ganho por seus pais e maridos empregados no serviço da estrada. As habitações eram poucas para tanta gente. Improvisaram-se ranchos de palha, pequenas tendas fechadas com esteiras, tudo quanto era possível imaginar-se para agasalhar a população excedente ou adventícia. Chegávamos exatamente na ocasião em que se distribuía os socorros pela população faminta no barracão próximo à estação de ferro. O aspecto dessa gente não negava os sofrimentos por que tinha passado. As mulheres e as crianças macilentas, sujas, e com as roupas em farrapos, assentados pelo chão, traíam um sofrimento que os primeiros socorros não lograram totalmente extinguir. (SAMPAIO, 1933 p.83).

Foi essa ferrovia que Delmiro Gouveia utilizou para impulsionar o comércio de couro e a comercialização de fios produzidos na fábrica de Pedras (CORREIA, 1998). Essa ferrovia teve um papel muito importante. Objetivava, sobretudo facilitar a comercialização dos produtos do alto São Francisco com o litoral, visto que o Rio São Francisco não era navegável de Piranhas até as quedas de Paulo Afonso. Daí a sua importância ao ligar Piranhas – AL a Jatobá – PE, depois indo até Paulo Afonso de onde o rio novamente era navegável, como podemos perceber na figura 1.

Em seus relatos, descreve a diversidade da agricultura, como exemplo, os arrozais que até a década de 1960, eram abundantes, conforme mostra Monteiro (1962) em relatório de trabalho de campo realizado durante a Assembleia da Associação dos Geógrafos do Brasil - AGB na cidade de Penedo, em 1962. Esse percurso pelo São Francisco também foi feito por Dom Pedro II, exatamente 30 anos antes de Theodoro Sampaio, em 1859. Chama a atenção a dinâmica econômica da cidade de Penedo:

[...] Daí fui ao Rosário dos Pretos, e depois à fábrica de Araújo e filhos. As diversas máquinas são movidas por uma de vapor de 10 cavalos, de alta pressão. Prepara o arroz para o comércio, tendo instrumentos precisos para descascá-lo e limpá-lo. Há 6 pilões, ventilador e polidor. Aprontam 30 alqueires daqui, ou 150 do Rio, por dia. Há duas outras máquinas de descaroçar e ventilar para limpeza o algodão [sic], vendo eu o chamado quebradinho, que é o melhor de abundante fêlpa, longa e resistente, e pouco caroço, vendendo na Bahia o algodão preparado nessa fábrica e da qualidade mencionada, 2 mil réis mais caro que o de outra qualidade. (MONTEIRO, 1962, p. 102).

Observamos assim, que tanto Dom Pedro II nos seus relatos do século XIX, quanto Monteiro no seu relatório da segunda metade do século XX, ressaltam o papel econômico, outrora desenvolvido pela cidade de Penedo, no contexto alagoano. Segundo o Imperador,

A prensa para enfardar o algodão ensacado pouco porque as máquinas só recentemente começaram a trabalhar, podendo descaroçar e limpar 30 arrôbas cada uma das máquinas. Também vi uma serra horizontal para fazer tabuinhas de caixa de charutos serrando um palmo por minuto e duas tábuas de cada vez, se estreitas, cujo consumo é avultado na Bahia. Construíram dois fornos, um já acabado, e outro por terminar, com máquinas para amassar a farinha estender a massa e cortá-la para biscoito; a mó para amassar é de pedra do rio de S. Francisco, do morro da cal, em frente à vila de Própria. Vi ladrilhos de grés daqui perto, que vão ser postos em numa das oficinas [...] Tratarei agora do fabrico de óleo de mamona. Há duas prensas hidráulicas e outras de mão, porém de grande fôrça... para espremer a mamona, de que compram mil alqueires dos daqui por ano... O bagaço da mamona é o que alimenta o fogo das fornalhas da máquina de vapor e também serve para estrume, principalmente para o capim, havendo já muitos pedidos dêsse estrume da Bahia. (DOM PEDRO II, 1959, p. 103/4).

Figura 1.2 – Estradas de Ferro do Nordeste Oriental – 1909

Fonte: http://www.ebay.com/itm/1909-Print-Antique-Map-Train-Route-Great-Western-Railway-Brazil-J-A-Lorimer/300769126070?forcev4exp=true#ht_2838wt_1271

A fábrica de José Antônio de Araújo descrita por Dom Pedro II descaroçava algodão, descascava arroz, produzia óleo de mamona para

medicamento e luz, além de estrumes com o bagaço. E mais, produzia caixas para charutos que eram exportadas para a Bahia, para onde também o algodão. Dom Predo II ainda visitou outras fábricas de óleo de mamona e de descaroçar algodão, segundo relata,

Depois fui à fábrica do Pinheiro [Cel. Fernandes Pinheiro]... E' de aprontar o arroz para o comércio... Limpa-se por máquina o arroz em casca. Vai para a mó; ventila-se, vai para os pilões que são 6; ventila-se; pule-se [sic] separa o inteiro do quebrado; todo o maquinismo veio da Inglaterra, e o arroz passa por meio de elevadores movidos pelo vapor como na fábrica dos Araújo de um plano inferior para outro superior. A água para a caldeira da máquina vem do rio por meio de um cano e de uma bomba. [...] Segui para a fábrica do Pinho, de fazer óleo de mamona. Tem uma pressa hidráulica... e uma terceira da bolandeira tôdas movidas a braço. Há alambique pouco digno de atenção para cachaça. [...] Fui depois visitar o alambique de Patosi e Vilas Boas. Há dois depósitos para mel... preparando-se o fermento noutro depósito de 29 pipas. Em 8 a 9 meses, que é o tempo do trabalho da fábrica diário, quando há mel, que houve pouco nesta safra, destilam-se 12 canadas daqui de aguardente. [...] O Murray, irmão dos de Pernambuco, dono do engenho do Jenipapo em Cururipe, que aí apareceu, disse-me que se fazia nas margens do S. Francisco bastante aguardente do fruto cambuim... (DOM PEDRO II, 1959, p. 104/5).

Izidoro (1901) destaca que além das fabricas de óleos de mamona, descaroçar algodão, pilar arroz, de louça vidrada, bebidas alcoólicas e vinagre, Penedo tinha uma importante fábrica de tecidos de algodão com máquinas modernas. Em sua descrição, além do destaque dispensado aos diversos ramos industriais, também trata da forte pecuária e agricultura que a muito já se desenvolvia na ribeira do São Francisco. Penedo conhecia um desenvolvimento comercial muito intenso, que podia ser medido pelo significativo número de pequenos e grandes barcos que diariamente ancoravam em seu porto para comercializar. A cidade era o empório do comercio de exportação e importação com as cidades do São Francisco. Segundo Figueiredo Jr. (2010, p. 88), em 1869, “A cidade de Penedo, depois de Maceió capital dessa província, é a primeira, não só pela abundante edificação e população, como pelo grande commercio que nella se faz”.

Penedo ainda exercia uma forte influência ao sul território alagoano, que inicialmente fora ocupado com a criação de gado que se desenvolveu pela costa. Somente no inicio do século XX os tabuleiros sul seriam efetivamente ocupados pela cultura da cana de açúcar.

Contudo, vale destacar que a pecuária não teria a importância que teve, por exemplo, para o Ceará, pois com a expansão da cultura canavieira e outras culturas, buscou-se limitar ou controlar o avanço da pecuária.

Em 1837, a Câmara Municipal de Penedo, aprovou resolução proibindo a criação de gado solto de qualquer natureza nas áreas voltadas para o uso da agricultura. (GALVÃO & ARAÚJO, 1870). De acordo com Hum Brasileiro (1901), em 1844 as criações dos campos de Anadia e do São Francisco não eram suficiente para atender a demanda de consumo da província. Houve claramente a opção por uma especialização produtiva do território voltada para a agricultura de exportação e, conseqüentemente, um abandono da pecuária, que conforme revela Santa'Ana (1970), em ofício de 1854, do presidente da província de Alagoas, que mesmo sendo pequena a escala de criação de gados de Anadia, era capaz de causar grandes prejuízos a lavoura. Contudo, a despeito dos prejuízos a cultura canavieira, destaca o autor, que eram muitos os usineiros criadores de gado no início do século XX e a título de exemplo cita o industrial Carlos Lira como um desses criadores com 4.500 rezes nas fazendas anexas a sua usina, a Serra Grande. Ainda hoje, a família proprietária do Grupo Carlos Lira segue a tradição dos negócios relacionados a pecuária.

1.4 - O algodão se tecendo a consolidação da ocupação

No fim do século XVIII, com a crescente necessidade das indústrias inglesas, ampliou-se também a produção de algodão no Nordeste que, em determinados períodos, como o da Guerra da Secessão nos Estados Unidos, teve seu preço elevado. Nesses períodos o algodão competia e chegava até mesmo a substituir os canaviais, como também a agricultura de subsistência, pois em Alagoas, como era comum na região, o cultivo do algodão era feito em sua maior parte por pequenos agricultores que normalmente o plantava consorciado ao cultivo de milho e feijão. Para Andrade (2005, p. 158), o algodão foi um dos principais produtos da economia agrícola nordestina e o único que enfrentou a cana-de-açúcar com algum êxito, seja na disputa por terras como por braços escravizados ou livres.

A cultura algodoeira não foi importante somente por competir com o açúcar como maior produto de exportação de Alagoas, mas teve um papel importantíssimo no fortalecimento de mudanças nas relações de produção ao romper mais efetivamente com o tripé da organização agrária do Brasil que Prado Jr (1997, p. 122) define como sendo monocultura – escravidão – grande propriedade. Na verdade, em certa medida, a pecuária já rompera essa organização, apesar de ter sido uma atividade complementar da produção açucareira ao fornecer carne para alimentação dos escravizados e de seus senhores, bem como abastecer os engenhos de animais (FURTADO, 1980) para o transporte de açúcar até os portos ou ancoradouros. É importante relembrar que muitos senhores de engenho possuíam criações de gado em suas terras.

Em Alagoas, a cultura algodoeira só iniciou a sua expansão no início do século XIX, período em que se deu sua elevação a capitania (1837). Sant'Ana (1970, p 56) destaca que em 1828, 6.824 sacas de algodão foram enviadas para a Bahia, 80 sacas para Lisboa e 22.437 para Liverpool. Em face a esse crescimento, o presidente da Província, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, em 1837, sancionou uma lei autorizando e criando 03 (três) inspetorias de algodão em Maceió, São Miguel e Penedo. Observando as localizações, percebemos que essas estavam na região de povoamento que se assentou prioritariamente a pecuária e a pequena agricultura.

O algodão foi cultivado inicialmente no agreste, expandido depois para o sertão, em um sistema similar ao ocorrido em outros estados nordestinos, ou seja, no chamado binômio gado-algodão/pequena lavoura. Para Sant'Ana (Op. Cit, p. 23), em 1875, quase a totalidade do algodão produzido em Alagoas veio de Palmeira dos Índios, Mata Grande, Viçosa, União dos Palmares e Anadia. Ou seja, com exceção de União dos Palmares, municípios do Agreste e do Sertão. Na região norte do estado, onde predominava a cana-de-açúcar não foi instalada nenhuma inspetoria.

Nesse período, devido os elevados preços do algodão, parte dos pequenos agricultores não priorizaram as lavouras de subsistência, passando a se inserirem numa produção mercantil, rompendo com a economia natural, (PAIM, 1957), ampliando a divisão social do trabalho.

Ocorreu uma redução da economia de subsistência e ampliação da agricultura comercial devido a redução dos braços escravizados na cultura canavieira decorrente das diversas leis proibitivas e transferências para os cafezais paulistas; ao aumento da utilização do trabalho livre na cultura algodoeira e canavieira devido a elevação de seus preços no mercado mundial; e a preferencia que meeiros, posseiros e rendeiros que deram as culturas de exportação em detrimento das de subsistência, sendo para ele mais vantajoso, mesmo com as relações de trabalho ainda não fosse pautadas nas relações capitalistas de produção, havendo entre o pequeno produtor e o latifundiário o pagamento da renda da terra em forma de meia ou na terça parte da produção (ANDRADE, 2005). Consequentemente, provocou um aumento da importação e inflação dos alimentos. Sant'ana (1970, p. 38) relata que “1857 foi o ano que esboçou uma reação da parte dêsse esbulhado comércio, quando [...] aumentou sensivelmente o consumo de todos os gêneros de estiva, ente êles o bacalhau, a carne sêca, o arroz, a farinha e o milho”.

Com o crescimento da circulação de capitais, parte da mão-de-obra ociosa passa a se dedicar a produção de bens artesanais e manufaturados, promovendo a primeira substituição de importações que ocorreria dentro das próprias fazendas (PAIM, 1957, RANGEL, 2005). Com uma maior distribuição de renda, ampliou-se o consumo. Nesse contexto, houve uma reinvenção de parte dos recursos provenientes da agricultura exportadora para melhorar a capacidade técnicas dos engenhos como também para a manufatura de tecidos, óleos de mamona e rícino, calçados, móveis, bebidas, etc. No ano de 1859, conforme mencionamos anteriormente, Dom Pedro II (1959) descreveu em seu diário, a presença em Penedo, de diversas atividades manufatureiras, como destilarias de aguardente, fábricas de cigarros, de descaroçar algodão e descascar arroz.

Em 1857, foi criada a Companhia União Mercantil que instalaria a primeira indústria têxtil alagoana na localidade de Fernão Velho, em Maceió, de propriedade de José Antônio de Mendonça, o Barão de Jaraguá. A fábrica foi instalada as margens da ferrovia Alagoas Railway. De acordo com Stein (1979), essa foi a terceira indústria têxtil do Brasil. Em 1866, anunciou a construção de moradia e restaurante para os operários. Sant'Ana (1970, p. 65), afirma que “em 1876 a fábrica manufaturava tecido de primeira qualidade para

roupa de escravos e outros misteres de família... e pano de segunda qualidade, para ensacamento de gêneros... ocupando 74 operários”. Depois dela, foram instaladas outras indústrias têxteis. Sendo que, em 1888, é criada a segunda indústria têxtil alagoana, a Fábrica Cachoeira (1888); por fim a Fábrica Progresso (1892). Juntas, tornaram-se a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, instalada em Rio Largo. Segue a Fábrica Pilarense (1892, Pilar), Fábrica Penedense (1895, Penedo), Fábrica de Rendas e Bordados (1909, Pilar), a Fábrica de Fiação São Miguel (1913, São Miguel dos Campos), a Fábrica Alexandria (1911, Maceió), a Fábrica Santa Margarida (1914, Maceió), a Fábrica de Pedra (1914, Delmiro Gouveia), a Fábrica Vera Cruz e a Fábrica Norte Alagoas (1927, São Miguel dos Campos), e a Fábrica Marituba (1926, Piaçabuçu).

Com o aumento da produção do algodão e a recuperação do preço do açúcar, economia alagoana teve nesse século um significativo crescimento. Do início do século, até a Proclamação da República, surgiram em Alagoas 29 vilas. Destas, 10 viraram cidades, a exemplo das vilas de Penedo, Porto Calvo e Alagoas. O algodão contribuiu decisivamente com o desenvolvimento da vida urbana nordestina, ao contrario do que ocorria com a cana-de-açúcar. Assim, o algodão foi um dos principais produtos nordestinos e o único que enfrentou a cana-de-açúcar com algum êxito, na disputa das terras e dos braços.

Essas duas atividades econômicas foram as que mais contribuíram para o desenvolvimento do território alagoano (Bastos, 1938). Para termos dimensão desse crescimento, em 1876, a vila de Porto Calvo, possuía 177 engenhos que produziam 280mil arrobas de açúcar (RIAGA, 1877).

1.4 Rios do açúcar e rios do gado: caminhos entre o sertão e o mar

Ora, em sentido amplo a economia regional estava mesmo pautada no porto empório que em Alagoas, eram tantos quantos seus rios e lagoas. Na verdade, a formação do território alagoano está fortemente associada a esses cursos fluviais, e por isso afirma Brandão (1919) que são nesses canais e lagoas que a sociedade alagoana assenta sua primeira povoação. Foram por eles os caminhos das frentes de ocupação do litoral e dos sertões. Foram pelos “rios do açúcar” (ANDRADE, 2010) que se deu o alargamento da cultura canavieira. Assevera este o autor que “cada uma das usinas da porção meridional das Alagoas situa-se em um vale, não possuindo competidores na margem do rio em que se localizam, nem s seus afluentes” (ANDRADE, 2010, p.74),

Por outro lado, pelos “rios do gado” surgiram as vilas e cidades do Sertão e Agreste alagoanos. Proibida a criação na zona canavieira, penetraram os sertões em busca de pastagem. Nessa interiorização, formaram-se diversos currais, feiras e pontos de repouso.

Por esses rios também entravam as mercadorias importadas da Europa e por onde saiam às riquezas extraídas, como madeiras, especiarias e a produção da pecuária e agrícola. A título de exemplo, Castro (1991, p. 104), ao tratar da história do município de São Miguel dos Campos, expõe claramente a importância do comércio através do rio São Miguel:

A capital se isolava dos municípios pela dificuldade dos transporte. E o comércio miguelense, de enorme estoque de mercadorias, trazido da Bahia, Recife e Maceió, pelas barcas surtas no seu porto fluvial, transformava-se no centro de abastecimento do sertão e de muitas cidades” (CASTRO, 1991, p. 106).

Da mesmo forma, no litoral norte, o preside da província de Alagoas, José Bento da Cunha Figueiredo Jr., em viagens por esta, dar conta de muitas barcas carregadas navegando pelo rio Camaragibe e menciona Cita alguns dos portos fluviais neste rio:

Os portos, que offerece o rio até a villa são: á margem direita, á povoação da *barra* com um nicho a S. Antonio, *Caúna*, *Toquedebaixo*, *Campinhinha*, engenho *Passo Alegre* e villa do *Passo* (5 lenhas da foz); á esquerda porto do padre *Delfirio*, *Boqueirão*, *Formosa* e *AguaBranca*. (FIGUEIREDO JR. 2010, p.45).

Pelo rio Manguaba, o presidente provincial informa que da foz à vila de Porto Calvo, em um total de 07 léguas, existiam 13 portos fluviais. Segundo este “regando as terras férteis de numerosos engenhos, dos mais importantes da Alagoas, o rio *manguaba*, há de representar honroso papel no desenvolvimento da riqueza e prosperidade públicas d’esta província.” (FIGUEIREDO JR, 2010, p. 52).

Comenta ainda que “[...] A navegação a vapor... há de converter a tradicionalmente celebre villa de porto Calvo em grande empório commercial do centro da comarca”. (FIGUEIREDO JR, 2010, p. 52). Para ele, com os barcos a vapor, o comércio pelo rio Manguaba se ampliaria consideravelmente, trazendo de imediato, duas vantagens: a primeira, evitaria que parte dos gêneros produzidos na região escoassem por Pernambuco; e, em segundo lugar, tornaria a vila de Porto Calvo o centro da zona norte alagoana. Pelos números de portos e por suas observações, deveriam passar pelo rio Manguaba um comércio vigoroso, mesmo prejudicado pelo tamanho e velocidade das barcas.

Outro fator a se destacado na formação urbana da região canavieira é o grau de dispersão da população. Ou seja, além de está longe da costa, ela também era predominantemente rural tendo como núcleo dos povoados e vilas, não a sede, mas os engenhos de açúcar. Conforme dados de Figueiredo Jr. (2010, p.44) Passo de Camaragibe, por exemplo, possuía, em 1869, mais de 23 mil habitantes, mas na vila residiam 2.000 mil pessoas.

Nessa perspectiva é muito importante a análise de Diegues Junior (1980), ao retratar tão bem o cotidiano dos engenhos de açúcar de Alagoas. Cotidiano esse que com o fim da escravização negreira e a escassez de mão-de-obra devido as lei de proibitivas e de libertação foi alterado para relações de

vassalagem. Contudo, em estudo sobre a expansão da produção canavieira para os tabuleiros do sul alagoano, concluída no início dos anos 80, Heredia (1988), ainda identifica essas relações *morador-senhor de engenho*, onde estes concedendo pequenos pedaços de terras para o cultivo de alimentos e cobrando dos moradores dias de trabalho nos seus cultivos e a comercialização com o barracão.

Era tão expressivo os fluxos de mercadorias pelos rios e lagoas para os engenhos, que nos anos 60, nos Anais do Centenário, da Associação Comercial de Maceió, Lessa (1967) assegura poder deixar de fazer menção, assinalando em caixa alta, ao “DESAPARECIMENTO DO TRANSPORTE SÔBRE A ÁGUA”.

Para ele, o transporte de cabotagem feito pelas barcaças a vela eram mais econômico e pratico pois navegavam pelos rios e pelo mar, levando o açúcar ao porto de Maceió, e os mais próximos, ao de Recife. Para provar a sua afirmação, mostra os custos do transporte pelos rios e pelos caminhos:

Até o ano de 1935, o frete de um saco de açúcar que se pagava de Coruripe e a ser descarregado nos velhos “Trapiches” em Maceió, era de Cr\$ 1. (um cruzeiro) por unidade de 60 quilos. Em 1936, foi elevado para 1,22. (um cruzeiro e vinte e dois centavos). Atualmente para-se por um só são de açúcar, por caminhão, o frete de Cr\$ 750. (LESSA, 1967, p. 49).

As favoráveis condições naturais diante um relevo relativamente plano e face a uma intensa rede hidrográfica navegável, foi fundamental à penetração da cultura canavieira. Como consequência, houve também uma interiorização dos núcleos urbanos e um esvaziamento das cidades na costa. Ao observarmos os primeiros núcleos urbanos alagoanos constatamos: de Penedo a foz do rio São Francisco são quase 30 quilômetros; de Porto Calvo para foz do rio Manguaba em torno de 25 quilômetros; e por último, a vila de Alagoas era a mais próxima do mar, mas mesmo assim, a uns 10 quilômetros da praia, sendo o porto na Lagoa Manguaba. Já seu porto marítimo ficava a quase 20 quilômetros da vila.

A velha Alagoas via alarmada a prosperidade da povoação litorânea. Definhava, lentamente, ficando ao abandono o seu pôrto de mar, a quasi sete léguas da vila legendária... (CRAVEIRO COSTA, 1939 p. 19).

Essa distância da vila de Alagoas com o porto marinho associado ao crescimento comercial do porto de Jaraguá, em Maceió; uma topografia mais favorável ao crescimento urbano e o desenvolvimento econômico da vila de Maceió, foram elementos importantes, segundo Craveiro Costa (1939), para que em 1839 a capital fosse alterada, saindo da vila de Alagoas indo para Maceió. Essa mesma lógica de ocupação foi orientada ao sul do território e na ribeira do São Francisco. As mais importantes cidades eram: São Miguel dos Campos, Coruripe, ficando a primeira em torno de 20 quilômetros da praia; e a segunda, mais próxima do mar, uns 5 quilômetros; além de Penedo citada anteriormente.

Contudo, vale ressaltar que os fluxos pelo do rio São Francisco não podiam ser comparados a qualquer outro. Penedo era um grande entreposto para as trocas com o Sertão e boa parte do Agreste alagoano. Eram poucos e ruins os caminhos por terra, sendo aqueles abertos pela pecuária, os de maior circulação. Ora, a história do rio São Francisco marca profundamente a história do Brasil central e da Região Nordeste (MEDEIROS NETO, 1941) em especial. Além da extensão, quantidade de currais que produziam charques, queijo de coalho e de manteiga e couro, produziam-se na ribeira do São Francisco muito arroz e cana de açúcar.

Outras culturas também eram produzidas, mas em menor escala, como o milho, feijão, a mandioca, fumo, etc. Existiram ainda muitas salinas no rio São Francisco. Medeiros Neto cita sua existência próximo a foz, na região de Piaçabuçu. Já Orville Derby (1879) explica a existência de salinas no médio São Francisco devido o afloramento de sal diante da geologia da região. Essas salinas favoreciam as charqueadas e curtumes da ribeira.

Produzia-se também cana de açúcar nas margens do rio São Francisco e em suas lagoas e afluentes. A cana servia para produção de açúcar e rapaduras. Quanto a esse último produto, Miranda (1936, p. 64) informa existir “cerca de 700 engenhocas produzindo mais de 3.500.000 rapaduras que são consumidas e exportadas para municípios vizinhos, no rio São Francisco, de Lapa a Juazeiro”. Essa região era disputada economicamente pela província de Pernambuco e da Bahia. Os vapores das companhias costeiras de navegação

pernambucana e baiana mantinham com os portos da ribeira importante comércio, de diversos gêneros (fotos 01). Nela se vêem as canoas e animais que serviam de transporte para as mercadorias.

Foto 1.1 - Panorama da Feira de Piranhas, em 1869.

Fonte: Figueiredo Jr. (2010); Foto de Abílio Coutinho

Além desse comércio de cabotagem pelo rio, a companhia baiana ainda mantinha linhas semanais de transporte de passageiros até Piranhas, aproveitando também para efetuar o transporte de mercadoria conforme foto 02 e 03.

Foto 1.2 –Vapor Paulo Affonso carregando lã, couros e sacas de barrigudas.1869

Fonte: Abílio Coutinho *in* Figueiredo Jr. (2010).

Observa-se o Vapor Paulo Affonso da Cia Bahiana. (foto 02) carregando lã, couros e sacas feitas da árvore barriguda. Esse vapor transportava 30 tripulantes (Figueiredo Jr., 2010). Na foto 03, a esquerda o Vapor Paulo Affonso a direita, o Gequitaya, em piranhas, no Povoado de Cima

Foto 1.3 – Vapores no Povoado de Cima, em Piranhas - 1869

Fonte: Abílio Coutinho *in* Figueiredo Jr. (2010).

Segundo Figueiredo Jr. (2010, p.99), “É imensa a exportação de algodão, que sae pela barra do S. Francisco”. Esse ainda cita de Penedo a Piranhas fabricas a vapor de descaroçar algodão, pilar arroz, extrair óleo de mamoma; fabricas de sabão e chapéu de couro, além de muitas casas de comercio. Em suas conclusões faz um calculo revelando ser aproximadamente a população da ribeira do São Francisco:

“A população provavel, por freguezias, é a seguinte: Piassabussú é 6 mil almas; Penedo 16 mil, Collegio 10mil (32:000, o termo); Traipu 8000; Sant’Anna, 8000 (16000): o que dá o total de 48 mil almas, tendo talvez a comarca mais povoada da provincia. (p. 110)

A comarca de Matta Grande é muito extensa também, e alem das villas de Pão de Assucar e Matta Grande... povoações d’Agua Branca, que prospera, Piranhas, Entre-Montes e Limoeiro com uma população de 18 a 22 mil almas: o que dá 66000 almas, habitando as duas grandes comarcas do S. Francisco.(FIGUEREDO JR. Op. Cit. p. 111)

Assim, em suas viagens pela província nos anos de 1869/ 70, o presidente provincial J. B. C. Figueiredo Jr. não relata a presença de fabricas ou outro tipo de trabalho que não sejam os ligados ao engenho fora da hinterlândia do rio São Francisco, exceto na ex-colônia militar Leopodina, onde diz que existiam em 1856, 14 carpinteiros, 2 marceneiros, 9 pedreiros, 2 ferreiros, 4 oleiros, 2 sapateiros e 5 alfaiates. O restante da população era de agricultores.

Segundo Craveiro Costa (1983, p.67/8), os núcleos de “Porto Calvo, Porto de Pedras, Maragogy, Pioca, Santa Luzia, Coruripe, Camaragibe, São Miguel e Alagôas” seriam os centros de produção canavieira, tendo, em 1870, uma população escravizada de 32.746 negros e de 116.192 habitantes livres. Ainda informa o autor que nas demais 18 freguesias que Alagoas possuía no Agreste e no Sertão, havia apenas 16.052 indivíduos escravizados. Para o autor, os sertões da atividade pastoril e da cultura do algodão se formaram mais democraticamente.

De acordo com levantamento apresentado por Espíndola (2001, p.78) sobre a população da província de Alagoas, as nove freguesias listadas acima por Craveiro Costa. Possuía em 1871, 65% da população escravizada de Alagoas e 41% da população livre. Já as demais 19 freguesias, possuíam 35%

da população escravizada de Alagoas e 59% da livre. A relação entre livre e escravizados na região canavieira é de 23%, ou seja, de cada 100 habitantes, 23 eram escravizados. Nas demais áreas, a relação é de 10% para escravizados e 90% livres.

Por ser a população da zona não canavieira predominantemente livre como se observa nos dados, a formação desse território se diferencia da região açucareira. Nas margens do São Francisco se produziam grandes quantidades de alimentos para subsistência e para o mercado nas áreas canavieiras, em especial, carnes, peixes e cereais. Outro fator importante para se destacar é o surgimento muito precocemente nessa região de fábricas com máquinas a vapor quando comparamos com a canavieira. Sant'Ana (1970) indica que até o início do século XX, o processo de produção de açúcar ainda era, em sua maioria muito obsoleto, só vindo a se modernizar com as usinas.

1.5 – Trilhando caminhos entre a terra e mar

Com o advento da revolução industrial e, por conseguinte, a mundialização do capital e da técnica, ampliaram-se as trocas comerciais entre mercados, exigindo maior fluidez. Nessa fase, as regiões coloniais são chamadas a cumprirem com um novo papel na economia mundial.

Ampliam-se por parte dos países que integraram a revolução industrial, demandas crescentes por matérias-primas provenientes das colônias e dos países periféricos, ao mesmo tempo em que há uma necessidade ampliada de realização do consumo das mercadorias produzidas por esses centros industriais.

Daí o capitalismo, como nos lembra Lenin (fase superior), ter que se mundializar por meio do sistema financeiro bancário e de se realizar por meio das companhias mundializadas construindo portos, estradas de ferro e rodagem, obras públicas que resolvem os pontos de estrangulamento da economias coloniais que interessem aos capitalistas.

Foram as necessidade do capitalismo mundial que impuseram ao Brasil mudanças nas suas relações internas. Era necessário, como lembra Rangel (1960), que o polo interno tendo concluída a sua laboriosa evolução houvesse sua primeira dualidade. A independência do Brasil marcou esse momento de mudança nas relações entre os polos interno e externo da formação brasileira, sendo necessário, “provar sua eficácia resolvendo o problema de assegurar o crescimento da economia, não obstante o estancamento prologando do comércio exterior.” (RANGEL, 1960, p. 67).

Dado fim ao pacto colonial e podendo comercializar livremente com os principais mercados, os senhores de escravos cuidaram de ampliar sua produção e seu comércio. Esse período é marcado pela crescente centralidade administrativa e econômica, passando o porto das capitais a empório do comércio com o restante da província.

É nesse período que Maceió (1839) e Aracaju (1854), por exemplo, tornam-se capitais de província por possuírem uma melhor condição portuária. Na mesma perspectiva, a cidade de Fortaleza passou a ser capital do Ceará em 1799, contudo sua alfândega somente foi criada em 1812, e a cidade só se consolida como centro da hegemonia econômica e político-administrativa do Estado a partir da segunda metade do século XIX (LEMENHE, 1991), visto que

A base essencial para prevalência de Fortaleza sobre as demais cidades decorreu fundamentalmente da centralização nela de um volume maior de produção para o mercado externo, favorecida, de um lado, pelo próprio desenvolvimento das atividades agrícolas e pastoris e, de outro, pela sua condição de capital. (LEMENHE, 1991, p. 100)

Contudo, foi com a implantação do sistema ferroviário que se deu o golpe mais forte no sentido de anular as outras zonas de comércio em detrimento de uma centralidade da capital. As trilharas das ferrovias nem sempre foram no rumo dos grandes centros da época.

Em Alagoas, por exemplo, a cidade de Penedo, que depois de Maceió possuía comércio mais dinâmico, com linhas portuárias ligando o vale do São Francisco a Recife e Salvador, foi excluída dos estudos técnicos dos planos

ferroviários oficiais em 1869. Vale lembrar ainda que Porto Calvo igualmente ficou fora do traçado férreo que somente teria um ramal até Camaragibe e mesmo assim, jamais saiu do papel (vide figura 1.3).

Figura 1.3 - Planta da projeção da Estrada de Ferro Central da Província de Alagoas - 1872

Fonte: Wilson (1872)

Fica claro a exclusão da Região de Penedo e litoral norte na fala de Wilson (1872, p.11), “as outras Freguezias da Província algumas marginaes ao

caudaloso Rio São Francisco e outras a costa não carecem de outros recursos como meio de viação”.

Tenório (1979) destaca diversos fragmentos de jornais dos anos 70 do século XIX revelando a revolta e indignação população da ribeira do São Francisco, sobretudo, de Penedo, pela falta de perspectiva de implantação de ferrovias para região. Após 20 anos surgiram algumas propostas para região do São Francisco ligando o litoral a cachoeira de Paulo Afonso. A estrada de ferro ligando o São Francisco a Maceió somente chegaria no ano de 1950 em um traçado que mais favoreceu a região do Agreste que a do São Francisco.

O que prevaleceu foi uma linha principal que deveria partir de Maceió indo para Imperatriz (atual União dos Palmares), haja vista se encontrar nessa região a área mais produtiva de Alagoas, conforme mostra Wilson:

A Linha Central e seus projectados ramaes atravessarão terrenos férteis e alcançarão os centros mais productores da Provincia... abrangendo 16 Frequezias, cujos habitantes sommam 177.840 mil almas e contem na sua superfície 307 Engenhos de assucar... além das numerosas fazendas para cultura de algodão, criação de gado e cultura de generos alimentícios, que abundão em toda a sua extensão... Encontra-se a Linha Central logo em sua partida da capital...no fim de duas lagoas, em Fernão Velho com a importante fabrica de tecidos de algodão, pertencente a Companhia *União Mercantil*, que ocupa diariamente 250 trabalhadores. (WILSON, 1872, p.10/1).

Quando observamos os caminhos da ferrovia, facilmente percebemos que ela não contemplou a zona de antigo povoamento. Ou seja, ribeira do São Francisco e Porto Calvo foram preteridos em benefício de uma região de produção algodoeira, matas e terras disponíveis para ampliação da cultura açucareira sob o domínio de futuras usinas.

Assim o pregresso técnico – o transporte aliado ao fabrico contribuiu para decadência do banguê... Os engenho mais afastados da linha férrea – os do norte, por exemplo, os do S. Miguel ou do Coruripe – tinham de utilizar outros meios de transporte. Nem a estrada do norte, nem o ramal Itamaracá – Porto Calvo se fisseram; e o açúcar tinha de contar com os rios, com o mar, com a estrada de rodagem para seu transporte. (DIEGUES JÚNIOR, 1980 p.131)

Assim, fica evidente, um grande desinteresse do segmento que estava na presidência da província pelo sertão alagoano, região de tabuleiros sul (São

Miguel e Coruripe) e pela ribeira do São Francisco. Essa última região somente não foi totalmente desprestigiada por ter sido contemplada pelo trecho de Piranhas-Jatobá, construído com mão-de-obra disponível durante a longa seca de 1877, naquilo que Sousa (2009) chamou de Projeto Pompeu Sinimbu. Esses Projetos de criação de ferrovias para essas regiões chegaram até ser apresentados, mas não saíram do papel. Assis (2011) estuda o mesmo fenômeno no Ceará, mostrando que de 1864 a 1880 dos quatro projetos apresentados para construção de ferrovias no Ceará, os outros três não foram implementados conforme mostra o autor.

No Ceará as estratégias de centralidade foram similares as Alagoana, com a diferença que em Alagoas se desprezava os sertões. As ferrovias buscaram ligar a Cidade de Fortaleza aos principais centros produtores de alimentos, café, da pecuária e da produção algodoeira.

PARTE 2 –

Leitura e Interpretações da Industrialização no Ceará e Alagoas

Capítulo 2- Apontamentos históricos sobre a atividade industrial no Ceará

Assim como aconteceu em outras partes do território brasileiro, as primeiras atividades industriais cearenses se deram de forma artesanal ou manufatureira (pré-industrial), utilizando-se normalmente de matéria-prima local e voltadas para atender as necessidades das fazendas e dos pequenos povoados próximos. Essas oficinas produziam produtos para consumo doméstico a exemplo de panelas, cadeiras, mesas, rendas, labirintos, velas, chapéus de palha, cestas, carroças, sacaria, celas, foices, enxadas etc. (SAMPAIO & MORAIS, 2002).

Segundo Paim (1957), essa pequena produção autônoma no interior das fazendas ao invés de colaborar com a industrialização do Brasil, agia de forma contrária. A auto-suficiência das fazendas seria uma das causas essenciais do não desenvolvimento industrial. Para se desenvolver a industrialização, há a necessidade do fim da economia natural e uma ampliação da divisão do trabalho.

Nesse sentido, destaca Rangel (2005, p.185 qual livro) que “o modo específico como agricultura se ajusta às condições criadas pela industrialização é abandonando essas atividades elaboradas, para comprar produtos elaborados na cidade”. Observamos, dessa forma, que foi devido a ampliação da divisão social do trabalho, separando a produção agrícola da produção industrial, que se pôde, pouco a pouco, ir retirando do complexo rural as atividades não agrícolas. Por conseguinte, a compreensão do funcionamento dos diversos complexos rurais e relações com o mercado exterior permite compreender a trajetória inicial da indústria.

Até pelo menos o último quartel do século XIX, a economia cearense era quase que exclusivamente voltada para a exportação, sobretudo, de algodão, café, açúcar bruto, couro salgado, cera de carnaúba e goma de borracha e por uma agricultura de subsistência.

A pecuária foi a atividade que primeiro contribuiu com a ocupação do território cearense a partir da instalação de fazendas nos sertões nas condições mais adversas possíveis, seja pelas secas, ataque dos índios, rios

temporários e não navegáveis (GIRÃO, 1947). A expansão da pecuária no século XVIII teve como consequência a criação de vilas em diversos pontos da província (AZEVEDO, 1956).

Com o desenvolvimento das charqueadas e sua produção nas oficinas se cria, conforme Lemenhe (1991, p.38), uma nova organização produtiva na colônia que a diferenciaria do engenho, mediante a existência de uma divisão territorial do trabalho entre a fazenda de gado, as oficinas de salga e os espaços de exportação. A atividade pecuária favoreceu também a indústria do couro. Grande parte era exportada e o que ficava, servia para fabricação, sobretudo, de moveis e calçados. Ainda hoje, na região do Cariri cearense, há diversos produtores artesanais de calçados de couro (ARAÚJO, 2006).

No século XIX, seria o algodão quem mais contribuiria para o desenvolvimento do território cearense, representando o que a cana-de-açúcar e o café, como produto de exportação, representaram para outras porções do território. Dela também se evoluiu no Ceará uma forte indústria. O parque têxtil cearense é hoje um dos mais modernos e competitivos do Brasil. Outras culturas favoreceram a economia cearense que sempre foi marcada pela diversidade. Apesar de pouco destaque, não era desprezível a produção de café e açúcar quando a comparamos em produção de riqueza com a do algodão.

Devido às condições naturais do Estado que possui mais da metade de seu território inserido na depressão sertaneja, a cultura do café e da cana-de-açúcar limitava-se aos enclaves úmidos, ou seja, as serras e a porções da faixa litorânea. Essas atividades por mais que não tenham tido destaque na literatura cearense, foram importantes na inversão de capitais para o processo de substituição de importações no Ceará. Basta vermos alguns números citados por Nobre (1989) ao destacar que em 1895 havia no Ceará 225 fábricas e 09 engenhos a vapor, além de 789 engenhos de ferro com tração animal e 1.869 engenhos de madeira, pulverizados por quase todos os municípios.

Quando se observa os municípios com maior número de estabelecimentos industriais percebe-se que em sua maioria estão localizados nas áreas de serras úmidas ou do litoral. Essas fábricas e engenhos a vapor estavam assim distribuídas: Aquiraz (67 fábricas e 01 engenho), Pacatuba (38 fábricas), Uruburetama (36 fábricas e 03 engenhos), Caucaia (25 fábricas) e Messejana

(25 fábricas), Iguatu (09 fábricas), Jaguaruana (06 fábricas), Redenção (05 fábricas), Baturité (03 fábricas e 02 engenhos), Canindé e Maranguape (03 fábricas), Aracati (01 fábrica e 03 engenhos), Crato, Lavras, Porongaba e Sobral (01 Fábrica). A maior parte do açúcar produzido no Ceará era para consumo interno ou sertões do Rio Grande do Norte e Piauí, sendo a produção de rapadura a maior dedicação dos engenhos (BRASIL, 1971)

Ainda segundo Nobre (1989), esses números são incompletos visto haver muitas informações ausentes. Ele destaca diversos estabelecimentos fabris prósperos como a fábrica de calçados de José Vicente Zaranda, em Aracati, que havia firmado contrato com o Ministério da Marinha para fornecimento de calçados. Contrato esse, renovado em 1856 por seus filhos que o sucederam no empreendimento.

Brazil (1893) informa que de Aracati, no ano de 1855, exportou 14.623 pares de sapatos, fora o grande consumo interno. Nobre (1989) ainda informa a existência de um laboratório farmacêutico em Baturité que comercializava “em escala considerável alguns produtos nele preparados, a exemplo da pílula Mattos”. Essas pílulas ainda hoje são comercializadas no Ceará. Neste mesmo município, havia uma destacada produção de café, que segundo esse autor era o

[...] mais importante estabelecimento fabril em todo o Estado: a Fábrica Proença, verdadeiro complexo, com atividades de descaroçamento de algodão, refinação de açúcar, destilação de álcool, fabricação de vinho, óleos e sabão e descascamento de arroz e milho (NOBRE, 1989, 164).

Desta forma, podemos perceber, primeiro, que a atividade industrial no Ceará, em sua fase pioneira, nasce desconcentrada por todo o território cearense. Segundo, que o capital originário para o processo de industrialização não foi exclusivamente relacionado ao binômio gado-algodão, mas estava ligada aos diversos complexos rurais voltados para exportação, tendo a produção de café e derivados da cana-de-açúcar maior importância do que a dada a essas culturas.

Essa diversidade da economia daria ao Ceará uma boa condição para sua industrialização, pois mesmo em períodos de seca, essa produção mantinha a economia relativamente estável, onde as divisas obtidas nesses setores pouco afetados pelas secas possibilitavam as importações dos gêneros não

produzidos localmente ou por ela afetados. O café e a cana-de-açúcar eram cultivados no litoral e serras úmidas, mesmo em períodos de seca, essas regiões sempre foram mais chuvosas, tendo assim a seca menos impactos sobre essa produção.

O Mesmo acontecia com a cera da mangabeira e maniçoba comum nas zonas costeiras ou a carnaúba, planta bastante adaptada ao clima semiárido e bastante abundante no litoral e várzeas dos rios. Segundo Sousa (2009), mesmo na grande seca de 1877, essas atividades tiveram aumento de produção no primeiro ano da seca, e só não mantiveram esse crescimento pela insegurança devido os saques as mercadorias transportadas da Serra do Baturité para Fortaleza.

As atividades mais prejudicadas foram a pecuária e o algodão que eram economias que se expandiram pelos sertões cearense. Porém, era a pecuária que mais sofria pela falta de pastos, ficando quase extinta a criação. A cultura do algodão sofreu menos porque era cultivado nas proximidades das serras úmidas de Baturité, Aratanha e Uruburetama entre outras.

Se a economia não era tão frágil aos problemas climáticos, como entender então por que o Ceará não conseguiu dar maiores saltos no processo de industrialização? Se as atividades fabris nasceram espalhadas pelo seu território, por que se concentraria posteriormente em Fortaleza? Entende-se que as indústrias nascentes a partir dos fins do século XIX no Ceará, teria Fortaleza com destino pela centralidade que a cidade foi assumindo e o papel de principal centro portuário do Estado, acompanhados pelos portos de Aracati e Acaraú. Porém, esses dois últimos distantes das principais zonas produtoras de algodão, café e açúcar (LEMENHE, 1991).

Assim, a indústria mais moderna que necessitava de maiores investimentos encontraria em Fortaleza essa condição devido a capacidade de investimentos que a burguesia mercantil local acumulou diante da formação de capitais provenientes do aumento das exportações agropastoris como pela formação de um setor financeiro cada vez mais abundante e disposto a investir capitais na indústria local.

As indústrias escolhidas para essa inversão de capitais foram do setor de fiação e tecelagem, aproveitando-se da abundância de matéria-prima, dado o crescente aumento da produção agrícola e dos lucros devido os bons preços

do algodão no mercado internacional. Aragão (1989) diz ser a Fábrica Progresso, inaugurada em 1882, a primeira indústria têxtil a ser fundada no Ceará, tendo como sócio maior Thomaz Pompeu de Sousa Brazil (filho do Senador Pompeu). Ainda eram sócios seu irmão Antônio Pompeu de Sousa Brazil seu cunhado, Antônio Nogueira Pinto Accioly.

Em 1893, a indústria possuía 215 trabalhadores. Daí a assertiva de Brazil (1893, p. 162-163) que “com a abundância de braços, salários baixos, matéria prima a mão, clima benéfico, a grande industria que necessariamente se implantar no Ceará com a certeza de um bom exito”.

Posteriormente, com o desenvolvimento deste setor e devido a formação de recursos ociosos, as inversões vão sendo direcionadas a outros setores ligadas ao aproveitamento dos resíduos da indústria têxtil, ou seja, do caroço do algodão que era transformado em ração para criação bovina e óleo doméstico. Expandiu-se ainda indústrias e bens de consumo como de cigarros, sabões e bebidas (ver tabela 2.1).

Teve destaque ainda a indústria oleaginosa que como demonstra Almeida (1989) foi importante na história da indústria cearense, em especial as de óleo de oiticica e castanha de caju.

Tabela 2.1 – Resumo da produção industrial do Ceará, em 1893.

Resumo da produção industrial	
Couros salgados	550.000\$000
Solla	950.000\$000
Courinhos	1.100.000\$000
Queijos	300.000\$000
Carne secca	300.000\$000
Sabão	150.000\$000
Calçados	900.000\$000
Ceramica	600.000\$000
Metalurgia	300.000\$000
Marceneria	100.000\$000
Cigarros e charutos	300.000\$000
Oleosvegetaes	50.000\$000
Gelo e gazosas	30.000\$000
Refinação	50.000\$000
Alcool	30.000\$000

Vinho de cajúetc	300.000\$000
Rendas, bordados e costuras	560.000\$000
Tecidos de algodão	1.000.000\$000
TOTAL	7.620.000\$000

Industriaagricola e extractiva	17.200.000\$000
Creação	4.600.000\$000
Industria fabri1	7.400.000\$000
Transporte (incluindo o ferroviario)	2.000.000\$000
Renda da propriedade urbana	1.000.000\$000
Salario operário	4.000.000\$000
TOTAL	43.820.000\$000

Fonte. Thomaz Pompeu de Souza Brazil (1893, p. 169)

Portanto, a industrialização cearense seguia a tendência nacional de substituição de importações acompanhando os ciclos juglarianos brasileiros destacados por Rangel (2005) até os anos 30, que correspondeu ao fim da Segunda Dualidade.

Contudo, devido sua formação socioespacial específica, o território cearense não acompanhou no mesmo nível e dinâmica a passagem para a Terceira Dualidade, marcada principalmente pelo desenvolvimento do Departamento I da economia brasileira, ou seja, a substituição dos bens de consumo duráveis e industriais de bens de produção.

É a partir desse momento que começa a ocorrer mais fortemente uma redefinição das relações regionais (Rangel, 2005). As indústrias nordestinas, dentre elas a cearense, não conseguiram acompanhar as inovações técnicas na produção industrial, como tão pouco conseguiram competir com as renovações da materialidade do território promovidas na região Sudeste, em especial, no estado de São Paulo, onde as condições para essas mudanças foram mais efetivamente desenvolvidas. Portanto,

Não oferecendo a região condições objetivas para uma participação mais direta nesse esforço nacional, participou de forma indireta, através das outras regiões que compõem a economia nacional. Longe de demonstrar separação, isto prova a unidade do sistema econômico. (RANGEL, 2005, p.419).

Desta forma, já nos anos 50, é visível a profunda desigualdade socioespacial do Brasil diante da formação de um centro dinâmico que

comandaria, onde a substituição de importações foi muito mais eficaz tendo como base principal o mercado interno (Furtado, 1980). O documento base para criação da SUDENE, o GTDN demonstra quão profundas eram as disparidades regionais.

Sousa (2009) entende que o atraso do Ceará e do Nordeste no processo de industrialização, em relação ao Sul do Brasil, deu-se pela mudança, a partir da seca de 1877, no direcionamento do pensamento econômico que estaria centrado em capitais por meio de transferências federais de programas de apoio a seca, que pela relação da agroexportação com a atividade industrial. Nesse sentido,

[...] o desenvolvimento do Ceará e das províncias do Norte foi comprometido pela ruptura entre a agroexportação e a atividade manufatureira com a aceitação pelas demais províncias da noção advogada pelo projeto Pompeu Sinimbú de que a seca era um óbice ao progresso material da região e que somente seria suplantado esse problema com a intervenção e o apoio do governo central. (SOUSA, 2009, p.80)

Essa concepção, entretanto, está ao avesso, pois o que existiu na verdade foi um desmantelamento contínuo do complexo rural nordestino com a ampliação da divisão social do trabalho, onde a agricultura passa por uma especialização e como consequência a produção passa a ser cada vez mais destinada ao mercado. Após a seca de 1877, por exemplo, ao invés de se reduzirem a produção agroexportadora, foi ampliada, e agricultor em lugar de se dedicar as diversas atividades, dentre elas a manufatureira, se especializou ampliando a produção e comercialização.

Foram os sócios da EFB que instalaram a primeira indústria têxtil do Ceará, a Fabrica Progresso, de propriedade de dois filho e genro do Senador Pompeu, respectivamente, Thomas Pompeu de Sousa Brazil, Antonio Pompeu de Souza Brazil e Antonio Pinto Nogueira Accioly. Ou seja, foram principalmente os capitais frutos da comercialização dos gêneros agrícolas e da pecuária que foram reinvestidos na instalação das indústrias cearense.

Gráfico 2.1– exportação de algodão pelo porto de Fortaleza, de 1845 a 1944

Fonte: Raimundo Girão in Aragão (1989)
 Adaptação: Odilon Máximo de Moraes

A redução da atividade de exportação após a seca de 1877 não ocorreu em face ao abandono da produção agroexportadora em favor da industrialização. Essa redução se deu mediante a crise mundial. Era a fase B do segundo Kondratiev (1873-1896). A conjuntura econômica mundial de crise, como bem destacou Rangel (2005)¹¹ ao explicar as dualidades da economia brasileiras a partir das flutuações econômicas baseados nos ciclos longos de Kondratiev e ciclos curtos de Juglar. Para o autor, é na fase B dos Ciclos longos, ou seja, as descendentes ou de crise, que o Brasil se esforçou para promover a substituição de importações.

É nesse período que surgem as indústrias pioneiras do setor têxtil no Ceará. Aragão (1989), ao periodizar essa história da indústria têxtil, intitula o capítulo do surgimento das pioneiras de “Os pioneiros e seu tempo: 1880-1900”. Surgem nesse período: a Fábrica Progresso; a Cia. Fábrica de Tecidos União Comercial; a Cia Fabril Cearense de Meias; a Fábrica Ceará Industrial; a Fábrica Santa Thereza; e a Cia de Fiação e a Tecidos Enesto Deocleciano – Fábrica Sobral.

¹¹ Sobre o assunto ver: Obras Reunidas Ignácio Rangel- livro. ciclo, tecnologia e crescimento (1969-1981) – 1982.

Quando observamos outro setor importante da indústria cearense nascente, o de óleos vegetais, há um movimento similar ao têxtil. Conforme Almeida (1989), a primeira fábrica de extração de óleos a partir do carroço do algodão foi criada no município de Baturité em 1885. Além da produção de óleo, essa fábrica beneficiava a fibra do algodão, fabricava sabão e resíduos para a alimentação de animais. Cita ainda o autor que

Entre os anos de 1885-1909 registra-se a existência de sete fábricas de óleo no Ceará, a saber: Proença e Cia, Antão Jose de Sousa, Correia, Filho e Cia., Souza Martins e Cia., Antonio Diogo de Siqueira, Costa Martins e Cia., e Mendes & irmão. (ALMEIDA, 1989, 32).

Nobre (1989) cita que de 1877, ano de criação da Junta Comercial, a 1881, haviam inscritas 10 fabricas, nos setores têxteis (meias, fiação e tecelagem), sabão, curtume, vinho de caju, pílulas para animais, cal e pedras de mármore. Além das registradas na Junta Comercial, o autor informa ter nesse período fábricas de rapé, de massas e confeitaria, linhas de carril de ferro, refino de açúcar, além de outros produtos em que a produção era em menor escala.

Estas substituições ocorreram na fase descendente do primeiro Kondratiev (1815-1850), como também na fase descendente do segundo Kondratiev (1870 a 1900). Na primeira, a substituição ocorreu no interior das fazendas após a separação da produção para exportação e a produção para consumo da fazenda, devendo os trabalhadores se voltarem para ampliar a produção dos bens requeridos pelo mercado internacional. No segundo momento, a substituição foi predominantemente das indústrias de bens de consumo.

Passado essas fases descendentes, as exportações de algodão no Ceará, por exemplo, voltaram a crescer, chegando o estado a exportar, pelo porto de Fortaleza, quantidades cada vez mais elevadas desse produto (Ver gráfico 2.1). Para se ter uma ideia do volume exportado, no final do período ascendente do primeiro Kondratiev (fase A), 1871-72, segundo dados de Girão (1957, p.218 a 200), as exportações que saíam pelo porto de Fortaleza eram de 8.324.258 kg. Comparando com o período ascendente do segundo Kondratiev, o volume da produção quase que triplicou, sendo exportado 20.070.400 kg.

Percebe-se que a produção não encolheu, mas ampliou, mesmo com a crise de 1929. Ela somente caiu nos três primeiros anos após a crise, mas

depois voltou a crescer produzindo volumes maiores que anterior a crise, chegando em 1936, a exportar 33.000.000 kg pelo porto de Fortaleza. Vale lembrar que esses valores dão conta dos volumes exportados. Nesse período, cresceu significativamente o número de indústrias têxteis, saindo de uma em 1882 (Fábrica Progresso) para 125 estabelecimentos em 1940 (IBGE, 1949), Ou seja, outra parte significativa da produção algodoeira era destinada a atender a crescente demanda das indústrias têxteis locais.

Como bem lembra Rangel (2005, p. 47) “o esquema geral desse esforço substituidor de importações foi, na origem, idêntico para todas as regiões... [estas] buscaram organizar o suprimento interno dos mesmos ou de alternativos bens e serviços tradicionalmente importados.” Para o autor, as formas de buscar suprir as importações é que foi diferencial para a economia regional. Enquanto na Amazônia, segundo ele, a família produzia suas próprias necessidades, São Paulo criou unidades manufatureiras avançadas.

A indústria cearense seguiu assim a tendência de substituição de importações do restante do Brasil até os anos 30 do século XX. Após esse período, as políticas de integração nacional e de substituição de importação iriam alterar a organização da economia. Com propriedade observa Rangel (1959, p.119) que “o Nordeste é parte integrante do sistema econômico brasileiro e, não obstante certas peculiaridades de origem histórica e geográfica, seus problemas são ininteligíveis fora desse contexto”.

Nesse sentido, internamente, o Ceará se diferenciaria dos demais estados, sobretudo de São Paulo, por uma economia com uma presença, ainda muito forte de relações não capitalista que lhe reduzia significativamente o mercado para suas indústrias nascentes. Eram bastante comuns no Nordeste relações não assalariadas pautadas no pagamento em mercadorias: a meia, a terça parte na produção na agricultura e a sexta ou quinta parte na pecuária, bem como, o morador de condição, ou seja, os moradores que moravam nas fazendas tinham que trabalhar três ou quatro dias nas terras dos fazendeiros (Andrade, 2005).

Essas relações não permitem em certa medida ao sertanejo uma renda que lhe possibilitasse comprar os produtos que deixou de produzir no seio da fazenda, impedindo também o desenvolvimento da indústria na cidade. Além disso, os principais setores que pautavam a sua economia sofriam pela

estagnação do mercado mundial; pela perda populacional pela migração incentivada para a Amazônia, devido as secas e problemas sociais, para São Paulo e outros estados.

É possível destacar ainda as dificuldades com os transporte de seus produtos para os portos e mercados consumidores. Tornava maior ainda o isolamento de certos centros urbanos, criando obstáculo a integração da economia local, visto ser precária as estradas de rodagem e as ferrovias. Estas últimas seguiam dois eixos: um saindo de Fortaleza, sentido Sul, indo ao município do Crato, região do Cariri (Assis, 2011). O trem ligando esta importante região cearense a Fortaleza somente chegaria em 1926, perdendo o Ceará durante muito tempo parte do comercio dessa região que ocorria com frequência com o Recife.

A outra linha era no sentido Norte-Oeste, passando por Sobral, importante cidade, seguindo para o Piauí, só foi concluída em 1950. Como já dito, alguns municípios como a próspera cidade de Aracati ficaram isolados economicamente ao ponto de hoje ser inexpressiva sua participação no setor industrial, só vindo a ganhar destaque pelas atividades do turismo.

Quanto se observa o Ceará como uma parte integrante do sistema nacional, se percebe a fragilidade de seu sistema econômico. Teria o Ceará como o restante do Nordeste uma participação na divisão regional do trabalho um papel de fornecedor de matérias-primas e capitais no esforço de substituição de importações.

Diante de formações socioespaciais distintas, o desigual desenvolvimento do território brasileiro produziu em cada porção do território ritmos dispares de crescimento. Essa desigualdade é destacada por Rangel (2005, p.48) quando diz que “em toda a primeira etapa da industrialização do Brasil, o intenso desenvolvimento da área dinâmica do sistema coincidiu com conjunturas estagnantes ou mesmo regressivas em vastas parcelas do território nacional”. Por ser o Brasil um país de capitalismo periférico, seu desenvolvimento terá níveis distintos na escala e na cartografia. Para lembramos Trotski (2007):

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do **processus histórico**, manifesta-se com mais vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o acicate das necessidades exteriores, a vida retardatária é forçada a avançar por saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, na falta de um nome mais apropriado, pode denominar-se a **lei do**

desenvolvimento combinado, no sentido da aproximação de diversas etapas, da combinação de fases distintas, da amálgama de formas arcaicas com as mais modernas (TROTSKY, 2007, p. 102).

É nesse ritmo desigual e combinado que vai se desenvolvendo a indústria brasileira. Essa desigualdade será mais sentida quando da necessidade de integração dos mercados regionais em um mercado nacional. É nessa relação competitiva entre as empresas que a economia nordestina passa a ter perdas, já que os empresários não investiram em inovações tecnológicas, pois tinham domínio exclusivo sobre estes mercados regionais. Essa falta de renovação do maquinário levou, pouco a pouco, as empresas nordestinas a falta de competitividade devido a baixa produtividade, tornando as empresas do nordeste marginais (Rangel, 2005).

Em pesquisa sobre a indústria têxtil no Nordeste (BRASIL, SUDENE, 1971, p.26) verificou-se o obsolescência dos maquinários das indústrias nordestinas. Para que se tenha uma ideia desse atraso das unidades fabris, “constatou-se que mais de 54% dos fusos em operação no Nordeste tinham 30 anos no mínimo, e em sua maior parte, possuíam alça pequena e pertenciam a filatórios de baixa estiragem”. Já no que se refere aos teares “o quadro era mais sombrio ainda por isso que 81% deles foram fabricados antes de 1930”. Outra questão apontada pelo relatório dizia respeito as vantagens locais da região que consistia na união de um excedente de mão-de-obra combinada a baixos salários e estava em processo de deterioração devido ao aumento dos alimentos e a política de salário mínimo. Somado a isso, a indústria têxtil nordestina operava com um excedente de trabalhadores devido o baixo grau tecnológico, perdendo em produtividade.

Esse quadro de obsolescência da indústria têxtil e de outros setores estava entre as preocupações da SUDENE que buscou não somente atrair indústrias de outras regiões, mas também incentivar as indústrias locais em seu processo de modernização administrativa-tecnológica e qualificação da mão-de-obra. É o exemplo do Programa Têxtil, de 1961, criado através da Resolução nº 42, do Conselho deliberativo da SUDENE, que tinha o objetivo de reequipar o setor têxtil tendo como órgão financiador o Banco do Nordeste do Brasil – BNB.

Ao longo da década de 1960, em sua primeira fase, de 1960-65, foram aprovados 20 projetos de reequipamento. O Ceará e a Paraíba foram os

estados que mais projetos aprovaram (ver tabela 2.2). Em sua segunda fase, devido às mudanças nas políticas da SUDENE com relação aos incentivos fiscais como o 34/18 e financiamento para modernização técnica, foram aprovados 26 novos projetos industriais, sendo novamente o Ceará o estado que mais projetos implantou, seguido por Pernambuco e Paraíba.

Tabela 2.2 – Modernização das indústrias têxteis do Nordeste - SUDENE

ESTADOS	Projetos de reequipamento, 1960-65			Projetos de implantação, 1965-69		
	Fábricas incluídas	Projetos apresentados	Projetos Aprovados	Projetos de Implantação	Empregos criados	Inversão total
Ceará	08	05	05	08	1.260	83.291.505
Pernambuco	14	06	01	06	1.271	56.898.021
Paraíba	06	06	04	05	944	34.542.854
Rio Grande do Norte	02	01	02	04	366	15.641.040
Bahia	06	05	03	01	330	10.209.729
Alagoas	08	03	02			
Sergipe	12	07	02			
Maranhão	05	02	02			
Minas Gerais*				02	448	42.826.839
NORDESTE	61	33	20	26	4.619	243.409.988

*Parte Norte de Minas Gerais estava incluído no Nordeste da SUDENE.

Fonte: BRASIL, SUDENE, 1971, p.31,39

Organizada da tabela: Odilon Máximo de Moraes

Essa renovação e expansão do setor têxtil tomou o Nordeste, em especial o Ceará onde a modernização se deu forma intensa (Araújo, 1997), uma região altamente especializada, com um parque industrial competitivo e moderno, possibilitando a Região Nordeste uma inserção competitiva na integração dos mercados nacional e internacional: “O parque têxtil e de confecção de Fortaleza é competitivo nacionalmente e, no caso da fiação, internacionalmente, em virtude de sua atualização tecnológica.” (ARAÚJO, Op. cit, p.15). Essa trajetória da indústria têxtil cearense não condiz com o que pregou Oliveira (1977, p.125) ao qualificar o Nordeste um mercado cativo das empresas do Centro-Sul:

Os resultados do programa de industrialização, sob a égide do 34/18, são fartamente conhecidos no campo da transferência da hegemonia da burguesia internacional-associada do Centro-Sul para o Nordeste. Os principais grupos econômicos do Centro-Sul transferiram-se para o Nordeste, implantando fábricas e unidades produtivas que, em alguns casos, mesmo quando operem a capacidade ociosa, mesmo quando representem duplicação de produções que, numa visão marginalista,

poderiam ser mais econômicas no Centro-Sul, asseguram a homogeneização monopolista do espaço econômico nacional. (OLIVEIRA, 1977, p, 126).

Esqueceu o Oliveira da capacidade de competição e inovação das empresas do Nordeste. Algumas empresas têxteis cearenses, como a Santana Têxtil S.A, que o proprietário começou fabricando redes de dormir, possuem hoje além da sede em Fortaleza, filiais no Rio grande do Norte e Mato Grosso, e uma fábrica na Argentina e a construção de outra uma nos Estados Unidos. Rangel (2005, p.70) lembra das ideias errôneas de um “pretenso aumento da desigualdade do desenvolvimento das diferentes regiões” e também de outra visão bastante arraigada no pensamento econômico nacional de que “as regiões subdesenvolvidas são intrinsecamente incapazes de gerar os recursos necessários à progressiva liquidação do seu próprio atraso”. Mamigonian (2009), também percebe que os investimentos que buscam resolver os estrangulamentos da região têm promovido grandes saltos no crescimento regional. A fala do presidente da Têxtil Bezerra de Menezes (TBM), Ivan Bezerra Filho, não deixa dúvidas da clareza do pensamento de Rangel e Mamigonian:

Nosso setor tem uma particularidade interessante. Ele foi constituído basicamente por empresários do estado. À época, existia algodão no Ceará e havia incentivos da Sudene e do governo, logo foram os próprios empresários que fizeram as empresas. Naquele momento, só havia um grupo de fora, a Vicunha, mas em sociedade com um grupo cearense. Então, tudo que se ganhou nesse setor foi reinvestido no próprio estado. É por isso que o setor é extremamente moderno e forte. O Ceará hoje é o maior produtor de índigo, de fios e de lingerie do país. É muito importante também noutros segmentos, mas nesses três é o maior. A indústria têxtil hoje é extremamente competitiva para o momento atual, mas temos grandes dificuldades em relação ao câmbio e aos impostos em cascata praticados no Brasil.[...] A Marisol há algum tempo está instalada aqui e a Malwee e a Lunender acabaram de se instalar; agora há também a Zanoti, fabricante de elásticos, e várias outras. No momento, o Ceará possui acima de 2 500 confecções que geram mais de 70 000 empregos na cadeia produtiva têxtil. Isso mostra a relevância do setor. (FIEC, 2011).

O que o presidente da TBM destacou é o que consta nas conclusões de Rangel (2005), no seminário de formação da SUDENE, para uma maior integração nacional do Nordeste, onde suas empresas sejam reequipadas e com nova organização. Ou seja, a necessidade de acesso aos bens de capitais, sem obstáculos de protecionismo tecnológico, de preço ou escassez;

que os investimentos em empresas de bens de capitais sejam feitos preferencialmente com as empresas locais subsidiárias; forma original de crédito em que a região utilize ao máximo possível seus próprios recursos de produção, evitando essa renovação pela simples transferência de recursos da União.

O mesmo processo ocorreu com outros setores da economia cearense como o de massas e biscoitos. O Ceará possui quatro moinhos (M. Dias Branco, J. Macedo, Grande Moinho Cearense e Moinho Santa Lucia) que estão entre as maiores empresas do setor no Brasil; grupos como o Edson Queiroz com um setor industrial altamente competitivo com empresas de gás GLP (Nacional Gás Butano e Paragás), de alimentos (Cascajur), de bebidas (Minalba e Indaiá), de eletrodomésticos (Esmaltec), de tintas (Hiperco), agropecuária (Mel Esperança e Multicarnes), além de forte grupo de comunicações com jornal, rádio e televisão, sendo essa última, afiliada da Rede Globo e possuindo também um sistema próprio, a TV Diário.

2.1- A contribuição da SUDENE no processo de industrialização do Ceará na segunda metade do século XX

Diante da visível desigualdade do desenvolvimento do território brasileiro e da necessidade de completar o processo de substituição de importações em curso, são geradas propostas e políticas desenvolvimento regionais pautadas no incentivo à industrialização e a agricultura irrigada para que se consolide a ampliação as bases capitalistas sobre o território nacional, é criada a SUDENE. Por ter como base a expansão do mercado capitalista, os modelos de desenvolvimento adotados recriaram novas formas de concentração industrial e de centralidade do capital e do trabalho.

Santos (1987, p. 6) ao falar do papel desempenhado pela SUDENE na atração de indústrias para Bahia diz que “as indústrias instaladas na Bahia eram assim altamente capitalistas e criadoras de pouco emprego e a participação dos salários nas estatísticas globais de produção conhece diminuição progressiva”. Continuando o pensamento afirma que “a criação dessas novas indústrias faz-se também, em grande parte, sem uso de recursos próprios dos empresários que, desse modo, são subvencionados”.

Mesmo com a presença de diversas indústrias em Sobral, Aracati, ou Baturité, o processo de industrialização cearense desenvolveu-se prematuramente se concentrado em Fortaleza devido a centralidade de capitais que circulava em sua praça diante da presença de firmas export-import, bem como, crescente mercado consumidor e disponibilidade de mão-de-obra. Esses comerciantes inicialmente instalaram as indústrias pioneiras, em especial as de capital local, através da acumulação proveniente das exportações, sobretudo do algodão, do café e comércio de couros (Nobre, 1989; Aragão, 1989). Concentração que é de uma economia de mercado que busca maximizar os lucros, tendo o espaço de localização dos empreendimentos rebatimentos no seu desenvolvimento. Andrade (1987), estudioso dos polos de desenvolvimento sinalizava essa tendência à concentração industrial inspirado em F. Perroux:

Baseado no conhecimento destas experiências e em suas observações é que, certamente, o Prof. F. Perroux desenvolveu sua teoria de pólos de desenvolvimento. Teoria segundo a qual o crescimento econômico não se faz de forma difusa por todo o espaço de um país, ou cobrindo as várias partes de uma região, mas se manifesta em certos pontos, a que o ilustre economista chama de pólos de crescimento, com intensidades variáveis, daí se expandindo por diversos canais com efeitos terminais variáveis sobre o conjunto da economia. (ANDRADE, 1987, p. 58).

Nos anos 1960/70, as secretarias e superintendências de desenvolvimentos buscaram induzir o processo de industrialização com base nas teorias dos polos de desenvolvimentos no intuito de pulverizá-la. No Ceará, nesse período, a concentração permaneceu elevada, mesmo com as políticas de indução e com a criação dos distritos industriais do Cariri e de Sobral (Governo do Estado do Ceará, 1971).

As políticas de incentivos fiscais e investimentos promovidos pela SUDUNE fortaleceram o processo de industrialização do Ceará devido a modernização dos maquinários e equipamentos, bem como pela instalação de novas unidades com padrão tecnológico avançado. Apesar dos empreendimentos incentivados terem Fortaleza como local preferencial de instalação, iniciou-se nesse período um processo de metropolização onde o Distrito Industrial de Maracanaú e cidades como Maranguape, Horizonte, Pacajus ou Caucaia, passaram a receber parte desses novos

empreendimentos e outros antigos que resolveram se utilizar dos benefícios para transferir sua planta industrial para fora de Fortaleza.

Iniciava-se nesse período uma forte intervenção do poder público nas diretrizes e incentivos à industrialização.

Os mecanismos como o 34/18 e FINOR foram imprescindíveis para a criação de novos empreendimentos industriais.

A industrialização que ocorreu no Ceará por incentivo da SUDENE foi diferenciada da que ocorreu em Pernambuco e na Bahia porque a maioria dos estabelecimentos financiados pela SUDENE no Ceará tinha a frente comerciantes e industriais cearenses. Similar a industrialização ocorrida em Blumenau (Mamigonian, 1965), exceto pelos imigrantes europeus, foram fazendeiros e comerciantes *export-import* que desenvolveram a indústria cearense.

Ou seja, a industrialização do Ceará foi mais um processo endógeno, onde a burguesia local é quem assume o comando desse processo. Muitos dos grandes estabelecimentos industriais hoje existentes no Ceará são de propriedade de antigos pequenos comerciantes que começaram com uma microempresa, como o Grupo M. Dias Branco que iniciou suas atividades com uma padaria produzindo biscoitos e massas.

Já nos estados de Pernambuco e da Bahia, os investimentos via SUDENE não teve uma participação local ou foi menos intensa, tendo o predomínio de sua expansão industrial firmas nacionais e estrangeiras que instalaram suas filiais no Nordeste, bem como, uma forte participação de empresas públicas (Rosa, 1992).

Segundo dados da SUDENE & BNB (1992) (Tabela 2.3.), 53,1% das indústrias incentivadas no Ceará tiveram como primeira influência o fato de ser o empresário radicado no próprio local e um outro fator decisivo era a proximidade com a matéria-prima, com 17,7% do total. Já em Pernambuco essa relação era de 31,6% e 18,2%, tendo ainda como destaque a proximidade com o mercado consumidor, com 18,8%. Na Bahia foram somente 16,0% para empresários radicados no estado e 13,7% para a proximidade de mercado. O fator mais decisivo foi a proximidade da matéria-prima.

Tabela 2.3 – Distribuição percentual das indústrias incentivadas do Nordeste, segundo os fatores que influenciaram sua localização por estado na primeira ordem de importância – 1988.

Fatores	Distribuição percentual por estados (%)					
	MA	CE	PB	PE	BA	NE
Empresários radicados no estado	30,0	53,1	30,0	31,6	16,0	32,6
Incentivos estaduais	-	2,0	2,9	3,0	2,3	3,2
Incentivos municipais	-	-	-	1,8	-	6,0
Distritos industriais	5,0	3,4	5,7	5,4	11,5	5,2
Existências de serviços básicos	-	2,7	7,1	7,8	3,8	4,7
Proximidade da matéria-prima	45,0	17,7	21,4	18,2	35,9	25,6
Proximidade de mercado	10,0	4,1	14,3	18,8	13,7	11,9
Enquadramento do projeto em faixas melhores	10,0	15,0	14,3	10,4	13,0	13,0
Outros	-	2,0	4,3	3,0	3,8	3,2
Número Absoluto de respostas	19,0	147,0	70,0	165,0	131,0	687,0

Fonte: SUDENE & BNB, 1992

Essa pequena participação do empresariado local na Bahia é destacado por Santos (1987) que diz ser:

A participação do empresariado local nesse novo surto industrial, não é, relativamente, muito significativa. Os empresários locais constituem, de uma maneira geral, um grupo otimizado ocupado geralmente com pequenas e médias empresas onde predominam métodos tradicionais de produção, enquanto as empresas maiores e modernas mais recentemente implantas vem acompanhadas de empresários de outros centros, portadores de novos conhecimentos e experiências. (SANTOS, 1987,p. 07).

Segundo Ferreira (1995), os fatores que diferenciam o processo de industrialização incentivada do Nordeste não só se diferencia pelos fatores de locação, mas também pelos volumes de recursos liberados através dos incentivos fiscais 34/18-FINOR: o Ceará teria absorvido (12%), Pernambuco (21,1%) e Bahia (30,7%) dos recursos, revelando uma desigualdade na própria região. Essa desigualdade para Oliveira (1977) se dá devido a apropriação da SUDENE pelas oligarquias locais.

De acordo com os dados da SUDENE/ BNB (1992), das 910 indústrias incentivadas por meio do dispositivo 34/18 e FINOR, 63,6% delas localizavam-se em apenas 03 estados, sendo 19,5% na Bahia, 24,3% em Pernambuco e 19,8% no Ceará. Esse processo de industrialização do Nordeste ocorreu nas

áreas mais preparadas criando o que pode-se chamar de uma divisão intrarregional do trabalho, onde estes três estados pela sua formação estarem mais preparados para assumirem regionalmente o comando de industrialização do Nordeste.

Ainda conforme a pesquisa SUDENE & BNB (1992), destaque-se que 145 indústrias incentivadas do Ceará localizaram-se na região metropolitana de Fortaleza (RMF), representando, 80,55%. Ou seja, esses empreendimentos estão concentrados na RMF e apenas 19,45% nas demais regiões, favorecendo elevado desnível regional. As consequências dessa concentração foi um acelerado processo de urbanização em função das migrações campo-cidade ou de cidades menores para a capital em busca de maiores e variadas capacidade de oferta de serviços, como educação, saúde, lazer, etc. Fortaleza passa a partir dos anos 70 não somente por um processo acentuado de metropolização, mas também, de reafirmação como uma importante economia regional, ampliando sua área de influência econômica.

Contudo, esse processo desenvolvimento da indústria incentivada foi comprometido com as crises mundiais e nacionais da economia. Nos anos 80, como destaca Diniz (2001), as políticas governamentais de incentivos à industrialização sofreram um retrocesso acompanhando o ritmo da economia. A queda desse apoio dos órgãos federais abrigou os governos estaduais a reestruturarem suas finanças e outras formas de incentivos fiscais, para assim poder financiar os empreendimentos industriais. Soares & Santos apud Coimbra (1998, p. 56) destacam que o esgotamento do sistema de planejamento regional promovido pelo governo federal conduziu os estados, sobretudo os do Nordeste, a uma falta de direcionamento macrossetorial a longo prazo, levando os governos estaduais a assumirem a responsabilidade de implementar as próprias políticas de desenvolvimento regional. A ausência do Governo Federal no planejamento regional levaram os estados, sobretudo na década de 1990, a uma guerra de incentivos fiscais estaduais no intuito de atrair industriais e empreendedores para seus territórios.

Esse processo de industrialização incentivado ampliou o grau de concentração locacional em torno das metrópoles nordestinas, reduzindo o número de municípios sem estabelecimentos industriais. Muitas daquelas pequenas e médias indústrias, algumas pioneiras, pulverizada em diversos

municípios, iriam aos poucos fechando. Fortaleza em sua Região Metropolitana (RMF) concentraria os novos estabelecimentos industriais. A propósito, nos anos de 1963 a 1979, a RMF possuía 73,27% dos estabelecimentos industriais, sendo que 62,38%, eram localizados em Fortaleza e 10,89%, nos restantes dos municípios da RMF.

Outros espaços concentradores com destaque foram os municípios de Sobral, com 6%, Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (Crajuubar) com 6,93% dos estabelecimentos. Os 13,86% restantes toca aos demais municípios.

Gráfico 2.2 – Distribuição espacial das indústrias incentivadas pela SUDENE no Ceará – 1963 a 1979

Fonte: Adaptado de Nobre (1989, p. 272-279)

Esse processo de incentivo à produção industrial foi comprometido com as crises mundiais e nacionais da economia fins dos anos 70 e início dos 80. Diniz (2001) destaca que as políticas governamentais de incentivos à industrialização sofreram um retrocesso acompanhando o ritmo da economia. A queda desse apoio dos órgãos federais abrigou os governos estaduais a reestruturarem suas finanças e formas de incentivos fiscais para assim ter condições de atrair empreendimentos industriais.

2.2 - Reorganização da indústria cearense

O esgotamento do sistema de planejamento regional promovido pelo governo através da SUDENE conduziu os estados, num primeiro momento, sobretudo os nordestinos, pela falta de um direcionamento a longo prazo, pela ausência de um projeto nacional de desenvolvimento, provocou crises institucionais nos governos estaduais, deixando os lugares refém das empresas, sobretudo nos anos 90 com a abertura comercial que pôs fim a muitas indústrias nacionais. Essa carência de perspectivas é descrita assim por Bresser-Pereira:

O Brasil completou sua revolução capitalista nos anos 1960, mas, no início dos anos 1980, quando começa sua grande crise, sua revolução nacional, ainda que houvesse avançado, não se havia completado. Interrompida pela crise da dívida externa e a crise fiscal do Estado, a revolução nacional continuou paralisada nos anos 90. Os brasileiros continuavam vítimas do complexo de inferioridade colonial, ou da “fracassomania” de que nos falou Albert Hirschman. Bresser-Pereira (2003).

A crise mundial levou consigo a SUDENE e o planejamento regional. Os governos federal e estadual preocupados com as crises fiscais colocaram em práticas os mandamentos econômicos liberais e passaram buscar ao seu modo combater os efeitos da crise que foi marcada pela elevada inflação e crescimento do desemprego.

A crise da SUDENE e o declínio do planejamento regional, associados à reestruturação do capital e desestruturação do emprego, levaram os estados a fortalecer seus órgãos de desenvolvimento e a repensar suas políticas públicas. Vale lembrar que o Ceará foi pioneira na já política voltada para o desenvolvimento industrial (Soares & Rocha, 1989).

Em 1962 foram criados a SUDEC – Superintendência de Desenvolvimento do Ceará (esse órgão deu lugar ao extinto Banco de Desenvolvimento do Ceará S/A – BANDECE) que teve como atribuição elaborar, financiar e executar os programas de desenvolvimento do Ceará, a Companhia de Desenvolvimento do Ceará – CODEC (a Companhia de Desenvolvimento do Ceará – CODEC se transformou em IPLANCE. Esse órgão foi extinto em abril de 2003. Foi criado para substituí-lo o IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia do Ceará) com a finalidade de captar recursos para modernização

dos projetos industriais do Ceará, e o Banco do Estado do Ceará -BEC fornecia financiamento aos setores estratégicos para a economia cearense. Esses órgãos trabalhavam em harmonia com a SUDENE e o BNB buscando reduzir as fragilidades da economia cearense diante de Pernambuco e da Bahia.

No processo de reabertura política do Brasil, o grupo político do Centro Industrial do Ceará – CIC composto por jovens empresários industriais cearenses, no processo de abertura política compuseram a mais forte oposição às antigas oligarquias que comandavam o estado. Como representante desse grupo na disputa política pelo Governo estadual estava Tasso Jereissati que venceu com apoio de uma grande frente partidária.

Tasso Jereissati em seu primeiro governo elaborou o plano de governo intitulado “Plano de Mudanças – 1987-1991” (Governo do Estado do Ceará, 1987). Este teve como objetivo central mudanças no que se refere à reordenação das finanças públicas. Daí precisava sanear as finanças através de medidas no campo tributário com intuito de ampliar a arrecadação e reduzir as despesas públicas. Tinha ainda como preocupação a recuperação do sistema bancário estatal do Banco do Estado do Ceará – BEC, e Banco de Desenvolvimento do Ceará S.A. – BANDECE. Tais medidas, segundo Plano, eram necessárias para se poder institucionalizar o sistema de planejamento estadual. Pode-se destacar como ações prioritárias da regionalização do governo cearense no “Planos de Mudanças” aspectos como:

- Interiorizar o desenvolvimento das atividades socioeconômicas de acordo com as vocações e necessidades de cada área ou região.
- Integrar ações governamentais dos diversos setores com vistas ao atendimento das prioridades de cada região.
- Reaproveitar as oportunidades geradoras de emprego e renda mais carentes do estado;

Estas atitudes do governo estadual fortaleceram a Secretaria de Planejamento e os diversos órgãos que o dão apoio, como é o caso, da Fundação Instituto de Planejamento do Ceará (IPLANCE) na captação de recursos e desenvolvimento de projetos para o Ceará. Ainda dentro das prioridades desse plano governamental, como metas para indústria, destacam-se: aumento da oferta de laminados planos, substituindo a atual importação

local; aumentar o número de fusos instalados no parque têxtil e; ampliar a produção anual de calçados. Assim, o governo deixou claro quais os setores industriais teriam prioridade na aceleração do crescimento industrial seriam os produtos de bens leves.

Como resultado mais concreto do esforço de industrialização do Ceará, a partir da implantação do III Pólo, tem-se o crescimento do complexo têxtil-Confecção, do Pólo Calçadista, a implantação do NUTEC e do NTCA e a realização de obras de infra-estrutura do Distrito Industrial de Fortaleza. (Governo do Estado do Ceará, 1987).

Assim, o que propunha o Governo Tasso Jereissati era sanear as contas e órgãos públicos do estado como objetivo de investir em infraestruturas básicas e possibilitar o financiamento e atração de indústrias para o estado, através da utilização dos fundos públicos no incremento do capital privado. Como destaca Oliveira (1998), a crise da economia e a quantidade, cada vez maior, de capital fixos e circulantes que o capital industrial necessita, têm levado a um verdadeiro conflito pelos fundos públicos entre as classes empresariais e a sociedade.

Devido à escassez de recursos, o governo estadual busca parcerias com o Governo Federal e com os empresários a fim de atrair novos estabelecimentos. Mas que lógica gere essa nova expansão industrial no Ceará? Segundo pesquisa realizada por Coimbra (1998), dentre os motivos que levaram novas empresas a instalarem uma planta industrial no Ceará, merece destaque: a necessidade de integrar e acompanhar os vários grupos industriais que estão se deslocando para este estado, ou seja, a necessidade de determinadas empresas estarem próximas daquelas que lhes são clientes; oportunidade que oferece o mercado local pela falta de concorrência; e a chance de lançar novos produtos em novos mercados.

Deste modo, esses novos espaços oferecem uma possibilidade de ampliação das taxas de lucro, sobretudo, pela utilização de uma mão-de-obra barata e em algumas situações inclusive burlando as legislações trabalhistas com a criação das falsas cooperativas de trabalho. Essas falsas cooperativas foram muito presente na fase inicial da implantação no nordeste de indústrias calçadistas sendo em muitos casos essa ilegalidade sancionada pelo Estado.

No Ceará, um caso muito conhecido foi o da Canindé Calçados que terceirizou os serviços de aproximadamente 3.000 operários por meio de duas

falsas cooperativas de trabalho como uma forma de burlar a legislação trabalhista. Os trabalhadores das cooperativas entraram com uma ação da Justiça do Trabalho contra a empresa que perdeu. Em 2007 a Canindé Calçados decretou falência.

Os motivos que levaram a instalação de plantas industriais variavam segundo o ramo industrial e a região de localização. Os ramos químicos e têxteis passam por um processo de expansão enquanto que nas indústrias de produtos alimentares e mecânicos o que tem determinado a tomada de decisão é o lançamento de novos produtos e a abertura de novos mercados. A Tabela xxx revela que das 140 unidades pesquisadas por Coimbra (1998), 39,1% localizaram-se no Ceará graças aos incentivos fiscais e crédito. Desse total, 20,0% buscam os incentivos estaduais, 14,8%, os incentivos federais e 4,3%, linhas especiais de crédito. O restante é representado por: 18,3%, em conquista de novos mercados; 13,9%, em busca de baixo custo de mão-de-obra; 11,3%, para o aproveitamento de matéria-prima local; 11,3%, para infraestrutura (transporte, energia elétrica, água, comunicações) e 6,1%, para outros fatores.

O que se pode perceber, segundo os dados apresentados por Coimbra (1998), no que se refere à distribuição espacial por regiões de desenvolvimento, é que 99,01% das indústrias pesquisadas buscam, quando se instalam no Ceará, alguma forma de obter incentivos fiscais. Outro fato que tem destaque é que um dos fatores que menos interessa às indústrias que procuram localizar-se na região metropolitana de Fortaleza (especial) é o valor da mão-de-obra, enquanto que nas demais regiões esse item é bastante importante.

Desse fato, Coimbra conclui que as indústrias que buscam o interior utilizam um padrão de trabalho intensivo, contrário ao que ocorre na RMF onde esse fator representa somente 4,4%, sendo mais decisivo, além dos incentivos, o mercado consumidor.

Assim, como se pode perceber, o que mais tem atraído novas empresas foram os incentivos fiscais. As determinantes espaciais e temporais são, de certa medida, secundárias, ou seja, os fatores destacados por Marshall, Weber, Losch, Isard, como as condições naturais, as externalidades de aglomeração, a distância da matéria-prima e a concentração da força de trabalho, não são os

de maior importância na localização industrial, nessa fase de industrialização cearense.

Desta forma, a relevância dos fatores de localização industrial tem que ser relativizada, pois o que funciona para uns ramos não funciona para outros. Contudo pode-se afirmar que o que se busca na totalidade é o melhor conjunto de fatores espaciais que ampliem as taxas de lucro. Nesse sentido, a busca do superlucro é o principal agente de espacialização dos empreendimentos industriais.

Tabela 2.4: Fatores que influenciaram a localização da empresa no estado do Ceará, segundo as áreas de desenvolvimento regional (ADRs) – Ceará – 1998.

Fatores	Especial	Litoral	Vale do Jaguaribe/ Centro-Sul	Cariari	Sertão Central	Sobral/Ibiapaba	Total
Conquista de mercado	24,4	18,4	0,0	11,1	7,1	12,5	18,3
Aproveitamento de matéria-prima local	11,1	10,5	0,0	11,1	14,3	12,5	11,3
Baixo custo da mão-de-obra	4,4	18,4	0,0	22,2	28,6	12,5	13,9
Infraestrutura	11,1	5,3	0,0	22,2	21,4	12,5	11,3
Incentivos estaduais	17,8	29,0	0,0	22,2	7,1	12,5	20,0
Incentivos federais	20,0	10,5	0,0	11,1	7,1	25,5	14,8
Linhas especiais de crédito	0,0	7,9	0,0	0,0	7,1	12,5	4,3
Outros	11,1	0,0	100,0	0,0	7,1	0,0	6,1
Total	39,1	33,0	0,9	7,8	12,2	7,0	100,0

Elaboração: Coimbra (1998, p. 110)

Como destaca Coimbra (1998), os fatores que influenciaram a localização industrial não variam somente segundo as Áreas de Desenvolvimento Regionais, ou seja, mas também segundo o gênero industrial. Isto quer dizer que as vantagens locacionais não obedecem apenas um caráter espacial desses fatores locacionais, mas também de acordo com o ramo industrial (ver Tabela 2.4). Segundo Coimbra, os ramos que mais destacam a

importância do baixo custo da mão-de-obra são os de produtos alimentares (23,0%), têxtil (18,7%) e de confecções (18,2%), ou seja, ramos que utilizam trabalho intensivo e que o capital orgânico não seja tão elevado. A proximidade de matéria-prima e a conquista de mercado exercem mais influência na localização industrial de indústrias mecânicas, produtos de materiais plásticos e minerais não-metálicos.

Tabela 2.5: Fatores que influenciaram a localização da empresa no estado do Ceará, segundo gênero – Ceará – 1998.

Fatores	Minerais não-metálicos	Metalmúrgica	Mecânica	Material elétrico e de comunicação	Química	Perfumarias, sabões e velas	Produtos de materiais plásticos	Têxtil	Vestuário, Calçados e artef. de tecidos	Produtos alimentares	Total
Conquista de mercado	23,5	10,5	58,6	25,0	0,0	25,0	33,3	12,5	9,1	15,4	18,3
Aproveitamento de matéria-prima local	23,5	10,5	0,0	12,5	0,0	0,0	16,7	6,2	4,5	23,0	11,3
Baixo custo da mão-de-obra	5,9	15,8	14,2	12,5	0,0	0,0	0,0	18,7	18,2	23,0	13,9
Infra-estrutura	11,8	10,5	28,6	12,5	0,0	0,0	16,7	12,5	4,5	15,4	11,3
Incentivos estaduais	5,9	15,8	28,6	12,5	0,0	50,0	16,7	25,0	36,4	7,7	20,0
Incentivos federais	17,6	21,1	0,0	12,5	0,0	25,0	16,7	12,5	18,2	7,7	14,8
Linhas especiais de crédito	5,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,5	4,5	7,7	4,3
Outros	5,9	15,8	0,0	12,5	100,0	0,0	0,0	0,0	4,5	0,0	6,1
Total	15,0	16,8	6,2	7,1	0,9	3,5	5,3	14,2	11,5	11,5	100,0

Elaboração: Coimbra (1998, p. 111)

A importância dos fatores locacionais, sobretudo dos incentivos fiscais, por serem diferenciados por ramos e por região de desenvolvimento, atua diferentemente na organização e distribuição espacial do Ceará. As formas de incentivos fiscais promovidos pelo governo estadual através da renúncia fiscal, como se pode ver na Tabela 2.5, apresentam uma faixa diferenciada de incentivos. Incentivos que possuem inquestionavelmente um caráter espacial, pois para as indústrias que querem localizar-se em Fortaleza terão um abatimento de 45% sobre o ICMS enquanto que nas demais regiões, 75%. O

fator que mais diferencia é o tempo de carência dos benefícios fiscais. A região do Cariri é a mais beneficiada (15 anos de carência), seguida pelos municípios a mais de 300 Km de Fortaleza (13 anos), RMF (10 anos) e em Fortaleza (6 anos).

Tabela 2.6 – Taxas de abatimento do ICMS e anos de carência por região - Ceará

RENUNCIAS FISCAIS DO ICMS, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO		
Localização do investimento	Abatimento	Carência
Fortaleza	45%	06 anos
Região Metropolitana de Fortaleza	75%	10 anos
Municípios a mais de 300 Km da RMF	75%	13 anos
Cariri	75%	15 anos

Obs.: 1) A carência pode ser renovada 2) o abatimento deve se destinar a reinvestimentos no estado do Ceará.

Parte base de cálculos foi utilizada nos anos 90 até 2008 quando se alterou a legislação que tratava de incentivos fiscais no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI. Os critérios passaram mais complexos que somente a localização do estabelecimento.

Primeiro, a atração passa a ser tratada a partir de interesses do Estado, ou seja, a atração industrial é seletiva baseada na formação de cadeias produtivas selecionadas e aglomerações espaciais. A LEI Nº 14.207, de 25 de setembro de 2008, que trata do FDI diz que “§1º Nas operações do FDI... o percentual do empréstimo ou do incentivo não poderá ultrapassar a 75%... do ICMS próprio gerado pela sociedade empresária beneficiária...”. Contudo a lei traz exceções, ou seja, os setores selecionados poderiam receber incentivos superiores a esse percentual. Seriam esses setores: extração de minerais metálicos; fabricação de produtos de minerais não metálicos; fabricação de produtos farmacêuticos e farmoquímicos; fabricação de automóveis, caminhonetes, utilitários, caminhões e ônibus; fabricação de produtos químicos; indústria têxtil; e fabricação de calçados.

Em 2009, DECRETO nº30.012, 30 de dezembro de 2009, excluiu o setor de calçados e têxteis da lista dos projetos de empreendimentos estratégicos

para o desenvolvimento do Estado do Ceará para implantação de estabelecimentos industriais.

A atração parte de alguns princípios como a interiorização da atividade industrial, o fortalecimento de instituições que desenvolva e disseminem novas tecnologias, atrair e fortalecer empresas locais de base tecnológica e a formação das cadeias produtivas. A nova política de atração permanece garantindo a construção da infraestrutura básica para a instalação e desenvolvimento dos estabelecimentos, capacitação e treinamento da mão-de-obra, tendo como base o abatimento do ICMS, tendo outras vantagens se usado o benefício para modernização das indústrias com importação de máquinas, peças e equipamentos industriais.

O cálculo é feito por um somatório ($PT = P1 + P2 + P3 + P4 + P5 + Pe$) que determinará os benefícios no abatimento do ICMS e o tempo deste benefício.

Os aspectos observados para a Pontuação Total – PT são: P1 – número de empregos gerados; P2 – custo de transação que é calculado pelo destino da venda e a origem da matéria-prima; P3 – localização. Baseado no somatório a partir da distância com Fortaleza PIB do estado e município em que a empresa irá se instalar ; P4 – responsabilidade social, cultural e ambiental; P5 – P&D pesquisa e desenvolvimento; Pe – adequabilidade a base de produção regional, ou seja, que o empreendimento signifique avanços a consolidação dos setores econômicos considerados estratégicos para o desenvolvimento onde o a indústria pretende se instalar.

A pontuação máxima que a empresa pode chegar é a 95 pontos. O retorno para quem atingir mais de 75 pontos é de 25% do ICMS Os benefícios são calculados conforme a Tabela 2.7

Tabela 2.7- Tabela com calculo do incentivos das empresas e benefícios

Pontuação (PT)	Prazo	Pontuação(PT)	Retorno
$PT \geq 50$	10 anos	$PT \leq 75$	25%
$35 \leq PT < 50$	08 anos	$PT > 75$	$[25 - (Pontuação - 75)] \%$
$PT < 35$	05 anos		

Fonte: Governo do Estado do Ceará

A legislação atual está mais criteriosa, colocando não mais apenas o desejo da empresa de se instalar no Estado, mais observando como ela pode contribuir economicamente e socialmente, fortalecendo as cadeias produtivas e com a geração de emprego e renda.

Tem tido também por parte do Estado do Ceará, pelas diversas legislações lidas, uma preocupação com a clareza das regras dos incentivos e da cobrança do pagamento dos valores a serem pagos. Outra questão observada, é a construção de legislações específicas para determinados setores e programas, como exemplo: Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e da Economia do Ceará – PRODECIPEC; Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Geradora de Energia Eólica – PROEÓLICA; Programa de Incentivo à Industrialização de Produtos para Exportação no Estado do Ceará – PROINEX Programa de Parcerias Público-privadas – Programa PPP; Fundo de Incentivo à Energia Solar do Estado do Ceará – FIES.

2.3- Desconcentração industrial de Fortaleza

Essa preocupação com os incentivos estaduais de grande importância, pois ela é sem dúvida um fator determinante na reconfiguração espacial da indústria no Ceará, pois, basta vermos que apesar de não faltar força de trabalho na região metropolitana de Fortaleza, percebe-se que o fator mão-de-obra possui maior importância fora da RMF, sobretudo no Sertão Central e Cariri.

Porém, comparando-se essa característica com o fato de a força de trabalho ter maior importância para os setores de baixa composição do capital; que utilizam trabalho intensivo, pode-se deduzir que serão estes os setores que se concentrariam fora da RMF.

Por outro lado, percebe-se que mesmo sendo os incentivos espacialmente maiores no interior cearense, para os ramos de elevada composição orgânica, com baixa utilização da força de trabalho, observando a totalidade do processo, é preferível alocar seu empreendimento na RMF, pois

outras formas de atrativos, como o mercado consumidor e os incentivos federais, são mais atraentes.

A política de incentivos fiscais auxiliou a atração de diversos estabelecimentos industriais de outras regiões do país, bem como favoreceu uma ampliação do parque industrial já existente no estado com a instalação de novas filiais no Estado, como é o caso da Vicunha. Esses incentivos, juntamente com fatores de deseconomias de aglomeração em Fortaleza, corroboraram no processo em curso de desconcentração industrial de estabelecimentos e empregos no Ceará.

No ano de 1986 (Gráfico 2.3), somente 21 municípios do estado possuíam indústrias com mais de 100 empregos formais. Fortaleza concentrava 64,88% dos estabelecimentos correspondentes a um total de 109 unidades. Para se ter uma ideia do que essa concentração representa, Maranguape e Maracanaú, segundo e terceiro colocados, respectivamente, possuíam 11 e 8 unidades.

Observa-se que essas 109 unidades fabris de Fortaleza absorviam 53.486 empregados (70,63%), contra 3.834 de Maranguape (5,06%) e 3.384 (4,47%) de Maracanaú.

Essa concentração é ainda maior com referência aos grandes estabelecimentos. Fortaleza concentrava 74,11% das empresas com mais de 500 empregados, com um total de 36.308 trabalhadores (74,11%), e 84,62% das empresas com mais de 1000 empregados, com um total de 22.630 trabalhadores (86,87%).

No ano de 2000, pode-se perceber uma desconcentração relativa dos estabelecimentos industriais em Fortaleza que perdeu 20,92% dos estabelecimentos com mais de 100 empregados de 1986 a 2000. Nesse mesmo período, observa-se o crescimento industrial de Maracanaú, consolidando o Distrito Industrial desse município criado no II PLAMEG (Plano de Metas Governamentais) no governo de Virgílio Távora (1979 – 1982).

Grafico 2.3– Percentual da distribuição geográfica dos estabelecimentos industriais com mais de 100 empregados - Ceará – 1986/ 2000/ 2011

Fonte: RAIS: 1986/ 2000/ 2011

Elaboração: Odilon Máximo de Moraes

Hoje, há uma tendência à perda de empresas e empregados pelas indústrias localizadas em Fortaleza. A cidade tem fortalecido suas atividades mais no comércio e serviços, apesar de ainda haver uma forte industrialização. O que se observa no quadro atual da industrialização cearense é pelo menos duas tendências.

A primeira e a mais fraca tendência, contudo não menos importante, é o fortalecimento da indústria no interior cearense. Cidades como Juazeiro, Crato e Barbalha possuem uma dinâmica comercial e industrial cada vez mais forte que tende a crescer com a finalização da Transnordestina (JUSTO, 2010) que permitirá a exportação tanto pelo Porto do Pecém como pelo de Porto de Suapé pois a região fica quase equidistante dos dois portos. Tem destaque a região Norte com o município de Sobral, Itapajé, Paraipaba e Pentecoste com setor de calçados com fortes possibilidades de crescimento de outras atividades pela proximidade e facilidade de comunicação com o Porto do Pecém. Outra região que vem se destacando com um processo de modernização e especialização do território bastante acentuado é a região do baixo e médio Jaguaribe.

A segunda tendência e mais forte é a metropolização das funções industriais que estão se deslocando da capital para sua RMF por três eixos. O primeiro se dá pela consolidação do Distrito Industrial de Maracanaú que tem conseguido atrair importantes empreendimentos, sendo depois de Fortaleza, o maior centro industrial cearense. Um segundo processo, é fruto da duplicação do BR-116 até o município de Pacajus, passando por Horizonte e Itaitinga que favoreceu a instalação de empreendimentos ao longo desse eixo, sentido Sul. O segundo eixo se deu pela duplicação da CE-040 que passa pelos municípios do Eusébio e de Aquiraz, o eixo leste. O terceiro eixo, segue o sentido da BR-222 e CE-085 sentido Fortaleza – Pecém com uma forte participação do município de Caucaia.

A desconcentração industrial de Fortaleza, contudo, vem assumindo uma característica marcante. Quando se olha para o número total de indústrias, observa-se que no município de Fortaleza não houve perdas, pelo contrário, o município tinha, segundo dados da RAIS, 770 estabelecimentos em 1986, 1.025, em 2000, e 1.658, em 2011, conforme Tabela 2.8

Tabela 2.8 – Distribuição do número de estabelecimentos e trabalhadores industriais em Fortaleza e Ceará por classes de empregados – 1986 e 2000.

Nº de empregados	Estabelecimentos						Trabalhadores					
	Fortaleza			Ceará			Fortaleza			Ceará		
	1986	2000	2011	1986	2000	2011	1986	2000	2011	1986	2000	2011
De 10 a 99	661	934	1547	914	1672	2957	18.446	23.869	39.273	25.732	45.249	80.327
De 100 a 249	53	52	74	80	121	210	8.234	7.947	11.282	12.373	18.653	32.721
De 250 a 499	25	16	26	41	40	71	8.944	5.262	8.742	14.359	13.638	24.217
De 500 a 999	20	16	10	34	29	41	13.678	10.962	6.891	22.941	20.212	27.801
1000 ou Mais	11	07	5	13	17	22	22.630	13.742	13.839	26.049	41.753	74.635
Total	770	1.025	1.662	1.082	1.879	3.301	71.932	61.782	80.027	101.454	139.505	239.701

RAIS: 1986 e 2000

Elaboração: Odilon Máximo de Moraes

Assim, de imediato, poder-se-ia achar que não ocorreu desconcentração industrial no número de estabelecimento de Fortaleza em relação aos demais municípios do estado. Os demais municípios teriam crescido pela atração industrial promovida pelas políticas públicas de incentivos fiscais e que os incentivos teriam beneficiado inclusive Fortaleza. Porém, as perdas de Fortaleza não foram só relativas em comparação com os demais municípios, como se viu.

Pode-se observar esse fato quando se fragmenta o tamanho dos estabelecimentos industriais de Fortaleza. O aumento do número de estabelecimentos e de empregados industriais em Fortaleza somente ocorreu naqueles estabelecimentos que possuem menos de 250 empregados.

Os estabelecimentos industriais com mais de 250 empregados, ou seja, os grandes estabelecimentos industriais, amargaram, no referido município, uma perda de 14 grandes estabelecimentos com mais de 500 empregados, o que representou nada mais que 12.862 postos de trabalho. Só para se ter uma ideia da importância dos grandes estabelecimentos industriais, em 1986, Fortaleza tinha 11 dos 13 estabelecimentos com mais de mil trabalhadores que representavam um total de 22.630 empregos.

No ano de 2000, houve uma perda de 04 (quatro) desses 11 estabelecimentos. Essa perda, aparentemente pequena, significou uma diminuição de 8.888 empregos, ou seja, 57,07% da perda total de empregos industriais do município em todo o período de 1986 a 2000. De 1986 a 2011,

Fortaleza perdeu mais 06 empresas com mais de 1000 empregos, enquanto o restante do Ceará saiu de 02 para 17 empresas.

Assim, a perda de Fortaleza se fez pela mudança de matriz ou filial de algumas empresas com a Vicunha (Têxtil) que fechou unidade fabril no bairro Presidente Kennedy, transferindo sua produção para as unidades de Maracanaú e Pacajus. Caso semelhante ocorreu com a unidade da Esmaltec (eletrodoméstico) que construiu nova fábrica em Maracanaú, com mais de 2.900 funcionários.

Desta forma, Fortaleza não se desindustrializa, o que há a uma mudança no tamanho das firmas, onde a cidade perde grande estabelecimentos que deslocam suas unidades para a RMF fugindo da deseconomia e buscando instalarem em setores com facilidade de transporte, preço do solo mais barato e todos as vantagens dos complexos industriais.

Outra questão, como o caso da Esmaltec, a empresa optar pela transferência para aquisição de nova unidade com maquinário moderno permitindo uma ampliação da produção, com maior controle de qualidade, produção de novos produtos e ampliação das linhas já existente.

No que se refere à concentração de empregos na indústria de Fortaleza (Gráfico 2.4), apresenta-se quase idêntico ao do número de estabelecimentos. Somente os setores com estabelecimentos que possuem menos de 100 empregados houve crescimento de emprego.

Gráfico 2.4 – Percentual do número de trabalhadores industriais dos principais municípios com indústrias com mais de 100 empregados - Ceará 1986/ 2000/ 2011

Fonte: RAIS: 2000

Elaboração: Odilon Máximo de Moraes

Os estabelecimentos entre 100 e 250 empregados tiveram reduções no número de empregados nos anos 90, mas restabeleceram seu crescimento neste início de século devido o redirecionamento das políticas econômicas do Governo Federal. Esse fato levou Fortaleza, que havia perdido 10.150 empregos na indústria entre os anos de 1986 a 2000, a elevar seu saldo de empregos na indústria no valor de 18.245, recuperando a capacidade industrial de Fortaleza.

Contudo, ao contrário de Fortaleza onde houve um decréscimo, a tendência do estado do Ceará foi de ampliação do número de estabelecimentos com mais de mil empregados, que aumentou de 13 para 17 estabelecimentos, equivalendo a 38.051 novos empregos; e dos estabelecimentos com menos de 250 empregados, que aumentaram de 994

para 1793, com ampliação de 25.797 empregos. Em 2000, os 17 estabelecimentos com mais de 1000 empregados empregaram praticamente 30% da mão-de-obra industrial do Ceará.

Os gráfico, 2.3 e 2.4 ilustram essa perda relativa no número de emprego industrial em Fortaleza acompanhado de um crescimento acelerado de Maracanaú.

Assim, o que vem se configurando na espacialidade da indústria na RMF é uma tendência de desconcentração de grandes e médios estabelecimentos industriais de Fortaleza em direção aos demais municípios da RMF. Contudo, Fortaleza ainda permanece como centro polarizador de serviços e de produção industrial.

Desta forma, o que se pode perceber é que o estado do Ceará vem passando, especialmente na última década, por um processo de reestruturação espacial da atividade industrial. Municípios como Fortaleza, que desde o nascimento das primeiras atividades industriais concentrava um maior volume de estabelecimentos industriais, tiveram relativamente uma perda significativa. Novos municípios (é o caso de Maracanaú, Pacajús, Horizonte, Iguatu, etc) ou outros não tão recentes (municípios do Crajubar e Sobral) vêm se consolidando e ampliando consideravelmente o setor industrial.

Essa desconcentração, contudo, tem uma certa característica, Fortaleza perdeu os grandes grupos industriais, especialmente aqueles com mais de 1.000 trabalhadores. Parte dessas indústrias transferiu sua produção para os municípios da RMF, até mesmo porque não havia incentivos para o município de Fortaleza, o que vem a se configurar apenas num rearranjo espacial dentro da área de influência de Fortaleza, pois a Capital cearense permanece concentrando os centros de poder.

Capítulo 3- Reestruturação do Trabalho e dinâmica da indústria no Ceará.

3.1 - Reestruturação espacial do trabalho na indústria cearense

A economia mundial que no meado da década de 60 do século passado já sinalizava uma eminente crise no modelo de acumulação capitalista, passou com a chegada mais profunda desta buscar formas de contra tendência da queda das taxas de lucro tendo implicações no padrão de acumulação pautada no modelo fordismo.

Segundo a chamada “escola da regulação”, um modo de produção capitalista como modelo de desenvolvimento é composto por um tripé baseado em um modelo de organização do trabalho, um regime de acumulação e de um modo de regulação Boyer (1990). Segundo Lipietz (1988a; 1991), a crise do modelo fordista deu-se devido à crise do regime de acumulação, ou seja, queda das taxas de lucros dadas as formas rígidas de organização do trabalho e do modo de regulação não atenderem as novas exigências.

Essa crise do regime implicou em mudanças no regime de produção com a introdução de inovações tecnológica, com a robótica, a microeletrônica e informática, na busca da automação das máquinas e processo produtivo. Alterou-se as formas de organização gerencial, buscando aproximar o trabalho manual do trabalho intelectual. A questão da circulação do capital mundial (Chesnais, 2001) passa a ser nevrálgica, bem com a circulação de mercadorias que trouxe questões sobre a relações das empresas/ Estados-nação.

As grandes firmas transnacionais e bancos credores internacionais (i.e. FMI, BID e Banco Mundial) assumiram um novo lugar dentro do jogo de poder internacional, diminuindo as forças do Estado. Este passou cada vez mais a ser refém de seus interesses (Milani, 1998).

Nas décadas de 80 e 90 as forças desses agentes no cenário brasileiro foram intensas. O controle desses órgãos de fomentos mundiais, um fator externo, limitou o crescimento da economia brasileira provocando um processo muito forte de reestruturação em diversas cadeias produtivas, outras entrando em recessão. Viu-se uma desvalorização da moeda, altas inflações, elevação

crescente da dívida externa, um elevado atraso tecnológico das indústrias brasileiras agravada pela políticas de juros desfavoráveis a novos investimentos, além de perdas salariais pela classe trabalhadora.

O gráfico 3.1 pode ser usado na compreensão da crise da atividade industrial no Brasil, dos meados da década de 80 a década de 90, a partir da evolução do emprego formal. Pode-se observar que essa atividade veio em declínio até 1992/ 93. Com a estabilidade da moeda, tentou esboçar uma pequena reação, devido ao aumento do consumo e à supervalorização da moeda (o Real). Porém, passada a euforia inicial e devido mudanças nas diretrizes econômicas, houve novamente um declínio da atividade econômica e da atividade industrial. Claro que somado a isso, toda a política neoliberal posta em exercício. Houve também nessa década mudanças qualitativas na composição do emprego industrial, sobretudo na especialização desse emprego.

Gráfico 3.1– Evolução do número de emprego na atividade industrial no Brasil - 1986 a 2011

Fonte: MTE/ RAIS: 1986 a 2011

Elaboração: Odilon Máximo de Moraes

Nos tempos atuais de economia globalizada, onde a competição por mercados, nas mais diversas escalas, tornou-se um campo de batalha por menor preço e mais qualidade, levando os empresários industriais a buscarem novos espaços de produção nos quais a relação custo/ benefício favoreça seus investimentos. Essa perspectiva foi, de modo geral, uma estratégia para fugir da crise.

Os novos espaços teriam que oferecer diversas vantagens de custo: mão-de-obra barata e, de preferência, despolitizada e dessindicalizada, não

oferecendo resistência às imposições de sobrecarga de trabalho; redução ou isenção fiscal; proximidade com os principais mercados consumidores ou, pelo menos, boa infra-estrutura que favoreça o escoamento da produção: porto, aeroporto, rodovias e ferrovias; bem como diversos outros fatores que afetam os preços dos produtos: matéria-prima, mão-de-obra qualificada, etc.

Na região Nordeste se encontravam várias dessas “vantagens comparativas”, da disponibilidade de recursos do Banco do Nordeste (BNB), incentivos estaduais que consistem no financiamento de até 75% do ICMS, sendo que os setores estratégicos podem chegar a 99%, durante 10 anos.

Ao observar as taxas de emprego formais na indústria no Nordeste (Gráfico 3.2), é possível perceber um movimento semelhante as do Brasil. Verifica-se um crescimento até 1989 e um declínio até 1993. Essa queda se deu por diversos fatores, dentre os quais a abertura da economia pela diminuição das taxas de importações.

Gráfico 3.2 – Evolução do emprego na atividade industrial no Nordeste - Brasil - 1986 a 2011

Fonte: MTE/ RAIS – 1986 a 2011
Elaboração: Odilon Máximo de Moraes

O Nordeste, e em especial o Ceará, voltou a ser novamente um espaço de interesse para investimentos, devido, principalmente, à possibilidade de

oferecer vantagens aos empresários que se interessem em investir no Ceará. A essas vantagens adicionam-se a estabilidade da moeda, o aumento do mercado consumidor da região Nordeste, a sua proximidade com os mercados europeus e norte-americanos e a abundante mão-obra barata.

Desta maneira, igualmente ao impulso de industrialização da década de 70 e início dos anos 80, que foram baseados em incentivos fiscais e baixos salários, o Ceará, a partir de 1986 devido a intensificada da guerra fiscal. Esses incentivos e a atração de novos empreendimentos levaram o Ceará a um excelente desempenho econômico. No período de 1986 a 1998, o Ceará foi o terceiro estado com maior crescimento do PIB no Nordeste, com 2,95%, perdendo apenas para o Maranhão e Rio Grande do Norte, crescendo acima da média do Nordeste, que foi de 1,77% (Tabela 3.1) e que de Pernambuco (1,99) e Bahia (2,10) estados que disputam a hegemonia regional.

De 2002 a 2009 o Ceará é também entre os estados mais industrializados o de melhor crescimento. A trajetória de crescimento do PIB do Ceará vem sendo desde os anos 70 acima da média nacional, regional e dos estados da Bahia e Pernambuco.

Tabela 3.1—Taxa média anual de crescimento do PIB (%).Estados, Nordeste e Brasil

Estados	1974 a 1986	1986 a 1998	1974 a 1998	2002 a 2009	Ordem
Maranhão	9,78	4,98	7,35	5,90	1º
Piauí	8,26	2,00	5,08	5,59	2º
Ceará	8,04	2,95	5,46	4,15	4º
Rio Grande do Norte	9,01	4,10	6,53	3,19	9º
Paraíba	5,14	2,13	3,63	4,00	6º
Pernambuco	5,37	1,99	3,67	3,73	7º
Alagoas	8,37	1,98	5,13	3,33	8º
Sergipe	8,21	1,00	4,54	4,61	3º
Bahia	6,52	2,10	4,29	4,12	5º
Nordeste	6,72	1,77	4,21	4,14	
Brasil	4,55	1,95	3,24	3,53	

Fonte: Santana (2000); CEARA (2011)

Elaboração: Odilon Máximo de Moraes

Contudo, por mais que o PIB cearense venha sempre crescendo acima da média nacional e regional, quando se observa a relação do PIB do Ceará com relação ao Brasil (Gráfico 3.3), percebe-se pouca alteração na

participação cearense, pois o PIB do Estado teve na série apresentada, em 1981, sua menor participação com o valor de 1,83% e, em 1989, sua maior participação com o valor de 2,56%, um crescimento de 0,73%. Meados dos anos 80 e início da década de 90 pode ser considerado o período em que o Ceará obteve uma melhor participação relativa no PIB nacional.

Este período foi marcado pela forte atração industrial, investimentos em infraestrutura com a construção do Aeroporto Internacional de Fortaleza, as obras do açude do Castanhão, o Canal do Trabalhador, Porto do Pecém, melhoramento e construção das malha rodoviária estadual, além da construção civil para construção das infraestruturas necessárias para o recebimento das empresas que se instalavam no Ceará. A perda relativa vivenciada nestes últimos anos foi devido as crises dos setores têxtil e de calçados

Gráfico 3.3 – Relação percentual Ceará/ Brasil do Produto Interno Bruto (PIB) de 1980 a 2009.

Fonte: SUDENE/ Fundação Getúlio Vargas; IPLANCE – Células de contas regionais; CEARÁ (2011)

Elaboração: Odilon Máximo de Moraes

Os esforços que o Ceará havia executado para atrair indústrias têxteis/ confecção e de calçados nos anos 80 e, sobretudo, nos anos 90, representaram um incremento bastante significativo na economia cearense passando a ser os itens de calçados os principais produtos de exportação cearense. Contudo, como as unidades fabris dos diversos grupos calçadistas instaladas no Ceará possuem como prioridade a produção para exportação, a crise mundial que atingiu os Estados Unidos e a Europa- principais mercados para a produção de calçados cearense - levou o setor a sofrer nos últimos anos

com as consequências econômicas que atingiram o setor de calçadista e têxtil, fator que contribuiu na diminuição da produção nesses setores. Entretanto, a crise na indústria cearense não está somente nestes dois setores.

No ano de 2011, com exceção dos setores ligados a produtos químicos, todas as demais atividades industriais tiveram retração na produção (ver tabela 3.2), seguindo a tendência nacional visto a evolução da produção industrial do Brasil ter crescido apenas 0,26%. O setor têxtil reduzia sua produção de 2007 a fevereiro de 2012 praticamente 50%, sendo que somente nos meses de JAN-FEV/ 2012 reduziram 22,99% da produção.

Tabela 3.2: A evolução da produção industrial (%) – Ceará e Brasil – 2007 a Jan-fev./2012

Atividades	2007	2008	2009	2010	2011	Jan-Fev/ 2012
Indústria Geral Ceará	1,18	2,46	-3,75	9,05	-11,7	-6,92
Alimentos e bebidas	5,27	11,5	-16,12	11,54	-1,23	-7,25
Têxtil	-3,14	-8,58	6,69	-1,94	-24,99	-22,99
Vestuário e acessórios	-8,09	5,22	0,74	-4,22	-11,66	-12,78
Calçados e artigos de couro	7,86	-3,84	7,95	4,9	-22,04	-0,48
Refino de petróleo e álcool	-18,51	-13,2	3,26	13,58	-24,04	18,91
Produtos químicos	15,26	17,33	3,31	16,84	6,22	3,83
Minerais não metálicos	6,08	2,04	1,05	9,77	-2,47	-15,92
Metalurgia básica	41,35	5,91	-29,12	32,08	-1,48	23,54
Produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos	-23,21	17,51	-1,84	26,32	-21,22	-31,36
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-19,36	-4,41	-19,27	63,51	-27,49	-0,77
Índice Geral Brasil (*)	6,01	3,10	-7,38	10,47	0,26	-4,00

Fonte: IBGE. (*) A taxa de crescimento da indústria brasileira refere-se ao período acumulado de Jan.-Mar./2012. O resultado de março/2012, para o Ceará, ainda não foi divulgado.

O Gráfico 3.3 mostra o crescimento do emprego na atividade industrial do Ceará, Pernambuco e Bahia. Observa-se que as taxas de crescimento do Ceará foram bem acentuadas a partir de 1994, período este em que se intensificou a corrida desse Estado pela atração de estabelecimentos industriais. Dentre esses três estados que são os mais industrializados do Nordeste, o Ceará foi o que teve melhor desempenho, ultrapassando em número de empregos na indústria os estados de Pernambuco e Bahia.

Nos anos 90 estes dois últimos estados passaram por crise no setor industrial seja pela perda de estabelecimentos ou com maquinário ocioso. Pernambuco perdeu de 1989 a 1999 42% do seu estoque de trabalhadores na indústria, o equivalente a praticamente 100 mil empregos. Já a Bahia, perdeu de 1987 a 1993, 43.675 empregos, mantendo a média 105 mil empregos deste ano a 1999, quando inicia uma recuperação.

Somente em 2003 a Bahia atingiu o mesmo nível de 1987 e agora em 2011, ultrapassou o Ceará com uma pequena vantagem de 6.004 mil empregos, recuperando a liderança em sobre este estado perdida em 1996. O Ceará permanece na frente de Pernambuco com 17.507 mil empregos. A queda das taxas do Ceará ocorreu devido, sobretudo, a crise dos dois principais setores da indústria cearense: o têxtil e de calçados. Como pode ser observado na tabela anterior (tabela 3.2).

Gráfico 3.3 – Evolução do emprego na atividade industrial dos estados do Ceará, Pernambuco e Bahia - 1986 a 2011

Fonte: MTE/ RAIS: 1986 a 2011

Elaboração: Odilon Máximo de Moraes

Porém, esse novo impulso da industrialização cearense está inserido em uma nova lógica de acumulação global que põe em confronto o fordismo e a acumulação flexível (Harvey, 1989). Esta transição do regime fordista para um regime de flexibilidade das atividades produtivas e das relações de trabalho

tem grandes repercussões sobre aqueles que Antunes (1998) denomina de “*classe-que-vive-do-trabalho*”. Dentre as mudanças, pode-se destacar a precarização do trabalho pela massificação do desemprego, trabalhadores dessindicalizados, terceirização e achatamento dos salários. É diante dessa fragmentação da classe trabalhadora que ocorre essa nova onda de industrialização nordestina. Lima (1997, p. 141) é claro em dizer que:

A novidade nesta nova ordem de industrialização refere-se aos custos da força de trabalho, medidos internacionalmente e que determinam, junto com o reordenamento tecnológico, organizacional e espacial da produção, a competitividade do produto final. (LIMA, 1997, p. 141)

Harvey (1989) aponta nesse caminho quando diz que a desvalorização da força de trabalho sempre foi a resposta instintiva dos capitalistas para resolverem os problemas da queda dos lucros. Nesse sentido, o papel do território nesse processo de rearranjo do regime de acumulação flexível passa a ser mais determinante e decisivo na busca do capital de resolver o problema de quedas das taxas de lucros.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (HARVEY, 1989, p. 140)

Esse capital sem as garantias de retorno em forma de lucros, conduz os centros capitalistas mais desenvolvidos, a buscar nas regiões periféricas as possibilidades de sua reprodução, bem como a obtenção de super lucros (MANDEL, 1982). O Nordeste e, por conseguinte o Ceará, estão inseridos nesse contexto de reprodução capitalista pela oferta abundante de mão-de-obra barata.

A importância da força de trabalho na recente industrialização pode ser percebida ao se comparar os custos da força de trabalho, através dos salários médios dos trabalhadores da indústria de calçados do Ceará, Rio Grande do Sul e São Paulo (Tabelas 3.3).

Tabela 3.3 – Número de trabalhadores e porcentagem por salário mínimo médio no setor calçadista – CE, SP e RS – 1994, 2000 e 2011.

CEARÁ

Salário mínimo	1985	2000	2011	85 a 00	00 a 11	85 a 11
Até 1,00	427	959	2.940	125%	207%	589%
De 1,01 a 2,00	864	23.675	55.670	2.640%	135%	6.343%
De 2,01 a 3,00	61	1019	1.489	1.570%	46%	2.341%
De 3,01 a 4,00	24	344	443	1.333%	29%	1.746%
De 4,01 a 5,00	28	726	525	2.493%	-28%	1.775%
De 10,01 a 20,00	06	259	208	4.217%	-20%	3.367%
Mais de 20,00	0	164	32	∞	-80	∞
Total	1.410	27.146	61.307	1.825%	126%	4.248%

SÃO PAULO

Salário mínimo	1985	2000	2011	85 a 00	00 a 11	85 a 11
Até 1 salário	3562	251	578	-93%	130%	84%
De 1,01 a 2,00	41.879	22.980	41.757	-45%	82%	-0,29%
De 2,01 a 3,00	13.202	14.226	7.997	8%	-44%	-39%
De 3,01 a 4,00	5.309	4582	1.966	-14%	-57%	-63%
De 4,01 a 10,00	5.075	3.838	1.390	-24%	-64%	-73%
De 10,01 a 20,00	499	454	65	-9%	-86%	-87%
Mais de 20,00	199	131	09	-34%	-93%	-95%
Total	69.725	46.462	53.762	-33%	-16%	-23%

RIO GRANDE SUL

Salário mínimo	1985	2000	2011	85 a 00	00 a 11	85 a 11
Até 1 salário	6.660	1.415	4.652	-79%	229%	-30%
De 1,01 a 2,00	79.542	61.745	89.726	-22%	45%	13%
De 2,01 a 3,00	30.053	36.887	10.429	23%	-72%	-65%
De 3,01 a 4,00	6.596	8.828	3.267	34%	-63%	-50%
De 4,01 a 10,00	6.451	8.757	4.495	36%	-49%	-30%
De 10,01 a 20,00	995	1.888	510	90%	-73%	-49%
%Mais de 20,00	262	530	144	102%	-73%	-45%
Total	130.559	120.050	113.223	-8%	-6%	-13%

Fonte: MTE/ RAIS – 1994, 2000, 2011

Elaboração: Odilon Máximo de Moraes

A tabela referente ao ano de 1985, mostra que existia no Ceará 1.410 trabalhadores no setor calçadista, dos quais, 91,56% recebiam até dois salários mínimos. Em, 2011, o número saltou para 61.307 mil trabalhadores, onde 95,6% recebem até dois salários. Vejam que no Ceará o crescimento de

trabalhadores no setor de calçados foi de 4.248%. De 1985 a 2000 o incremento foi de 25.376 mil trabalhadores. Deste ultimo a 2011, o crescimento foi ainda maior, sendo 34.161 mil novos empregos. O Ceará tinha 1985 um setor calçadista pouco desenvolvido que se realizava em pequenos estabelecimentos industriais, em sua maioria com uma produção artesanal e outra parte com pequenos estabelecimentos. Conforme Moraes (2003) existiam no Ceará 62 estabelecimentos sendo que 57 não tinham sequer 50 empregados. Do total geral, 57 estavam em Fortaleza, 04 em Juazeiro do Norte e um em Maranguape.

Já no Rio Grande do Sul, dos 130.559 trabalhadores em 1985, 66% recebiam até 02 salários mínimos. Em 2011, reduziu-se o numero de trabalhadores em 17.336 mil empregos, sendo que essa massa desempregada se deu prioritariamente acima de 02 salários visto que houve um aumentando de 83,4%daqueles que ganha até 02 salários mínimos. No Rio Grande do Sul, a reestruturação produtiva do setor poder ser dividida em dois momentos.

O primeiro, como pode ser constatado na tabela 3.3 foi de 1985 a 2000, onde existia uma perde de postos de trabalhos entre aqueles que ganhavam até dois salários. O que se percebe é que nesse período parte das unidades fabris que produziam principalmente calçados de materiais sintéticos, como exemplo a Grendene, deslocaram-se para o Ceará e outras porções da região Nordeste. Permaneceram no Rio Grande do Sul, sobretudo, os setores mais sofisticados em especial os de calçados de couro e os setores de planejamento e gestão. Daí o setor empregar mais aqueles com remuneração acima de 02 salários, seja ter criado uma especialização produtiva em suas unidades fabris, seja pela necessidade de contratar mais trabalhadores para parte da gestão e planejamento das novas unidades fabris no Nordeste.

O segundo momento, a partir de 2000, o que se percebe é uma grande inversão na relação trabalhador/salário. Nessa revoada das indústrias de calçados também foram para o Nordeste unidades fabris de calçados de couro. Nesse período o número de trabalhadores que ganhavam menos de 02 salários mínimos criou 31.218 mil postos de emprego. Por outro lado, a parcela dos que ganhavam acima de 02 salários perdeu 38.045 mil empregos diretos. A migração das empresas gaúchas provocou uma perda de posto de trabalho.

A reestruturação das unidades que permaneceram teve como resultado uma grande perda para classe trabalhadora que amargou um rebaixamento violento de seus salários. Outra parte ligada a gestão e planejamento, que possuía os salários mais elevados, para não ter perdas salariais ou perder o emprego, foi obrigada a se deslocar geograficamente para as unidades fabris do Nordeste.

Igualmente ao Rio Grande do Sul, as indústrias calçadistas de São Paulo passaram por uma reestruturação produtiva, sendo que isto ocorreu de forma precoce. Já no primeiro período, ou seja, de 1985 a 2000, as indústrias paulistas demitiram trabalhadores em busca de redução de salários. Dos 69.725 trabalhadores em 1985, 65,16% recebiam até dois salários. Em 2011, era 78,75% dos trabalhadores que recebiam esse valor. De 1985 a 2000 São Paulo perdeu 25.736 empregos na indústria de calçados. Desse período a 2011, o estado teve um incremento de 7.300 novos postos de trabalho. Interessante destacar que no mesmo período o número de empregados que recebem entre 01 e 02 salários mínimos aumentou em 18.777 mil empregos. Em São Paulo o rebaixamento dos salários é também muito evidente.

Em síntese, o que se percebe é que como estratégias para restabelecer a competitividade e obter maiores lucros, muitas indústrias calçadistas se deslocaram para o Nordeste, em especial para o Ceará, em busca de mão-de-obra abundante e barata. Por outro lado, esse movimento permitiu também o rebaixamento dos salários em São Paulo e Rio Grande do Sul. Assim, a redução total no número de empregos na região Centro-Sul, em detrimento da transferência para outras regiões produtivas acaba por pressionar os preços médios dos salários dos trabalhadores para baixo.

Por outro lado, o aumento da oferta de emprego deste setor no Ceará ou em outros estados nordestinos não necessariamente implicou no aumento médio do salário, pois a lógica empregatícia, de acumulação de capital e exploração da mão-de-obra dispersou a oferta de emprego por diversos municípios de pequenos e médios portes do interior dos estados, como no caso cearense onde empresas de grande e médio porte, a exemplo da Grendene e Dakota, instalaram suas estruturas produtivas em cidades como Sobral, Russas, Iguatu ou Crato. Essa dispersão espacial evitou uma pressão sobre os

salários e regime de trabalho, podendo, assim, ampliar-se a obtenção de mais-valia e, conseqüentemente, melhores taxas de lucros.

Essa reestruturação atingiu da mesma forma o setor têxtil cearense, contudo com aspectos diferentes para os subsetores desse ramo, pois o pólo têxtil e de confecções do Ceará, diferentemente do de calçados, já possui de longo tempo uma importância na economia estadual e até mesmo nacional.

Participando ativamente dessas modificações, a indústria têxtil/confecções do Ceará, mais especificamente de Fortaleza, desponta hoje como um dos importantes centros do setor, tanto em nível regional, quanto nacional. Entre 1970 e 1985, por exemplo, o número de estabelecimentos têxteis do Ceará cresceu de 155 para 358, enquanto os ligados ao vestuário passavam de 152 para 850 (Censos Industriais -IBGE).... Em 1991, segundo o Sindicato da Indústria de Confecções do Ceará, o pólo cearense reunia cerca de 3.000 empresas, gerava 60.000 empregos diretos e era responsável por 12% do ICMMS do Ceará. Esses dados, mesmo que possam ser superestimados, ilustram o dinamismo da atividade naquele Estado. (LIMA, 1994. p.67)

Aqui, para comparar com o Ceará, toma-se como análise os estados de São Paulo e Santa Catarina, por serem estes, possuidores de uma maior dinâmica nacional empregatícia nesse setor. Pode-se observar a partir dos dados (ver Tabelas 3.4) que em todos os três estados houve uma elevação percentual e numérica de empregados que recebem de um até três salários mínimos.

Tabela 3.4 – Número de trabalhadores e porcentagem por salário mínimo médio no setor têxtil e de confecção – CE, SP e SC – 1994, 2000 e 2011.

CEARÁ

Salário mínimo	1985	2000	2011	85 a 00	00 a 11	85 a 11
Até 1 salário	1.054	2.166	7.650	106%	253%	626%
De 1,01 a 2,00	21.992	40.944	55.962	86%	37%	154%
De 2,01 a 3,00	6.339	8.037	2702	27%	-66%	-57%
De 3,01 a 4,00	1.532	2.311	1088	51%	-53%	-29%
De 4,01 a 10,00	2.238	4.070	1.298	82%	-68%	-42%
De 10,01 a 20,00	1.278	1.009	162	-21%	-84%	-87%
Mais de 20,00	207	401	33	94%	-92%	-84%
Total	34.640	58.938	68895	70%	17%	99%

SÃO PAULO

Salário mínimo	1985	2000	2011	85 a 00	00 a 11	85 a 11
Até 1 salário	2.041	1.324	3.787	-35%	186%	86%
De 1,01 a 2,00	23.420	39.359	194.959	68%	395%	732%
De 2,01 a 3,00	107.472	111.464	53.983	4%	-52%	-50%
De 3,01 a 4,00	53.756	43.233	19.459	-20%	-55%	-64%
De 4,01 a 10,00	76.993	54.675	20.660	-29%	-62%	-73%
De 10,01 a 20,00	15.597	9.272	2.665	-41%	-71%	-83%
Mais de 20,00	4.929	3.337	832	-32%	-75%	-83%
Total	284.208	262.664	296.345	-8%	13%	4%

SANTA CATARINA

Salário mínimo	1985	2000	2011	85 a 00	00 a 11	85 a 11
Até 1 salário	685	2.953	2.446	331%	-17%	257%
De 1,01 a 2,00	9.430	54.948	96.344	483%	75%	922%
De 2,01 a 3,00	21.618	44.003	41.715	104%	-5%	93%
De 3,01 a 4,00	23.450	19.019	12.018	-19%	-37%	-49%
De 4,01 a 10,00	32.251	22.308	9.742	-31%	-56%	-70%
De 10,01 a 20,00	3.258	2.882	1.030	-12%	-64%	-68%
Mais de 20,00	993	967	310	-3%	-68%	-69%
Total	91.685	147.080	163.605	60%	11%	78%

Fonte: MTE/ RAIS – 1994, 2000 e 2011.

Elaboração: Odilon Máximo de Moraes

Se no Ceará, havia segundo Lima (1994), mais que duplicado o número de estabelecimentos de 1970 a 1985. Com a formação de um parque têxtil/confecção nacionalmente competitivo e de fiação internacionalmente, com um padrão tecnológico similar ao do Centro-Sul, de 1985 a 2011, o número de empregados no setor também praticamente duplicou, tornando o Ceará o quinto maior pólo têxtil do país e o maior do Norte-Nordeste.

De 1985 a 2000, pode ser considerado como o período de maior crescimento da mão-de-obra no setor, sendo esse crescimento alavancado pelo setor de confecção, já que o de fiação e tecidos é extremamente mecanizado. Tal crescimento de emprego nesse setor se deu pela instalação no Ceará de diversas empresas visando aproveitar-se do mercado em expansão e de uma mão-de-obra qualificada e barata. A título de exemplo pode-se citar o caso da Marisol ou da Malwee. A Marisol emprega em torno de 1.500 trabalhadores, já a Malwee possui uma fábrica no município de Pacajus com 600 funcionários e está investindo 15 milhões desde 2010, na construção de uma nova unidade com previsão de funcionamento para 2013, com a

criação de 3.000 mil novos empregos, conforme notícias do Conselho Estadual do Desenvolvimento Econômico¹².

Enquanto o Ceará e Santa Catarina cresceram nos anos 90, o estado de São Paulo teve perdas no número total de empregos, sendo este valor equivalente a 21.544 empregos. Nos anos 2000 o estado volta a crescer, contudo, passando por uma profunda reestruturação do setor em que a classe trabalhadora teve perdas incalculáveis. São Paulo possuía em 1985, 8,9% dos trabalhadores ganhando até dois salários mínimos. Em 2000, chegou a 15,5%. No ano de 2011, esse valor chegou a marca de 67,1% dos empregados. Enquanto o número de trabalhadores cresceu 4%, de 1985 a 2011, o número de trabalhadores que ganham até dois salários cresceu 681%.

Apesar de não ter havido uma redução no total de emprego, o estado de Santa Catarina também amargou perdas no número de empregados no setor têxtil, sobretudo nas classes de empregados que ganham acima de três salários mínimos. O setor têxtil catarinense tinha, em 1985, 11% dos seus empregados ganhando até dois salários mínimos.

Em 2011, esse percentual chegou a 60%. De 1985 a 2011, o número de trabalhadores ganhando de um até dois salários mínimos cresceu 922%. O estado do Ceará foi o único dos estados listados que teve um incremento de trabalhadores em praticamente em todas as classes salariais de 1985 a 2000. Porém, a partir desse último ano, as perdas foram tão elásticas quanto tinham sido os ganhos. O Ceará que sempre possuiu uma elevada concentração de mão-de-obra barata, mas esta situação agravou-se, visto que tinha 66,5% dos trabalhadores ganhando até dois salários, e esse número chega em 2011 a 92,3%.

Da mesma forma como se presenciou no setor calçadista uma precarização do trabalho, o setor têxtil também passaria por uma reestruturação que ampliava as camadas de trabalhadores mal remunerados. Esse dois setores tem em comum o uso intenso de mão-de-obra. O que os números tanto do setor calçadista, como têxtil, uma acentuação

¹²Sobre o assunto consultar: <http://www.cede.ce.gov.br/noticias/malwee-expande-seus-negocios-no-ceara> e <http://www.cede.ce.gov.br/noticias/marisol-quer-implantar-linha-de-producao-de>

dessas condições precárias do trabalho, verificável principalmente pela redução salarial. (ver tabela 3.5).

Tabela 3.5 – Percentual de empregados que recebem até 2 salários mínimos na indústria têxtil nos anos de 1985, 2000 e 2011

Fonte:
e:

RAIS 1985, 2000 e 2011.

Elaboração: Odilon Máximo de Moraes

No que diz respeito à perspectiva geográfica, o que se percebe é uma reorganização espacial da atividade produtiva em direção a espaços onde as possibilidades de um superlucro sejam facilitadas. Atualmente, no Brasil, esses espaços onde são maiores os lucros são aqueles de menor desenvolvimento, a exemplo dos estados das regiões Nordeste e Centro-Oeste.

De modo geral, estas essas empresas de uso intensivo de mão-de-obra migram atrás do que Lima (1997) chama de “custo chinês”, ou seja: mão-de-obra barata, trabalhadores desorganizados, incentivos fiscais e logísticos frente à exportação.

Este aspecto é observado no depoimento do diretor geral da Calçados Paquetá, Enio Schein, à Gazeta Mercantil (1997: p. 10) quando afirma que “O início das atividades da Paquetá no Ceará deveu-se mais aos investimentos fiscais, concedidos pelo governo do estado, e menos à redução com custo de mão-de-obra”.

A revista faz uma estimativa que a diferença de salários entre os trabalhadores do setor calçadista chega a 40% menores no Ceará que no Rio Grande do Sul,

local de origem da empresa. Destaca ainda que o preço final do produto fica entre 10% e 20% mais barato somente com relação à mão-de-obra. Somando-se todos os benefícios, as classes empresariais podem obter excelentes lucros.

Quando se observa os números percebe-se que na verdade o preço da mão-de-obra tem sua importância minimizada porque há nacionalmente uma tendência a precarização do trabalho com uma redução significativa dos salários médios em todo o Brasil. Contudo, essa redução é agravada pela mobilidade das empresas pelo território em busca de vantagens competitivas. O lugar em que a empresa se localiza é fundamental para ampliar seus lucros ou minimizar as perdas diante da crise que o capitalismo passa no período atual.

É importante pesar que o processo de atração industrial não se dar somente por um fator, como o caso dos incentivos fiscais, uma vez que as práticas contradizem o discurso. É o caso da empresa Canindé Calçados que se utilizou de práticas exploratórias e ilícitas a fim obter maiores lucros. A empresa estimulou a criação de duas “cooperativas fantasmas”, e depois, terceirizou os seus serviços mascarando a nítida relação de emprego. Assim, buscou driblar a legislação trabalhista não garantindo nenhum direito aos operários.

Além disso, utilizou-se de outra prática igualmente “lucrativa” que consistia no arrendamento das máquinas e equipamento pelo regime de comodato. Diante da pressão dos Sindicatos dos Sapateiros, em Fortaleza, e dos movimentos sociais e de alguns parlamentares, a empresa iniciou um processo de decadência e depois, o pedido de concordata em 2004. Em 2005 é decretada falência deixando mais de mil trabalhadores no prejuízo, pois a empresa não tinha bens para leiloar.

Também vale ressaltar que esses casos são casos isolados, pois a grande maioria das empresas dessa nova onda de industrialização por mais que usufrua de uma mão-de-obra barata, tendem a respeitar as legislações trabalhistas.

Dessa forma, pode-se pensar que esse processo de revoada industrial que atingiu o Ceará pode ser corroborado principalmente nos setores industriais que utilizam largamente o trabalho intensivo, que necessitam de

uma logística simples e de fácil instalação, como é o caso do setor têxtil, de vestuário, alimentos e de calçados.

No caso cearense, são estes os setores que mais se destacaram nos últimos anos, como ilustra o Gráfico 3.4. Nele pode ser verificado que o setor têxtil e de vestuário, bem como as indústrias de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, sempre tiveram um destaque muito importante na economia cearense.

Gráfico 3.4 – Evolução do emprego nos setores indústrias cearenses

Fonte: MTE/ RAIS – 1986 a 2011.

Elaboração: Odilon Máximo de Moraes

Entretanto, o setor que mais vem se destacando e que teve maior desenvolvimento, como pode se observar na figura acima (Figura 3.10) foi

certamente o setor calçadista que vem crescendo desde 1990, acentuando-se consideravelmente a partir do ano de 1994.

Esse destaque pode ser observado pela atração de grandes empreendimentos industriais como as empresas citadas anteriormente, ou seja, Grendene, Dakota, Vulcabrás, Paquetá Calçados e outras.

Destaque-se, ainda, no caso do Ceará, um compromisso dos governantes com as corporações que aqui se interessem em alocar oferta de qualificação técnica para os possíveis funcionários através de diversos pólos de educação, como os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT), educação à distância e Centros Regionais de Ensino Tecnológico (CENTEC).

Outra característica dessa industrialização é o caráter volátil que muitas empresas possuem, pois não criam nenhuma forma de vínculo com a economia local, não dando qualquer forma de segurança quanto à continuidade do emprego por um longo tempo aos seus trabalhadores, podendo estas, facilmente, mudar-se para outro lugar onde lhes ofereça melhores incentivos. Essa falta de laços entre a empresa e o espaço ou mesmo os funcionários é hoje uma característica bastante marcante na economia mundial. Beynon (1999) destaca essa mesma característica na Inglaterra, ou seja, uma perda cada vez maior do emprego por toda a vida. Quer dizer, daquela empresa onde se iniciava o trabalho e tinha segurança que se aposentaria.

A falta de compromisso da empresa com o empregado é observada no caráter “*maquiador*” de determinadas empresas vindas para o Ceará, já que possuem o seu trabalho totalmente externalizado e voltado à montagem de peças, que são igualmente exportadas, sem que haja transferência de tecnologia, vínculos, aproveitando-se das benesses oferecidas pelo Estado. Como exemplo desse tipo de empresas pode ser citado as falsas cooperativas.

De uma forma geral, na década de 90, a industrialização no Brasil passou por uma reestruturação espacial, onde muitas indústrias transferiram-se de zonas tradicionais para se instalarem em locais sem tradição industrial. Tais mudanças foram acompanhadas por diversas formas de incentivos econômicos promovidos principalmente pela “guerra fiscal” e baixos salários. O Ceará foi sem dúvidas um dos estados nordestinos que teve maior crescimento industrial nos últimos anos. Diversas indústrias instalaram-se no território, atraídas

principalmente pelas vantagens locacionais, favorecidas pela reestruturação espacial das indústrias do Sul e Sudeste.

Espacialmente pode-se observar a existência uma concentração da atividade na região metropolitana de Fortaleza que concentra a maior parte dos estabelecimentos industriais, bem como a oferta de trabalho. Desta forma percebe-se que a capital centraliza sobre si uma grande oferta de empregos e porque não falar de capital industrial que a torna um centro hegemônico com uma grande capacidade polarizadora, seja de população, infraestruturas, serviços, comércio, etc.

Entretanto, já se pode observar o desenhar de outra configuração espacial da indústria no Ceará. Neste ano é visível uma desconcentração do emprego industrial em Fortaleza, que cairá de 70,33% para 58,5%. No ano de 2000, esse valor, que era de 58,5%, passa para 45,81% em 2000 perdendo o município de Fortaleza o total de 7.036 unidades de trabalho de 1986 a 1994.

Outra característica importante é o acentuado crescimento da atividade industrial de Maracanaú, sobretudo em função da transferência industrial de Fortaleza para esse município, em decorrência das barreiras econômicas criadas pelo aumento do valor do solo, dificuldade de transportes pesados e economia de aglomeração. O importante é que o Distrito Industrial do município de Maracanaú vem desde o início dos anos de 1990 consolidando-se como distrito, fato este não alcançado desde sua criação nos anos 70. Esta mudança trouxe outra dinâmica econômica ao município, sendo atualmente um dos que mais cresce no estado.

Outro fato destacável é o crescimento do município de Sobral, principalmente no que se refere ao emprego no setor calçadista, tendo como destaque a Grendene que se instalou no município (ALMEIDA, 2009), oferecendo em 2011 mais de 17 mil empregos na fábrica de Sobral.

Os números mostram um crescimento da atividade industrial no interior, haja vista as políticas governamentais que dão melhores incentivos àquelas indústrias que busquem se alocar nestas áreas. Um desses incentivos é dado pela renúncia fiscal.

Essa lógica de investimentos atende a diversos objetivos, um deles é o combate à macrocefalia que recai sobre Fortaleza. Quanto a este objetivo, o Secretário da Indústria e Comércio do Ceará, Raimundo José Marques Viana, afirmou, em entrevista ao Balanço Anual da Gazeta Mercantil (1997):

“Nosso objetivo é desenvolver uma lógica diferenciada, induzindo e estimulando a instalação de indústrias no interior. Queremos evitar a macrocefalia econômica – uma cabeça grande, representada pela concentração de atividades na capital, ou num único setor industrial – sustentada por um corpo mirrado”.(Balanço anual – 1997, p. 09)

Foi a “guerra fiscal”, juntamente com o “custo chinês” da mão-de-obra, que levaram diversas indústrias a se implantarem no interior. A Grendene tem fábricas em Fortaleza, Sobral e Crato; a Dakota em Maranguape, Iguatu, Russas, Quixadá; a Paquetá em Itapajé, Uruburetama e Pentecoste; a Vulcabrás em Horizonte; a Democratas em Camocim e Santa Quitéria, a Aniger em Quixeramobim; a Dass em Itapipoca; a Star Tech – Sugar Shoes em Senador Pompeu.

Todas essas empresas empregam mais de 500 trabalhadores em suas unidades fabris. Em 2000, este tipo de indústria somente era observado nos três ramos mais importantes da economia: o setor têxtil, o calçadista e o alimentício e bebidas. Hoje, além de ter expandido nesses setores, encontra-se grandes empresas industriais no setor metalúrgico, mecânico, material de transporte, químico e de couro.

O setor têxtil diferentemente do calçadista, permaneceu concentrado na região metropolitana de Fortaleza e cidades onde já havia tradição neste ramo. Já o ramo de vestuário, teve uma maior propagação espacial, até mesmo porque esta atividade não impõe muitas dificuldades logísticas, pois bastam apenas galpões e máquinas. Nesse setor destacam-se diversos pólos de confecções, como em Baturité, Itapajé, Pacajus e Crateús.

Essas mudanças espaciais da atividade industrial cearense, com destaque para os setores de calçados e confecção, que mais se interiorizaram, sem dúvida, trouxeram outra dinâmica à economia estadual, bem como na organização do espaço na medida em que, alocando-se muitas vezes em

municípios sem nenhuma perspectiva de trabalho, estas empresas “caíram como um presente do céu” por trazerem renda para o município, ou saíram das “profundezas do inferno” na medida em que as relações de trabalho são as mais desumanas e cruéis possíveis.

De modo geral, percebe-se que a distribuição espacial da indústria é bastante fragmentada por ramos e por tamanho de estabelecimentos. Os grandes estabelecimentos industriais ou aqueles de elevada composição orgânica do capital concentram-se, em sua maioria, na RMF e nas principais cidades do interior. Essa seletividade espacial ocorre tanto por setores, como pelo valor de capital da empresa.

Esse processo recente de industrialização cearense assume, assim, características bem específicas. É um processo que tem uma forte intervenção estatal, seja no fornecimento de terrenos, e construção de galpões e infra-estruturas de água e energia etc, seja na distribuição espacial dos estabelecimentos através da oferta diferenciada de incentivos por regiões de desenvolvimento.

A diferenciação espacial dos incentivos fiscais no estado favoreceu a redistribuição espacial da indústria e do trabalho industrial, tanto quantitativamente, como qualitativamente. Esse fato é percebido pela diminuição relativa do número de estabelecimentos industriais e postos de trabalho em Fortaleza. Essa perda de Fortaleza se deu, sobretudo, nos estabelecimentos de grande porte que utilizam uma força de trabalho intensivo.

Entretanto, a “interiorização do processo industrial” está longe de ser um fenômeno generalizado, esta penetração de indústrias no interior foi seletiva. Os ramos que mais se interiorizaram foram os que utilizam o trabalho intensivo, como os setores de calçados, confecção, têxtil e alimentício. É importante destacar que os ramos industriais que se deslocaram em maior número para o interior foram aqueles em que a composição orgânica do capital é baixa, como já foi analisado. A interiorização industrial segue uma lógica: a da maior possibilidade de superlucro.

Essa lógica é a das empresas monopólicas ou oligopólicas, como é o caso da Grendene, que agindo mesmo dentro dos limites da CLT explora o

diferencial de baixos salários com relação aos pagos no Sul do país. O porte do capital define também o maior “poder de barganha” com relação aos incentivos fiscais. Por possuir uma produtividade acima da média social, tem capacidade de extrair mais-valia absoluta em espaços de baixa sindicalização e onde a pressão do exército industrial de reserva sobre os empregados mantém os salários reduzidos.

Tal conjunto de vantagens possibilita às grandes empresas escolherem onde querem se instalar, pois elas próprias criam suas externalidades. Diferente dos pequenos capitais que não possuem essa capacidade, estas, normalmente se instalam onde essas externalidades estão postas. Daí a RMF, e, sobretudo, Fortaleza não terem reduzido o número de estabelecimentos e nem perdido emprego nesses setores.

Uma observação fundamental diz respeito às limitações das teorias tradicionais de localização industrial. Seus pressupostos, oriundos da microeconomia de concorrência perfeita, não dão conta dos processos concretos da dinâmica capitalista moldados pela concorrência monopolista. Desse modo, os resultados da pesquisa empírica mostraram que a busca de centralidade espacial permanece apenas onde os capitais individuais são pouco centralizados economicamente.

A industrialização no Ceará insere-se rapidamente dentro da nova ótica da divisão do trabalho no Brasil. Alguns ramos que eram praticamente inexpressivos no estado, como o setor de calçados emborrachados, tiveram espetacular crescimento. O pólo calçadista cearense foi o que mais se destacou nesse processo, atraindo diversos grupos nacionais distribuídos espacialmente entre vários municípios cearenses. O setor têxtil, por outro lado, apresentou menor crescimento relativo, pois já estava consolidado como um dos principais pólos do país.

O balanço dos resultados da nova espacialização industrial do trabalho no Ceará mostra uma dimensão do complexo de reestruturação que afetou profundamente o mundo do trabalho. A dispersão espacial de grandes e novos contingentes operários e a alteração de seu perfil salarial e educacional estão entre esses resultados. A precarização do trabalho em sua totalidade remete,

portanto, aos fios condutores da conexão sócioespacial como mediação necessária para seu desvendamento.

3.2- Principais setores e grupos industriais no estado do Ceará

3.1.1 Indústria de calçados

A indústria de calçados constitui um importante setor na constituição da indústria de transformação. O Brasil é o terceiro maior produtor em nível mundial, com mais de 800 milhões de pares produzidos ao ano e o oitavo exportador até 2010 segundo dados da *World Shoe Review*.¹³

Mesmo com a desvalorização da moeda brasileira e a concorrência com os países asiáticos, somados a crise financeira internacional que abalou a economia mundial nos últimos tempos, o Brasil mantém uma posição em relação ao comércio exterior, sendo a indústria brasileira de calçados, importante para a balança comercial do país, com resultados de exportação acima de um bilhão de dólares ao ano. (ABICALÇADOS, 2012,p.12).

Figura 3.1. Mapa do calçado no Brasil

- Fonte. Relatório ABICALÇADOS, 2012.

É possível verificar no mapa que o Nordeste responde a 71,3% na exportação de pares, ultrapassando regiões como o Sul e Sudeste do

¹³ Revista que trata da produção, comércio e consumo de sapatos no mundo, analisando por país as principais mudanças no mercado mundial de calçados.

país. Concentrando a produção no percentual de 7,7% de empresas do ramo. Durante quase toda década de 90, muitas fábricas de calçados se instalaram na Região Nordeste¹⁴. De fato, nesta década, mudaram as condições de produção e concorrência na cadeia produtiva de calçados.

As empresas calçadistas do Sul/Sudeste foram se deslocando para o Nordeste a procura de mão-de-obra mais barata, incentivos dos governos estaduais e em alguns casos, para uma produção voltada ao mercado externo, pois a pressão da concorrência obrigou ao calçadista brasileiro a reduzir custos de produção e transporte, além de outras providências. O Ceará foi um dos estados a receber empresas do ramo de calçados. Ocupando a primeira posição na pauta de produtos exportados pelo estado, os valores chegam acima de US\$ 50 milhões de faturamento.

Tabela XX- Exportações Cearenses por Municípios – 2008 e 2009 (US\$ FOB)

MUNICÍPIOS SELECIONADOS	2009		2008		Var % 09/08
	Valor	Part (%)	Valor	Part (%)	
Fortaleza	237.291.938	21,72	245.106.991	18,76	-3,19
Sobral	128.988.418	11,81	138.414.293	10,59	-6,81
Maracanaú	128.824.912	11,79	231.997.623	17,75	-44,47
Cascavel	128.172.931	11,73	159.199.904	12,18	-19,49
Icapuí	58.182.199	5,33	51.966.138	3,98	11,96
Itapagé	56.292.358	5,15	72.364.658	5,54	-22,21
Quixeramobim	41.695.005	3,82	42.228.327	3,23	-1,26
Horizonte	37.514.210	3,43	47.963.655	3,67	-21,79
Caucaia	33.133.338	3,03	34.418.403	2,63	-3,73
Aquiraz	30.652.355	2,81	26.640.776	2,04	15,06
Uruburetama	24.534.243	2,25	24.305.431	1,86	0,94
Quixeré	23.277.279	2,13	30.109.963	2,30	-22,69
Aracati	21.644.491	1,98	25.406.717	1,94	-14,81
Eusébio	21.274.804	1,95	18.974.772	1,45	12,12
Limoeiro do Norte	17.240.360	1,58	24.623.430	1,88	-29,98
Itarema	17.022.815	1,56	15.651.558	1,20	8,76
Ubajara	16.415.408	1,50	12.428.712	0,95	32,08
Juazeiro do Norte	9.179.786	0,84	19.734.390	1,51	-53,48
Pacajus	8.415.664	0,77	6.129.241	0,47	37,30
Crato	6.724.896	0,62	6.313.348	0,48	6,52
Demais Municípios	45.897.352	4,20	72.819.488	5,57	-36,97
Ceará	1.092.374.762	100,00	1.306.797.818	100,00	-16,41

Fonte. MDIC/SECEX. Elaboração: IPECE.

¹⁴De acordo com o relatório “Levantamento de Oportunidades, Intenções e Decisões de Investimento Industrial no Brasil 1997-2000” do MICT (1998), neste período eram previstos mais de 500 milhões de dólares em investimentos na cadeia de produção de calçados nordestina, para o período de 1996/2004.

**Quadro XX- Maiores empresas exportadoras calçados por faixas de valor (U\$)-
Ceará**

EMPRESAS	LOCALIZAÇÃO	FAIXA FATURAMENTO
GRENDENE S/A	Sobral	Acima de U\$ 50 milhões
PAQUETA CALCADOS LTDA	Itapage	Acima de U\$ 50 milhões
VULCABRAS AZALEIA - CE, CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A	Horizonte	Acima de U\$ 50 milhões
PAQUETA CALCADOS LTDA.	Uruburetama	Entre US\$ 10 e 50 milhões
CALCADOS ANIGER NORDESTE LTDA	Quixeramobim	Entre US\$ 10 e 50 milhões
DAKOTA NORDESTE S/A	Maranguape	Entre US\$ 1 e 10 milhões
GRENDENE S A	Crato	Até US\$ 1 milhão
INDUSTRIAL BOPI DE CALCADOS LTDA	Juazeiro do Norte	Até US\$ 1 milhão

Fonte: Ministério do desenvolvimento, Indústria e comércio Exterior/Secretaria de Comercio Exterior SECEX- 2011

- **Grendene S. A.**

Fundada em Farroupilha, no Rio Grande do Sul, em 25 de fevereiro de 1971, pelos irmãos Pedro e Alexandre Grendene Bartelle, a então Plásticos Grendene Ltda. não possuía como objetivo a venda de calçados, a empresa dedicava-se a fabricação de telas para cobrir garrações de vinho, feitas em vime, produzidos na Serra Gaúcha.

Com ampliação dos negócios, começou a fabricar peças em plásticos para máquinas e implementos agrícolas, tornando-se posteriormente fornecedora de componentes para calçados. Em 1979, ganha destaque no mercado calçadista, quando o empresário Pedro Grendene cria a sandália de plástico com a marca “melissa”, inspirada nos calçados utilizados por pescadores franceses. Quatro anos após este lançamento a empresa passa a

investir em parcerias com designers internacionais para modernizar a sandália.

No intervalo de 1980-1990, a Grendene instalou uma “matrizaria” própria, no Município de Carlos Barbosa (RS), bem como, conheceu um crescimento na produção e o lançamento de modelos de calçados, diversificando sua linha de produção.

Hoje, a empresa conta com duas fábricas de calçados e sede administrativa no estado do Rio Grande do Sul, Farroupilha (1971). Na capital cearense estão presentes duas fábricas de calçados e componentes de PVC, com capacidade atual de produção de cinco milhões de pares. No interior do estado, no município de Sobral (1993) encontra-se a matriz (sede social), composta por sete unidades produtoras, responsáveis por 85% da produção total de calçados, e Crato (1997), uma fábrica de calçados e de componentes, com capacidade atual de produção de 12 milhões de pares anuais de produtos de EVA (estireno vinil acetato). No estado da Bahia, em Teixeira de Freitas (2007), conta uma fábrica de calçado, principalmente do segmento mais popular da empresa, fechando a divisão espacial da produção calçadista intra empresa. (ALMEIDA, 2009, p.134).

A abertura comercial, a defasagem cambial e o fortalecimento dos concorrentes na década de 1990 afetaram a competitividade do setor de calçados, impondo novas estratégias aos produtores. Diante deste cenário, a Grendene chega ao Ceará neste período. Inicialmente instala-se na capital, Fortaleza e gradualmente constrói fábricas no interior do estado. Em Sobral no ano de 1993 e quatro anos depois, em 1997, cria sua unidade no município do Crato, onde mobiliza cerca de 2.000 trabalhadores em regime de CLT, com escolaridade entre 1 e 2 graus para os trabalhadores do chão da fábrica, “sendo seus salários semelhantes aos pagos pelas pequenas e médias empresas da região. Os cargos da direção e supervisão foram deslocados para o Rio grande do Sul”. (ARAUJO, 2006, p.130).

Assim, atraída por incentivos fiscais, mão-de-obra barata e a inexistência de organização sindical, a Grendene se instala no estado do Ceará, passando a se denominar Grendene do Nordeste S.A. com capacidade anual de produção de 12 milhões de pares anuais de produtos de EVA (Estireno Vinil Acetato).

No ano de 2001, a empresa promoveu uma reestruturação societária, com a incorporação da Indústria de Calçados Grendene Ltda. pela Grendene Calçados S.A. incorporada em 2003 a Grendene S.A. Como parte da preparação da abertura de capital da empresa a companhia passou de holding para uma sociedade operacional, com apenas uma subsidiária integral, a Saddle Corporation, com sede no Uruguai, que controla duas subsidiárias integrais: Grendha Shoes, nos Estados Unidos, e Saddle Calzados, na Argentina.

No final de 2004 ocorre a abertura do capital da Grendene que passa a ter ações ordinárias negociadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo. Segundo o relatório 2010 divulgado pela empresa¹⁵, nesse ano registrou lucro líquido de R\$ 312,4 milhões, 15% maior que o de 2009. De janeiro a dezembro, foram vendidos 170 milhões de pares – 115 milhões para o mercado interno e 55 milhões ao mercado externo. Ocupa o primeiro lugar no ranking de exportações de calçados por oito anos consecutivos.

Figura 3.2- Grendene Sobral

Fonte. Anuário Ceará-2010

¹⁵ Relatório enviado a Comissão de Valores mobiliários- IAN informações anuais (2009-2010)

Foto 3.1- Grendene Sobral

-Fonte. Arquivo pessoal. Registrado por Odilon Maximo de Moraes

- **Plaqueta Calçados Ltda.**

Criada em julho de 1945, A Indústria de Calçados Paquetá produzia inicialmente 05 pares de calçados por dia. Atualmente produz, segundo dados da empresa, cerca de 55.000 pares de calçados femininos, esportivos e infantis. Possui sete unidades presentes nos estados do Rio Grande do Sul, no Ceará e Bahia, além de unidades na Argentina e na Republica Dominicana.

O grupo atende o seguimento de calçados femininos, masculinos e infantil (com a marca ortopé). Além da indústria de calçados o Grupo detém mais de 400 estabelecimentos comerciais para venda de seus produtos distribuídos no Brasil e no exterior. Dentre estes, encontram-se estabelecimentos dedicados exclusivamente a venda de seus calçados, descritos na tabela abaixo.

Marcas	Lojas	
	<i>Brasil</i>	<i>Exterior</i>
DUMOND	39	21
ATELIERMIX	10	-
CAPODARTE	49	10
Total	98	30

Fonte: Grupo Paquetá - http://www.paqueta.com.br/marcas_proprias

O Grupo Paquetá chega ao Ceará na década de 90, no município de Itapajé, região norte do estado. Criou posteriormente mais duas unidades, uma em Uruburetama e outra em Pentecoste. Em abril de 2012, o Grupo Paquetá decidiu transferir sua unidade matriz do Rio Grande do Sul para a cidade de Itapajé¹⁶. Esta mudança se dá como busca de aproximação por parte da empresa do principal pólo produtor do Grupo. É importante observar que a presença maciça destas empresas do estado reflete a busca por parte das mesmas em reduzir custos de transporte da unidade de produção para os mercados consumidores, inclusive internacionais.

Figura 3.3 - Localização das unidades industriais da Paquetá Calçados Ltda.

Fonte: <http://www.paqueta.com.br/industria/apresentacao>

¹⁶ In: <http://www.opovo.com.br/app/economia/2012/04/30/noticiaseconomia,2830396/paqueta-vai-transferir-parque-industrial-para-o-ceara.shtml>

Figura 3.4- Tempo de Trânsito a partir dos centros de distribuição- Paquetá Calçados Ltda

Origem	Destino	Tempo de trânsito
Rio Grande	República Dominicana	17 dias
	Nova York	20 dias
	Houston	22 dias
	Londres	20 dias
	Gênova	29 dias
Fortaleza	República Dominicana	8 dias
	New York	14 dias
	Londres	11 dias
	Gênova	18 dias
	Houston	14 dias
República Dominicana	New York	9 dias
	Houston	8 dias
	Londres	
	Gênova	
	Miami	3 dias

Fonte: <http://www.paqueta.com.br/industria/apresentacao>

- **Vulcabras/ Azaleia S. A.**

Sob a denominação Companhia Industrial Brasileira de Calçados Vulcanizados S.A, foi criado no ano de 1952, na cidade de São Paulo, o atual Grupo Azaléia Vulcabraz Ltda. Inicialmente dedicado a produção de calçados de couro com sola de borracha vulcanizada. Em 1974, ingressa no segmento de marcas esportivas internacionais, por meio do licenciamento para a produção e comercialização de tênis de alto desempenho de diversas marcas internacionais.

Ao longo dos anos 80, a Vulcabras cresceu por meio da aquisição de diversas sociedades do mercado calçadista localizadas, principalmente, na Cidade de Franca (interior do Estado de São Paulo), um importante pólo calçadista de empresas fabricantes de calçados de couro. Em 1988 os irmãos Pedro e Alexandre Grendene Barteles assumem o controle da Vulcabras.

Nos anos 90 ocorre a transferência da estrutura de produção para a Região Nordeste do país, seguindo o programa de incentivos fiscais para a indústria calçadista e de confecções implementado pelos estados da região em

conjunto com o Governo Federal. Os estímulos promovidos reavivaram a indústria calçadista no Brasil, que na época sofria com a concorrência externa.

Em abril de 1992, muda sua denominação social para Vulcabras S.A. Razão social que seria novamente alterada, agora para Vulcabras/Azaleia S.A. em 2010. Em 2003, adquire a 'VDA - Calzados y Artículos Deportivos S.A.' na Argentina, iniciando o processo de internacionalização de seus produtos no mercado argentino.

Quatro anos depois (2007) adquire a Azaléia S/A, detentora das marcas Olympikus e Azaléia. Ao completar 55 anos, a empresa – Vulcabras/ Azaleia S,A – constitui uma das maiores indústria de calçados esportivos da América Latina. É importante destacar que em 2007, o Grupo adquire a *Indular Manufacturas S.A.* fato que permitiu a Vulcabras /Azaleia S.A produzir diretamente na Argentina, tornando-se um dos maiores fabricantes de calçados esportivos daquele país e cerca de dois anos depois, uma de suas marcas, a Reebok atinge a liderança de vendas do segmento de calçados naquele país.

Segundo dados da Abicalçados¹⁷, em 2011 as estimativas de consumo aparente para o setor calçadista brasileiro eram equivalentes a R\$ 21,3 bilhões, comparativamente, com o faturamento do grupo Vulcabras/Azaléia S. A. no mercado interno em calçados no mesmo ano foi de R\$ 1,3 bilhão, cerca de 63% do valor consumido no Brasil. Atua por meio de suas marcas em calçados esportivos Reebok e Olympikus, calçados femininos (Azaleia, Funny e Dijean), chinelos (Opanka) e botas industriais, se posicionando entre as maiores empresas nacionais do setor.

¹⁷ Relatório ABICALÇADOS-2001-Associação Brasileira das Indústrias de Calçados tem como objetivo representar os interesses das indústrias de calçados e de cabedais. Atua na defesa das políticas do setor, acompanhando e envolvendo-se diretamente em questões nacionais e internacionais, quando estas resultam em algum reflexo nas suas atividades.

Figura 3.5. Unidades Vulcabrás/Azaléia S.A

Fonte: <http://vulcabrasazaleiari.com.br/a-empresa/fabricas/>

Foto 3.2- Vulcabrás Horizonte-Ceará

Fonte. Vulcabras. Azaléia. Horizonte-Ceará. Arquivo Pessoal

- **Calçados Aniger Nordeste Ltda.**

Em setembro de 1991 os empresários Sérgio Ermel e Laci Ritzel começam a estruturar a empresa em um apartamento na cidade de Campo Bom, Rio Grande do Sul. Em outubro daquele ano, cerca de trinta e cinco dias depois, ocorre o recebimento do primeiro pedido de 67.000 pares da Companhia de Exportação Topázio, o primeiro par de sapatos, dando início a empresa de Calçados Aniger.

Em março de 1992 é instalada a segunda linha de produção, com o modelo Erin, que continuou sendo fabricado até abril de 1995. Em 1994 o grupo amplia suas atividades, inaugurando uma nova empresa, a Tatami, situada em Novo Hamburgo – RS.

Em 1996 se instala no interior do Ceará, no município de Quixeramobim, onde dois anos depois tem início a produção de solados injetados, dando início à empresa SoftFlex.

No início de 2001, a parceria da Calçados Aniger com a Nike é iniciada, com o desenvolvimento da marca na sua sede, no Rio Grande do Sul. No entanto, cerca de um ano depois, devido à demanda, a produção da Nike é transferida para Quixeramobim, fato que leva a indústria a investir em tecnologia, adotando na época um sistema de costura e bordados automáticos, investimento que agilizava a produção de detalhes dos calçados.

Em 2003, a calçados aniger estabelece parceria com empresas internacionais, dando início a produção para a empresa de calçados inglesa Clarks International. Ao ampliar o leque de atuação a Aniger, conquista a licença da marca inglesa, o que lhes dá o direito de comercializar, distribuir e até participar da criação do sapato. Além da marca Clarks, a empresa produz calçados para outras duas marcas internacionais: a americana Nike e a holandesa Miezko.

Em 2007, ganhou a licença de operação da Miezko, de propriedade de um grupo de investidores da Holanda. Com isso, passou a responder também pelas áreas comercial, de distribuição e divulgação, além da fabricação e criação dos sapatos da marca.

Em entrevista¹⁸, o diretor da Aniger, Alan Ermel, declarou que “as grifes são parceiras com contratos de longa duração, o que dá maior estabilidade”. Conta que a empresa também já fabricou para grifes como Banana Republic, Cole Han e Nine West. Segundo o diretor, a Aniger produz 500 pares por dia para a Miezkó, sendo que cerca de 70% do total destina-se a outros países. No Brasil, os calçados da marca holandesa são comercializados entre R\$ 250 e R\$ 500. Ainda segundo Alan Ermel, para marca inglesa Clarks, a empresa produz 9 mil pares por dia, todos para exportação. Outra marca que conta com a produção da Angier Calçados é a Nike. Sua produção chega a 7 mil pares por dia, sendo que 80% é vendido no mercado doméstico e 20% na Argentina e no Uruguai.

Segundo o Sindicato da Indústria de Calçados de Franca¹⁹ a Angier teria confirmado a intenção de investimento de cerca de U\$\$ 6 milhões na Nicarágua, gerando 1,2 mil postos de trabalho naquele país, para produção de 10 mil pares de sapatos por dia. Segundo site, a empresa produzirá sapatos femininos de couro para a marca inglesa Clarks, ocupando um espaço de 11 mil metros quadrados naquele país. O investimento da empresa chega a US\$ 25 milhões na Nicarágua, com geração de 3,5 mil empregos e produção de 4,5 milhões de sapatos ao ano, todos exportados a Europa, EUA e Canadá. Vale destacar que o valor dos salários que deverão ser pagos aos trabalhadores na Nicarágua é bem abaixo dos R\$ 660 que ganham em média os trabalhadores da indústria de calçados de Campo Bom – RS de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados da cidade. Outra investida da empresa é a criação de uma nova unidade no município de Tauá, interior do Ceará, as obras devem ser entregues no final de 2012.

- **Dakota Nordeste S. A.**

Fundada em 07 de dezembro de 1976, a Dakota é atualmente uma das maiores empresas calçadistas da América Latina, com suas 7 unidades fabris distribuídas nos estados do Rio Grande do Sul, Ceará e Sergipe. Hoje, alcança uma capacidade de produção de aproximadamente 80.000 pares de calçados por dia, segundo Abicalçados (2010).

¹⁸Revista Valor Econômico, disponível em http://www.abicalcados.com.br/noticias_brasileiros.

¹⁹ Sobre assunto ver. <http://www.sindifranca.org.br/noticias1.asp?codigo=669>.

O Grupo Dakota é formado por 4 empresas: A Dakota S/A que mantém duas unidades no estado do Rio Grande do Sul; a Dakota Nordeste S/A com três unidades no estado do Ceará; a Dakota Calçados S/A com uma unidade no estado do Sergipe e a Mississipi Indústria de Calçados S/A, que possui uma unidade também no estado do Ceará, totalizando 12.000 colaboradores em todo o grupo.

Figura 3.6. Localização das unidades-Dakota

Fonte: <http://www.universodakota.com/>

3.1.3 - Indústria de Alimentos

O estado do Ceará também se destaca na produção de alimentos, em especial a produção de derivados de trigo (biscoito, massas entre outros). Boitempo (2011) em estudo realizado sobre o município de Franca, faz um levantamento com base nos dados da Revista Super Varejo (2005) e ABIA (2009, 2010) representados no quadro 3.1 que possibilitam iniciar uma breve análise de como duas empresas cearenses, a J. Macêdo S/A e a M. Dias

Branco S/A, se destacam no que concerne às vendas de biscoitos e derivados de trigo.

Quadro 3.1. Maiores empresas industriais do ramo alimentício (volume de vendas) produtoras de biscoitos, confeitos e aperitivos salgados sólidos de acordo com a revista Super Varejo-2005

BISCOITOS RECHEADOS

	BRASIL	NE (EXCETO PI e MA)	MG, ES e INTERIOR RJ	GRANDE RJ	GRANDE SP	INTERIOR DE SP	PR, SC e RS	DF, GO e MS
1.	Nestlé	M. Dias Branco	Grupo Danone	Kraft Foods	Nestlé	Nestlé	Nestlé	Nestlé
2.	Kraft Foods	Nestlé	Nestlé	M. Dias Branco	Kraft Foods	Kraft Foods	Kraft Foods	Bauducco
3.	M. Dias Branco	Ind. Bom Gosto	Bauducco	Nestlé	M. Dias Branco	M. Dias Branco	M. Dias Branco	Mabel
4.	Grupo Danone	Bauducco	Kraft Foods	Piraquê	Grupo Danone	Grupo Danone	Bauducco	Marilan
5.	Bauducco	Marilan	Marilan	Bauducco	Bauducco	Bauducco	Parati	Kraft Foods
% 5 MAIS	68,7	67,4	67,4	80,2	82,6	73,2	74,6	68,4

BISCOITOS WAFER

	BRASIL	NE (EXCETO PI e MA)	MG, ES e INTERIOR RJ	GRANDE RJ	GRANDE SP	INTERIOR DE SP	PR, SC e RS	DF, GO e MS
1.	M. Dias Branco	M. Dias Branco	Grupo Danone	Piraquê	Grupo Danone	Grupo Danone	M. Dias Branco	Mabel
2.	Grupo Danone	Ind. Bom Gosto	Piraquê	Grupo Danone	Nestlé	Nestlé	Parati	M. Dias Branco
3.	Piraquê	Pilar	Marilan	M. Dias Branco	M. Dias Branco	Marilan	Marilan	Marilan
4.	Marilan	J. Macêdo	M. Dias Branco	Parati	Bauducco	M. Dias Branco	Todeschini	Pelagio Oliveira
5.	Ind. Bom Gosto	Marilan	Mabel	Parmalat	Piraquê	Lua Nova	Nestlé	Nestlé
% 5 MAIS	56,2	80,8	66,2	85	72,3	70,2	50	71,8

BISCOITOS SALGADOS

	BRASIL	NE (EXCETO PI e MA)	MG, ES e INTERIOR RJ	GRANDE RJ	GRANDE SP	INTERIOR DE SP	PR, SC e RS	DF, GO e MS
1.	Kraft Foods	M. Dias Branco	Grupo Danone	Kraft Foods	Kraft Foods	Kraft Foods	Kraft Foods	Marilan
2.	Marilan	Kraft Foods	Kraft Foods	Piraquê	Marilan	Lua Nova	Marilan	Mabel
3.	Piraquê	Marilan	Marilan	Marilan	Lua Nova	Marilan	M. Dias Branco	Kraft Foods
4.	Bauducco	Bauducco	Piraquê	Bauducco	Bauducco	Bauducco	Bauducco	Grupo Danone
5.	Lua Nova	Ind. Bom Gosto	Bauducco	Grupo Danone	Nestlé	Piraquê	Nestlé	Bauducco
% 5 MAIS	71,4	61,5	85,6	90,5	88,8	88,4	69,9	85,8

BISCOITOS DE ÁGUA E SAL

	BRASIL	NE (EXCETO PI e MA)	MG, ES e INTERIOR RJ	GRANDE RJ	GRANDE SP	INTERIOR DE SP	PR, SC e RS	DF, GO e MS
1.	Kraft Foods	M. Dias Branco	Grupo Danone	Kraft Foods	Kraft Foods	Kraft Foods	Kraft Foods	Marilan
2.	Marilan	Kraft Foods	Kraft Foods	Piraquê	Marilan	Lua Nova	Marilan	Mabel
3.	Piraquê	Marilan	Marilan	Marilan	Lua Nova	Marilan	M. Dias Branco	Kraft Foods
4.	Bauducco	Bauducco	Piraquê	Bauducco	Bauducco	Bauducco	Bauducco	Grupo Danone
5.	Lua Nova	Ind. Bom Gosto	Bauducco	Grupo Danone	Nestlé	Piraquê	Nestlé	Bauducco
% 5 MAIS	71,4	61,5	85,6	90,5	88,8	88,4	69,9	85,8

BISCOITOS MARIA E MAISENA

	BRASIL	NE (EXCETO PI e MA)	MG, ES e INTERIOR RJ	GRANDE RJ	GRANDE SP	INTERIOR DE SP	PR, SC e RS	DF, GO e MS
1.	M. Dias Branco	M. Dias Branco	Grupo Danone	Piraquê	Nestlé	Marilan	M. Dias Branco	Mabel
2.	Marilan	Pilar	Marilan	Grupo Danone	Grupo Danone	M. Dias Branco	Parati	Marilan
3.	Grupo Danone	Ind. Bom Gosto	Piraquê	Parati	Marilan	Nestlé	Marilan	M. Dias Branco
4.	Piraquê	Marilan	Mabel	M. Dias Branco	M. Dias Branco	Mabel	Todeschini	Nestlé
5.	Mabel	J. Macêdo	Dunga	Marilan	Mabel	Dunga	Mabel	Grupo Danone
% 5 MAIS	53,8	69,7	66,8	87,5	69	73,4	47,6	69,3

Fonte.BOMTEMPO, Denise Cristina. 2008 Adaptado

É possível verificar no quadro mostrado que na produção de biscoitos recheados, o Grupo M. Dias Branco lidera o mercado na região Nordeste, sendo a terceira empresa no país. Soma-se a esta produção, os biscoitos tipo wafer, onde a empresa aparece em todas as regiões do país presentes no quadro. Neste seguimento o Grupo J. Macedo aparece em quarto na região Nordeste. Vale destacar que essas empresas, nos últimos anos, como

estratégia de concorrência, vêm realizando aquisições de empresas já consolidadas no mercado nacional.

Em Fortaleza, encontra-se um dos maiores pólos trigueiros do país. O complexo moageiro é composto por três grandes moinhos o Moinho M. Dias Branco, o Moinho Dona benta, do grupo J. Macedo e o Grande Moinho Cearense, pertencente ao Grupo Jereissati.

Figura 3.7 Pólo Moageiro- Porto do Mucuripe- Fortaleza- CE

Fonte. Anuário Ceará- 2008- Adaptado.

Figura 3.8 Pólo Moageiro- Porto do Mucuripe- Fortaleza- CE

Fonte. Google Earth - Adaptado.

- **M. Dias Branco**

Em 1927 chega ao município do Crato, centro sul do estado do Ceará, o empresário português, natural de Angeja, Manuel Dias Branco. Sua primeira ocupação foi como corretor de algodão, montando poucos anos depois um pequeno armazém de secos e molhados.

Em 1936, ainda no Crato, monta a “Padaria Imperial”, dedicada a produção de pães, biscoitos e macarrão, com fabricação própria, da marca Imperial. Na década de 40 muda-se para Fortaleza onde instala as primeiras máquinas para fabricação do macarrão imperial. Neste mesmo período funda, em sociedade com os irmãos que viviam em Portugal, a empresa M. Dias Branco & Irmãos, e onze anos depois, em 1951, a fábrica de biscoito e massas Fortaleza

Através das inovações tecnológicas, reflexo das intensificações e articulações entre ramos ligados a produção de alimentos industrializados a partir da década de 1970, M. Dias Branco cria novas linhas de produto, ampliando a produção, consolidando-se nesta década como empresa de destaque no ramo de massas e biscoitos nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Em 1976 a nova sede da Fábrica Fortaleza começa a ser construída na BR 116, km 18, no município do Eusébio (CE), em um terreno de 600.000 metros quadrados, sendo atualmente uma das maiores fábricas de biscoitos e massas da América Latina.

No início dos anos 90, precisamente em 1992, o grupo expande suas atividades, constituindo-se no maior moinho do Brasil em capacidade de armazenamento de trigo e derivados. Neste período inaugura sua primeira unidade de moagem de trigo, produção de farinha e farelo de trigo, investimento que representou o primeiro passo para a verticalização do processo de produção de biscoitos e massas da Empresa. Um dos pontos a favor da captação de investidores é a pulverização de sua rede de vendas, com quase 50 mil clientes ativos. Para chegar ao ponto-de-venda final em todo o território nacional, o grupo conta com uma ampla rede de distribuição.

Figura 3.9 Moinho Dias Branco- Fortaleza - Ceará

Fonte:. Anuário Ceará Digital 2008.

Segundo Boitempo (2011, p.112) no decorrer da primeira década do século XXI, sobretudo no período de 2002 a 2010, os processos de fusões e aquisições característicos dos grandes conglomerados industriais foram realizados também por empresas cujo capital majoritário é brasileiro. Este foi o

caso do grupo M. Dias Branco que no decorrer deste período adquiriu diversos grupos por todo país.

Em 2000 inaugura duas novas unidades, uma de moagem de trigo, o Grande Moinho Potiguar, em Natal-RN. A outra unidade, situada no estado da Bahia, contava além do moinho de trigo e a fábrica de biscoitos e massas, com um porto privativo de uso misto, complexo denominado de Grande Moinho Aratu. Já em 2002 o grupo dedica-se a fabricação de margarinas e gorduras vegetais, aprofundando a verticalização do processo de produção de biscoitos e massas, visto que, neste período a empresa já produzia sua própria farinha de trigo e gordura vegetal, dois dos principais insumos na produção de biscoitos e massas.

No ano seguinte, 2003, a Empresa Adria Alimentos do Brasil Ltda, com sede na cidade de São Caetano do Sul (SP), tem 100% das quotas de seu capital social adquirido pela M. Dias Branco S/A, passando a ser sua controlada integral. Com esta aquisição, a M Dias Branco S/A adicionou a sua estrutura de produção as quatro unidades industriais então possuídas pela Adria, sediadas em São Caetano do Sul – SP, Bento Gonçalves - RS, Jaboicabal - SP e Lençóis Paulista – SP. Esta aquisição conferiu à M. Dias Branco a liderança destacada nos mercados de biscoitos e massas no Brasil, adicionando ao rol de produtos as marcas Adria, Zabet, Isabela e Basilar, líderes nas regiões sudeste e sul do Brasil.

Em 2006 ocorre a abertura de capital do grupo M. Dias Branco, com o início de negociação de suas ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), assinalando o seu ingresso no segmento do novo mercado, no mais alto nível de governança corporativa exigido no mercado de capitais brasileiro. Com essa iniciativa, aproximadamente 18% do então capital social da Empresa passou, mediante oferta secundária de ações, para as mãos de investidores brasileiros e estrangeiros. Dois anos depois, em 2008 a empresa adquiriu, através de sua controlada Adria Alimentos do Brasil Ltda, a totalidade do capital social da empresa pernambucana Indústria de Alimentos Bom Gosto Ltda. Com essa aquisição a M Dias Branco S/A, em conjunto com suas controladas integrais (Adria e Ind. Bom Gosto), ampliou sua liderança no mercado brasileiro de massas e biscoitos, consolidando-se, ainda mais, como a

maior empresa brasileira nesses mercados. Em novembro de 2009, com a cisão parcial da Adria Alimentos do Brasil Ltda a Indústrias de Alimentos Bomgosto Ltda - Vitarella - passou a ser diretamente controlada pela M Dias Branco S/A, com simultânea incorporação do acervo cindido à Vitarella.

Em 26 de abril de 2011 a empresa adquiriu, por intermédio de sua controlada integral Indústrias de Alimentos Bomgosto Ltda – Vitarella, a totalidade das ações do capital da NPAP Alimentos S/A, empresa pernambucana que produz e comercializa biscoitos e massas com a marca PILAR, ampliando mais ainda sua já consolidada liderança nacional nos segmentos de biscoitos e massas. Após essa última aquisição, a M Dias Branco S/A, com uma história de mais de 70 anos, é a maior companhia de massas e biscoitos do Brasil, líder nacional isolada nesses segmentos segundo pesquisas da Ac Nielsen, possuindo 12 unidades industriais e 23 centros de distribuição de seus produtos, cobrindo, com equipe própria ou com distribuidores/representantes, todo o território brasileiro, proporcionando quase 12 mil empregos diretos. A empresa integra o Grupo M Dias Branco, formado por ela própria (controladora) e pelas controladas integrais Adria Alimentos do Brasil Ltda, Indústrias de Alimentos Bomgosto Ltda (Vitarella) e NPAP Alimentos S/A (Pilar).

No final de 2011 a M. Dias Branco anunciou a aquisição das empresas do Grupo Estrela (Pelágio Participações S/A, Pelágio Oliveira S/A e da J. Brandão Comércio e Indústria Ltda), por até R\$ 240 milhões, segundo informou por meio de fato relevante. As empresas adquiridas atuam sob o nome fantasia "Estrela" nas regiões Norte e Nordeste. A aquisição envolve as marcas "Estrela", "Pelágio", "Salsito" e "A Estrela", sendo que a produção anual das marcas é de 87,6 mil toneladas de biscoitos, 51,6 mil toneladas de massas e 7 mil toneladas de snacks e bolos. A Estrela fechou 2010 com receita líquida de R\$ 190,6 milhões. Do total do valor da aquisição, R\$ 100 milhões foram pagos à vista nesta data, enquanto outros R\$ 100 milhões serão pagos em quatro parcelas trimestrais de R\$ 25 milhões. Os R\$ 40 milhões restantes serão pagos ao final de seis anos, "descontado do valor das contingências decorrentes de atos ou fatos ocorridos até a celebração do contrato e que venham a ser exigidas da sociedade adquirida", segundo a empresa.

Em março de 2012, M. Dias Branco incorporou a controlada Adria Alimentos do Brasil Ltda, absorvendo, na ocasião, todas as unidades industriais, unidades comerciais, marcas e empregados da mesma, assumindo todos os direitos e obrigações.

Figura 3.10-Volume de vendas totais do Grupo m. Dias Branco , no segundo trimestre de 2001 e o segundo trimestre de 2012 –Volume de vendas por linha de produto, mesmo período

Fonte. Relatório M. Dias Branco- resultados 2T12 (segundo trimestre de 2012)

Assim, a Adria Alimentos do Brasil Ltda. foi extinta. Dois meses depois o grupo adquiriu o Moinho Santa Lúcia que desde 1999 atuava na moagem de trigo, fabricação de seus derivados, além da industrialização e comercialização de biscoitos e massas alimentícias, possuindo como principais marcas a Predilieto e a Bonsabor. Esta transação foi realizada por 90 milhões de reais, segundo comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ²⁰.

Realizada esta aquisição, o grupo M. Dias Branco dedica-se a incorporação das empresas Pelágio Participações S/A, Pelágio Oliveira S/A e J. Brandão Comércio e Indústria Ltda, concretizada em agosto de 2012. Nesta ocasião o grupo absorve todas as unidades industriais e comerciais, bem como suas marcas e mão-de-obra, assumindo todos os direitos e obrigações.

Dessa forma, o grupo consolida-se como uma das principais indústrias no ramo de massas e biscoitos do país e a terceira maior indústria do estado do Ceará, com faturamento líquido de aproximadamente 1.223.719.127,63 detendo 14% do mercado de biscoitos e 20% do de massas no Brasil²¹.

- **J Macedo S. A.**

O representante comercial José Dias de Macêdo monta um pequeno escritório de representações em parceria com o cunhado Carlindo Cruz em 1940 que seria regida sob a razão social "Carlindo Cruz & Cia." Sociedade dissolvida em outubro de 1945, ocorrendo a mudança para J. Macêdo & Cia.

Seis anos depois, em 1952, a empresa diversifica suas atividades, passando a atuar em três divisões: alimentos, bebidas e veículos, mudando novamente sua razão social, agora J. Macêdo S.A. Comércio, Indústria e Agricultura. Mudança que refletia a ampliação das atividades da empresa que quatro anos antes (1948), passa a representar, com exclusividade no Estado do Ceará, a marca Jeep da empresa automobilística norte americana Willys-Overland.

²⁰ Segundo o relatório da Comissão de Valores Mobiliários (CVM-2012) o pagamento será dividido em três etapas, sendo 45 milhões de reais pagos à vista, 27 milhões divididos em cinco parcelas de 5,4 milhões, e 18 milhões restantes a serem quitados nos próximos seis anos.

²¹ Segundo Anuário do Ceará 2009-2010.

O negócio teve início com um carro desmontado acondicionado em caixotes e em pouco tempo mostrou-se extremamente rentável, o que despertou o interesse do empresário no comércio de automóveis. Com o passar dos anos, o grupo J. Macêdo passou a representar marcas como Mercedes Bens, Ford e Toyota em estados do Nordeste.

Atreladas a diversificação de suas atividades, J. Macedo, ainda em 1952, obtém a oportunidade para obtenção da licença de importação de 80 mil sacas de farinha de trigo. Após dois anos, José Dias Macêdo e seus irmãos decidiram abrir uma indústria, importaram equipamentos para processar sua própria farinha, montando o Moinho de Trigo Fortaleza.

No decorrer da década de 1960, J. Macêdo expande sua área de atuação com a aquisição de mais quatro moinhos – Moinho Atlântico, em Niteroi – RJ, Moinho Nordeste em Maceió – AL, Moinho Salvador na capital baiana e o Moinho Fama em Santos – SP, além das instalações, do corpo profissional, o grupo obteve sete marcas de farinha de trigo (Fortaleza, Flor do Atlântico, Baisa, Jangada, Famosa, Nena e Fama). No final da década de 1970, como estratégia de vendas o grupo opta por criar uma única marca, lançando a farinha de Trigo Dona Benta, com a qual obteve liderança do mercado, ingressando em novas categorias de alimentos, tais como. Misturas para bolos, fermentos e massas.

A J. Macêdo S.A tornou-se uma das maiores indústrias de alimentos do Brasil, com marcas fortes e nacionais, contando hoje com onze unidades industriais espalhadas pelo Brasil: cinco moinhos de trigo (Fortaleza, Maceió, Salvador, São Paulo e Londrina); cinco fábricas de massas (Cabedelo, Maceió, Salvador, São José dos Campos e Itapetininga); duas fábricas de mistura para bolo (Salvador e São Paulo); uma fábrica de sobremesas (São Paulo) e uma fábrica de biscoitos (Simões Filho), além de sua sede situada na cidade de Fortaleza.

Em 2004, o grupo J. Macêdo firmou um acordo com a Bunge Alimentos, uma das principais empresas do setor de alimentos e agronegócios do mundo. Juntas, se tornaram a maior processadora de trigo do Brasil e uma das maiores compradoras privadas de trigo do mundo. No entanto, a aliança entre Bunge e

J. Macedo será extinta em março de 2013, segundo vem sendo divulgado²². Pelo acordo, firmado em 30 de janeiro de 2004 e aditado em 3 de julho de 2006, a Bunge produz para a J. Macêdo farinha de trigo para consumo doméstico ou para fabricação própria de massas, misturas e biscoitos, enquanto a J. Macêdo produz para a Bunge farinha de trigo para a indústria processadora de alimentos (industrializados, panificação e food service), 'em caráter complementar às suas respectivas atividades'. Com o fim da aliança, cada moinho passa a ser comandado exclusivamente pela respectiva empresa proprietária e o Consórcio Trigo Brasil deixa de existir.

Figura 3.11 Prédio M. Dias Branco- Fortaleza- Ceará

Fonte. Anuario Ceará digital – 2008.

²² Sobre o assunto ver. <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2012/06/bunge-e-j-macedo-encerram-alianca-no-setor-de-moagem-de-trigo.html>

Foto 3.3 Prédio M. Dias Branco- Fortaleza- Ceará

Fonte. Arquivo Pessoal

3.1.4 -Indústria Têxtil

A indústria têxtil no Ceará tem a “cara” de três séculos. Desabrocha no fim do Império Brasileiro, vive intensamente os períodos das I e II Guerras Mundiais, vê a ascensão e o declínio do comunismo, é sacudida pelos ventos da abertura comercial e econômica que demarcam a história mundial a partir da década de 1980; sente-se compelida a incorporar as renovações trazidas pela robótica e pela microeletrônica ao seu processo produtivo, sob pena de não permanecer em um mercado cada vez mais mundializado.

No plano nacional, vive os grandes marcos da política econômica da história: as políticas protecionistas embrionárias para o setor manufatureiro que despontam desde o século XIX, o encilhamento, o modelo de substituição de importações até a entrada da intervenção planejada estatal no Nordeste, a partir dos anos de 1960, possibilitando financiamentos e incentivos através da atuação dos órgãos de desenvolvimento econômico, como SUDENE, Banco do Nordeste e BNDES.

No plano local, experimenta o reforço às políticas de incentivos fiscais outorgadas pelo então II Governo de Virgílio Távora, através da criação do III

Pólo de Desenvolvimento do Nordeste (1979), abrindo espaço para a formatação de um tipo de industrialização mais moderna com novos grupos empresariais em circulação. Tal filosofia de atração para as indústrias no Ceará é fortalecida ao longo do governo de Tasso Jereissati, notadamente na década de 1990, trazendo como novidade maior o incremento da descentralização do parque industrial têxtil.

Contudo, faz-se mister retroagir no tempo para ressaltar que, contrariando o pensamento recorrente dos mais jovens, a implantação do processo de industrialização no Ceará não é produto exclusivo das políticas de intervenção com a SUDENE e outros órgãos a partir de 1960. As primeiras fábricas têxteis datam do final do século XIX. E mais, o parque têxtil cearense vivera momentos gloriosos (1930 a 1955), quando teve em sua direção uma elite capitalista autônoma que se capitalizou no comércio ou em outras atividades manufatureiras de menor importância, até vir a formar verdadeiros “impérios industriais” consoante as dimensões e aspirações de seu tempo histórico.

O movimento de realocação das atividades industriais das cadeias têxtil-vestuário e couro-calçados não é um fenômeno recente. Desde meados da década de 1970, diversas empresas passaram a direcionar parte de sua produção para a região Nordeste do Brasil. Primeiro, houve o deslocamento de empresas produtoras de artefatos de tecidos e, mais recentemente, de empresas fabricantes de calçados.

Existem pelo menos três motivações principais para esse fenômeno. A primeira, foi a busca de fontes mais baratas de suprimento de mão-de-obra, o que as levou a regiões em que os salários fossem mais reduzidos. O deslocamento da atividade produtiva para a região Nordeste ocorreu especialmente na indústria de calçados, no contexto da reestruturação dessas indústrias nos anos 90, em virtude das mudanças do padrão competitivo desses setores.

A segunda razão para esse movimento vincula-se a importância dos incentivos concedidos pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que tornava muito baixo o custo do capital investido e reduzia de maneira significativa a imobilização de recursos necessários ao processo de investimento. Boa parte dos investimentos realizados por

empresas da cadeia têxtil-vestuário e couro-calçados se beneficiou dos incentivos da SUDENE.

Uma terceira razão para esse deslocamento foram os incentivos fiscais concedidos pelos governos estaduais aos novos investimentos. A forma pela qual esses incentivos são consubstanciados é através da devolução do imposto indireto pago pela empresa, através de negociação direta entre a empresa e o governo estadual.

Deve-se ressaltar, entretanto, que esse movimento de relocação foi bastante restrito às empresas maiores, que se configuraram como os principais agentes desse processo.

.Vicunha

A Vicunha Têxtil foi fundada na metade da década de 1960, em São Paulo, pelos empresários Jacks Rabinovich e Mendel Steinbruch, de famílias oriundas da antiga União Soviética. No Brasil, a família Rabinovich era dona da Campo Belo S/A, enquanto os Steinbruch eram proprietários da Elizabeth S/A, as duas pertencentes ao setor têxtil. Nesta época, as famílias já mantinham estreito relacionamento pessoal e comercial.

Em 1966, essas famílias constituíram a Têxtil Brasibel. Foi exatamente esta associação que possibilitou que suas indústrias se complementassem. No ano seguinte, eles selaram a aliança com a compra do maior lanifício da América Latina, o Lanifício Varam, que detinha a marca Vicunha. Com o tempo, essa marca, que significa o nome de um animal dos Andes do qual é extraída uma lã rara e cara denominada “varam”, se tornou o nome-fantasia pelo qual o novo grupo passou a ser conhecido no meio empresarial.

O Grupo Vicunha chegou ao Estado do Ceará em 1970, associando-se às famílias Otoch e Baquit. Por intermédio das relações comerciais já existentes com esses empresários cearenses, a Vicunha realizou a sua primeira associação com o objetivo de se unir à empresa Fiação Nordeste do Brasil S/A – Finobrasa, fundada em dezembro de 1968, tendo como acionistas as famílias Baquit e Otoch.

A partir dessa inserção do Grupo Vicunha no Estado do Ceará, a Finobrasa passou a dividir o capital acionário assim distribuído: 50% para as famílias Baquit e Otoch e 50% para as famílias Rabinovich e Steincbruch. Essa associação visou a somar esforços e tecnologia para uma amplitude maior dos negócios da empresa.

No ano de 1973, a Finobrasa iniciou suas atividades fabris na Av. Sargento Hermínio, 2965, no bairro Monte Castelo, em Fortaleza, com um capital de Cr\$ 1 milhão, o que à época representava um empreendimento de grandes proporções. O projeto inicial dessa fábrica era produzir fios, tecelagem, malharia e peças de cama, mesa e banho. Entretanto, optou-se pela produção do fio, para abastecer o mercado interno. A matéria-prima, ou seja, o algodão, era adquirida quase toda na Região Nordeste, junto a cooperativas e diretamente de produtores locais. Essa nova indústria admitiu 420 funcionários, para produzir 4.580 kg de fios por dia.

É importante ressaltar que, pela notável capacidade de produção da Finobrasa, dez anos após a sua instalação, quer dizer, já na década de 1980, os fios de algodão e polyester/algodão por ela processados, encontraram grande aceitação junto às indústrias de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Havia clientela também em alguns países da Europa, como Bélgica, Hungria, Alemanha, Suíça, Irlanda e Itália.

Os motivos que levaram o Grupo Vicunha a investir em Fortaleza, além da estreita relação comercial com o grupo empresarial Baquit e Otoch, foram a disponibilidade de matéria-prima de excelente qualidade nesta região, mão-de-obra local, incentivos fiscais e os esforços do Governo do Ceará e da SUDENE, visando à implantação de um vigoroso pólo têxtil.

A partir do final da década de 1990, o Grupo Vicunha iniciou um processo de reestruturação produtiva, incorporando em única empresa todas as suas unidades industriais, primeiro no Nordeste e em seguida se estendendo por todo o Brasil. Por esse motivo, no ano de 1998, a Finobrasa passou a ser denominada Unidade IV.

A Finobrasa passou por duas ampliações, a primeira em 1979, com o início das atividades de tinturaria e mercerização, e a segunda em 1991, com a produção de linhas para costura industrial e doméstica, concretizando a estratégia de expansão e verticalização de produtos da empresa. Foi noticiado no jornal Gazeta Mercantil em julho de 1990: A Finobrasa resolveu expandir-se mais com a implantação de uma nova unidade, agregada à fábrica de Fortaleza, para a produção de linhas para costura industrial e doméstica. Em 1992, as ações da Finobrasa passaram a ser 100% do Grupo Vicunha e, em 1995, a fábrica dá um outro salto com o início das atividades de produção de nylon. No ano de 1996, todo o trabalho de desenvolvimento com qualidade é reconhecido através da certificação ISO 9001.

No ano de 1999, têm início as operações da Vicunha Pacajus para a fabricação de índigo. O projeto de implantação desta unidade fabril data de meados da década de 1990, quando o Grupo começou a planejar um aumento na sua capacidade de produção de índigo. O Grupo Vicunha tornou-se ano de 2001 uma empresa única: a Vicunha Têxtil S/A contando com 15 unidades operacionais em todo o Brasil, sendo 4 unidades de negócios: tecidos, fios e malhas, fibras e filamentos, e confecções, que produzem: índigo, brim, tecidos sociais e sintéticos, fios, linhas, malhas, polímero, filamentos de poliéster, filamentos de viscose e fibras de viscose. Em junho de 2001, a empresa apresentou um número de 15,4 mil colaboradores, divididos em suas unidades fabris localizadas nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, São Paulo, Pernambuco e Bahia e nos escritórios na Argentina, Europa e Estados Unidos.

Hoje a Vincunha Têxtil S.A ocupa o quarto lugar no rol das 100 maiores empresas do Ceará, com faturamento líquido 833.414.270,17, com mais de 11.000 empregados. Estando entre as maiores produtoras mundiais de índigos e brins, sendo responsável por 40% da produção nacional.²³

²³ Anuário do Ceará-2009-2010

Figura 3.11- Vicunha Unidade I – Maracanaú

Fonte. <http://www.vicunha.com.br/institucional>

Figura 3.12- Vicunha Unidade I – Maracanaú

Fonte. <http://www.vicunha.com.br/institucional>

Santana Têxtil S. A.

Tudo começou no ano de 1949, com o casamento de um visionário pescador com uma tecelã por tradição, Raimundo Delfino e Nenzinha. O cenário desse enlace foi a cidade de Jaguaruana, no sertão cearense. Partindo da comercialização de redes nessa região, o casal decidiu alargar os investimentos neste negócio e fundar uma fábrica de redes. Neste contexto, inauguraram no ano de 1950 a própria fábrica, denominada Santana, em homenagem à padroeira da cidade, Nossa Senhora Sant'Ana. A sua produção era distribuída para as cidades circunvizinhas e mesmo para outros Estados.

Em 1963, a fábrica foi transferida para a cidade de Fortaleza, instalada no bairro Montese nas dependências da residência da família do Sr. Delfino. À medida que os filhos iam crescendo, recebiam formação para a vida, e para os empreendimentos dos pais. Surge assim uma empresa familiar de grande envergadura por tratar-se de um empreendimento com programa sucessório estabelecido desde cedo.

Em 1980, foi implantada a Fiação Santana Têxtil S/A no Montese, dando uma dinâmica maior ao bairro. A produção inicial de fios de algodão, 100% open-end, abastecia significativa parcela da indústria têxtil local e, ainda, era comercializada para alguns Estados do sul do País. Em 1985, os filhos passam a gerir o negócio, Raimundo Delfino rateia suas ações entre eles.

Em 1995, os filhos, Raimundo Delfino Filho, Verônica Perdigão, Mariana Araújo, Marcos Vinícius e Maria Amélia, ora sócios-proprietários, inauguram a Santana Têxtil S/A. A aquisição da melhor tecnologia inglesa, alemã, italiana e suíça e a prática de um plano de trabalho voltado para a capacitação e valorização humana fizeram da empresa a pioneira na produção de índigos diferenciados no Brasil, ao utilizar fios de materiais diversos em seus produtos, além do algodão.

Neste contexto, a Santana Têxtil S/A foi instalada numa área de 14 hectares, no Distrito Industrial de Horizonte, na Rodovia BR 116 – km 37, com uma capacidade inicial, de fabricar 750 mil metros de tecidos por mês. A fiação continuou na unidade do bairro do Montese em Fortaleza.

No ano de 2001, a fábrica de Horizonte passou por uma ampliação, integrando na mesma unidade fiação e tecelagem. A antiga fábrica do Montese foi desativada. Quatro anos depois é lançada a marca de tecido Loco Serius Denim voltada para o seguimento premio índigo. Em 2006, a empresa implanta em Rondonópolis, Mato Grosso, um novo parque industrial. No ano seguinte inaugura sua primeira unidade têxtil fora do Brasil, na província Del Chaco, na Argentina, agora com denominação “Santana Textiles”. Em 2010 lança a marca Bi Elastic Movement Bi-elásticos que são tecidos que possuem maior maleabilidade na modelagem do jeans.

Figura 3.13- Vicunha Unidade III – Pacajús

Fonte. <http://www.santanatextil.com.br>

Foto 3.4 Santana Textil S.A – Horizonte

Fonte. Arquivo pessoal.

Foto 3.5 Santana Textil S.A – Horizonte

Fonte. Arquivo pessoal.

TBM Têxtil Bezerra de Menezes S. A.

A trajetória empresarial de Ivan Rodrigues Bezerra não pode ser contada dissociada de sua estreita relação com o algodão. Último filho de uma família de sete membros, aprendeu desde cedo a conviver com o algodão que se amontoava nos quartos e salas de sua residência. Seu pai, um grande agropecuarista em Juazeiro do Norte, cidade localizada no sul do Estado do Ceará, costumava fazer de sua moradia espaço de estocagem do algodão que plantava e vendia. O algodão está na minha pessoa antes mesmo que eu nascesse porque desde o ventre de minha mãe, aspirava ao cheiro de algodão, comenta Ivan Bezerra. Sendo, portanto, o algodão a atividade econômica principal da família, Ivan aprendeu desde a infância a plantar, colher e pesar o algodão, chegando na sua juventude a financiar antecipadamente as safras que colhiam os agricultores da região.

Diferentemente de seus quatro irmãos homens (Adauto Bezerra, Humberto Bezerra, Orlando Bezerra e Leandro Bezerra), que se envolveram na política do Estado, assumindo funções de Governador, Vice-Governador, Deputado Federal e Deputado Estadual, Ivan resguardou-se na atividade produtiva onde mostrava mais talento e vocação.

Em 1956, após a morte do pai, os filhos compraram uma usina de beneficiamento de algodão que veio a ser instalada com o nome de “Irmãos Bezerra”, na cidade do Crato, dirigida pelo cunhado Aderson Bezerra, precursor e arquiteto de toda a partida do grupo onde Ivan veio a tornar-se subgerente.

Em 1959, quando a família decide comprar a usina de beneficiamento “Anderson Clayton”, em Juazeiro do Norte, Ivan assume a gerência da empresa, que veio a ser incorporada a “Irmãos Bezerra”. Esta tornou-se a maior compradora de algodão do Estado com negócios difundidos pelo interior do Ceará e pelos Estados de Piauí e Goiás. Nesta época Ivan estudava Direito no Recife e assumia, concomitantemente, as funções de gerente da Usina, o que o obrigava a alternar quinze dias em Juazeiro do Norte e quinze dias no Recife. Foi, também, o período em que Ivan assumiu a Presidência da Associação Comercial de Juazeiro do Norte.

A indústria têxtil foi o passo seguinte, viabilizada através de um projeto da SUDENE por volta de 1976 e que veio a funcionar efetivamente em 1980. Com o nome de Têxtil Bezerra de Menezes, mais conhecida por TBM, a fábrica teve como presidente Ivan Bezerra, passando a ser o primeiro investimento da família em Fortaleza. Estava plantado o alicerce do grupo que só veio a crescer posteriormente.

Mesmo enfrentando muitas dificuldades no setor têxtil entre 1980 e 1983, foi iniciado um projeto para uma segunda fábrica que começou a funcionar em 1986, constituindo a unidade II da TBM, o que propiciou considerável aumento de produtividade; de 300 toneladas produzidas passou-se para 1.300 toneladas de fios por mês. Na época, as duas unidades detinham 85.000 fusos e 1.176 rotores de open-end.

A terceira etapa deu-se com a instalação, em 1997, de uma malharia, com capacidade de 300 toneladas de malha por mês, que recebeu o nome de Filati. Posteriormente, no ano de 2000, foi comprada uma fábrica em Caruaru,

vindo a abastecer parte da Filati e parte do mercado nacional, sendo esperado um aumento do faturamento da unidade pernambucana em torno de R\$ 25 milhões, segundo matéria do Jornal Gazeta Mercantil de 06/04/2000

A saga industrial têxtil do grupo não termina aí. Foi instalada no ano de 2002, a TBM S/A, no Distrito Industrial de Maracanaú. Trata-se de uma fábrica diferenciada que produz fio penteado compactado de marca INNOVA. Será a primeira empresa sul-americana a desenvolver fios de algodão com esta tecnologia, que dá aos tecidos um enorme ganho em toque e maciez, anuncia o informativo da empresa.

A Unidade I, onde funciona a sede da empresa, destinada exclusivamente à fiação, foi instalada na avenida dos Expedicionários nº 9981, no bairro do Itaperi. Possui 26.400m² de área coberta, apresentando capacidade instalada para aproximadamente 1.030 toneladas de fios por mês. A Unidade I, que começou a funcionar em 1980, passou por um processo intenso de modernização, chegando a ocupar na atualidade o lugar de uma das fábricas mais modernas do país, dispondo da chamada tecnologia de última geração, conforme atestam os equipamentos relacionados: abertura (Trutzschler), cardas (Trutzschler), reunideira de fitas - unilap (Vouk), penteadeiras (Rieter e Vouk), passadores (Vouk e Trutzschler), maçaroqueiras (Toyota), filatórios (Toyota) e open-end (Rieter e Autocoro Schlaforst).

A modernização aludida foi consequência do esforço despendido pelo grupo Bezerra de Menezes, aproveitando a política cambial favorável à importação, investir em novas tecnologias, para se tornar competitivo no mercado.

A Unidade II está instalada na avenida dos Expedicionários nº 9981-A, bairro Itaperi em Fortaleza, tendo 29.600 m² de área coberta, com capacidade instalada de aproximadamente 1000toneladas/mês de fio, sendo 630 toneladas/mês de fio convencional a título médio 26/1 e 370 toneladas/mês de OE grosso a título médio 8/1.

Essa unidade não passou pelo processo de modernização, sendo sua tecnologia identificada com a da geração imediatamente anterior à da Unidade I. Sua maquinaria encontra-se assim distribuída: abertura e cardas (Trutzschler), reunideira de fita - unilap e penteadeira (Rieter), passadores (Rieter e Vouk), maçaroqueiras (Howa), filatórios (Howa e Fasa), open-end

(Autocoro Schlaforst), conicaleiras (Schlaforst e Muratta) e aparelhos de laboratório (Uster).

Em 1997, o Grupo Bezerra de Menezes iniciava o projeto Filati Malhas, um investimento da ordem de 12 milhões de dólares, direcionado à produção de malha tinta acabada. Para a fábrica mais nova do grupo, Unidade III, foi utilizada uma área de aproximadamente 19.000 m² e conta com um quadro de 250 funcionários, vindo a consumir cerca de 8.100 ton/ano de algodão, destinada a produzir 500 toneladas/mês de fios 100% algodão penteado compactado de marca INNOVA. O fio INNOVA apresenta uma nova tecnologia de produtos, a de fios compactados que são mais nobres, com baixo grau de “pilosidade” e com maior resistência à ruptura, fabricados por dispositivos de sucção, que agregam todas as fibras em torno do centro do fio. Além disso, o fio é mais brilhante e proporciona um toque melhor no produto final, isto é, na malha. A maior parte da venda do fio INNOVA será destinada a exportação.

Figura 3.14 Textil Bezerra de Menezes

Fonte. www.tbs.com.br

Capítulo 4 - A formação territorial e econômica de Alagoas

4.1 - Organização do espaço das usinas

Desde o princípio, a formação espacial de Alagoas esteve fortemente atrelada a monocultura da cana-de-açúcar e ao engenho de açúcar como atividades econômicas de maior destaque. Apesar da existência de uma pecuária e uma pequena agricultura no agreste e ribeira do São Francisco, elas funcionaram em certa medida mais como uma atividade complementar a cultura açucareira. Foi somente no século XIX que outra atividade teria na pauta de exportação tanta importância quanto os canaviais e o açúcar. A produção algodoeira alargou-se pelo Estado. Era uma atividade que em certo sentido, não competia por terras com a cultura canavieira, somente, quando da baixa dos preços do açúcar, essa produção ocupava espaços destinados ao cultivo da cana-de-açúcar.

O algodão era plantado especialmente no agreste, com o tempo foi se expandido pelos sertões sendo alvo de interesse do comércio com os ingleses. Foi diante da importância dessa cultura com a já instalada cultura canavieira que a construção da ferroviária em Alagoas buscou dar fluidez. Basta ver que os caminhos de ferro sugeridos pelo governo provincial e apresentados conforme o Plano de viação de Wilson (1872), preferencialmente, seguiam para o chamado “districto algodoeiro” pela ferrovia central e ramais para as “terras assucareiras”, seja as ligadas a São Miguel dos Campos ou as do norte, Porto Calvo e Camaragibe.

Contudo, como já destacado anteriormente, as ferrovias nunca chegaria as chamadas “terras açucareiras” das regiões de antiga zona de colonização, e das que seriam a região da última expansão canavieira, a saber, os tabuleiros de São Miguel dos Campos. Os caminhos privilegiariam a centralidade da cidade de Maceió fortalecendo os interesses de seus comerciantes e dos imperialistas anglo-baianos em detrimento dos anglo-pernambucanos. Faz parte desse conflito os interesses da Companhia Baiana de Navegação a Vapor e a Companhia Pernambucana de Navegação Costeira a Vapor (TENORIO, 1979).

O grupo baiano ligado ao engenheiro Hugh Wilson foi privilegiados nessa concorrência, pois a construção da Estrada de Ferro Central conduzia a importante produção do vale do rio Mandaú e Paraíba para Maceió, diferentemente da proposta da Companhia Pernambucana que passaria por Porto Calvo e Camaragibe ligando-se a *Recife – São Francisco Railway Company*. Como essa proposta iria reduzir a exportação pelo Porto do Jaraguá devido a maior capacidade portuária de Recife que acabaria se tornando o empório de grande parte da produção açucareira alagoana, ela nunca saiu do papel, pois como lembra Sousa Neto (2012) existiram diversos planos de viação para o Segundo império que nunca foram executados porque não era de interesse das elites agrárias brasileiras.

Elites que localmente disputavam seus interesses políticos e econômicos, principalmente no período marcado pela centralidade do Império e por uma economia regional desarticuladas internamente com as demais regiões do Brasil que Santos e Silveira (2002) denominou de arquipélago de modernização incompleta.

Essas classes que disputavam o poder tinham consciência do papel modernizador que traria as ferrovias. Como destaca Vallaux (1914) a circulação de mercadorias não obedece somente aos interesses econômicos, esses fluxos e seus caminhos possuem também um caráter político, sendo ação do Estado, promotor do desenvolvimento da circulação econômica. Dai para o autor “todos os grandes conquistadores foram grandes construtores de caminhos” (Idem, 1914, p 295 [Trad. nossa]). Esse pensamento converge com a frase dita em jornal conservador em período imperial ao tratar da implantação de ferrovias no Ceará: “*Quem fizer uma estrada de ferro no Ceará fará o Ceará*” (Jornal Pedro II apud Assis, 2011). A mesma frase poderia ter sido dita de outra forma: “Quem fizer uma estrada de ferro nas Alagoas fará as Alagoas”.

Nesse sentido, Cansanção de Sinimbu da mesma forma que apoiou a família do Senador Pompeu com a EFB no Ceará, teve também um papel muito atuante na implantação da ferrovia em Alagoas em sua passagem pelo Conselho de Ministros. Ele esteve diretamente ligado a construção da EFPA ligando Piranhas a Jatobá, bem como, na aprovação dos estudos e implantação

do trecho Maceió – Imperatriz feito pelos concessionários da ferrovia, os comerciantes portugueses Manoel Joaquim da Silva Leão e Domingos Moitinho e pelo engenheiro Hermillo Alves. Estudos esse que mereceu destaque na Revista de Engenharia (1880) sendo o mesmo recomendado a leitura por sua importância e qualidade.

Os primeiros anos republicanos em Alagoas foram muitos tumultuados, com um entra e sai de governador, até que assumiu o poder Euclides Malta, que foi a oligarquia que mais tempo durou no governo alagoano. Ele era casado com a filha do Barão de Traipu, político do Império, mas que no período republicano permaneceu com forte influência na política local em especial na ribeira do São Francisco e sertões alagoanos. Malta se apoia nesse grupo, indo buscar apoio da classe hegemônica mais preparada, os latifundiários do açúcar do Sul alagoano, grupo político mais próximo de Sinimbu. Essa hegemonia somente vai ser rompida em 1912 com Fernandes Lima que terá o apoio das oligarquias do norte do Estado, metamorfoseando esse grupo numa nova oligarquia (TENÓRIO, 1997)

Ao se apropriarem do Estado essas elites assumiram um papel determinante na formação espacial de Alagoas em um período pautada não mais nos caminhos fluviais, mas nas ferrovias. As escolhas dos caminhos de circulação foram determinantes no desenvolvimento das atividades produtivas e na formação das redes de cidades alagoanas e de suas funções (Corrêa, 1992).

Enquanto os engenhos que margeavam o rio Mundaú e o rio Paraíba encontraram na ferrovia um impulso para sua transformação em usina, pois devido a implantação desse fixo conseguiram reduzir os custos com transporte e auferirem mais lucro que os senhores de engenho de Porto Calvo e Camaragibe que em suas terras os fluxos deveriam seguir ainda pelos canais e lagoas. O mesmo acontecia com o as regiões Sul, banhados pelo rio Coruripe e São Miguel que ainda dependia das barcaças para exportação de sua produção.

É nesse contexto de modernização do território alagoano que surgem as primeiras usinas de açúcar e álcool como também o surgimento de diversas indústrias têxteis. Segundo Sant'Anna (1970), a primeira usina em Alagoas foi a

Brasileiro, de propriedade de Félix Eugène Wandesmetde, cônsul da França no Brasil, criada no município de Atalaia em 1892.

A segunda usina foi a Central Leão criada em 1994, por Luiz de Amorim Leão, filho de Manoel Joaquim da Silva Leão, concessionário da ferrovia central que morreu em 1881, antes de ver a ferrovia cortar suas terras, tendo estas três estações antes de seguir para União dos Palmares (antiga Imperatriz): a do engenho Utinga, a do engenho Cachoeira e a de Rio Largo que atendia as fábricas têxteis da família.

Em 1894 surge também a Usina Apolinário (Serra Grande), em São José das Lages, de propriedade de Carlos Benigno Pereira de Lyra. Criaram-se duas hidroelétricas, uma em 1920 e a outra em 1924, que produzia energia para a usina e a cidade de São José das Lages, as margens do Rio Canhoto (Fig. xxx). Essas hidroelétricas ainda estão em funcionamento. Foi uma das primeiras do nordeste a utilizar a irrigação por aspersão.

Foto 4.1 Hidroelétrica Granjeiro, de 1924, produz 250 K.V.A

Fonte: Arquivo pessoal registrado por: Odilon Máximo de Moraes

Conforme Sant'Anna, seria 1894/95 que a usina Sinimbu moeria sua primeira vez. Essa usina tinha como maior acionista a firma Boxwell, Williams & co. A usina era composta pelo prédio da destilaria e pelo da produção de açúcar. Tinha em sua propriedade 11km de trilhos com duas locomotivas e 98 vagões de carga (idem, 1970, p. 347). Essa usina iniciou um processo de adubação do solo que dará início a ocupação dos tabuleiros litorâneos que até

aquele momento era pouco explorando, predominando sítios e uma pequena agricultura dos *povos de sítio* (HEREDIA, 1998)

Até 1920 (ANDRADE, 2010b,p.47-48) instalaram-se em Alagoas 19 usinas. Essas usinas estavam localizadas em sua maioria ao longo da ferrovia as margens do rio Mundaúá jusante até São José das Lages. Na região Norte ficaram cinco usinas e no sul apenas uma.

Dos anos 20 a 50 se contabilizam 29 novas usinas. Sendo algumas muito pequenas que como os banques rapidamente foram consumidas pelas usinas. “O ato de montar uma pequena usina quase sempre arruinava o senhor de engenho” (idem, 2010b, p.60)Nessa fase as usinas buscaram se instalar continuaram a se instalar na mesma área aumentando a concentração de usinas. Essas estavam localizadas nos municípios de Murici (05), Camaragibe (04), Viçosa (03), São Luiz do Quitunde (03), Maceió (02), Capela (02), Atalaia (02), e uma em cada município: São Miguel, Coruripe, União dos Palmares, Santa Luzia do Norte, Colônia Leopoldina, Porto Calvo e Pilar. (ibidem, 2010, p.61)

Com o passar do tempo os banqueiros foram desaparecendo, transformando-se essa classe uma grande parte em fornecedores de cana-de-açúcar para a usina mais próxima. Essa perda de força econômica teve de imediato um rebatimento no campo social, pois essa mudança significou inclusive uma perda de prestígio político.

os veneráveis senhores de engenho do passado começaram a ser chamados de banqueiros e a maioria deles desceu posteriormente mais um degrau na hierarquia familiar açucareira, indo constituir uma nova classe, mais modesta, a dos **fornecedores de cana**, à qual se agregam antigos lavradores dos engenhos.(SANT'ANNA, 1970, p.322)

Para não sucumbirem de imediato, outras iniciativas foram a formação de cooperativas de produtores criando algumas usinas seja no fortalecimento do sindicato dos cortadores de cana. Essa estratégia deixavam os fornecedores de cana menos refém dos usineiros que em muitos casos

baixavam o preço da cana ou dava prioridades a moagem da cana da usina. O melhor exemplo foi a criação da Usina Caeté em São Miguel dos Campos.

Por fim, Alagoas vivenciou a partir dos anos 50 um novo processo de modernização. As terras de tabuleiros de São Miguel dos Campos e Coruripe antes inutilizadas passaram a ser incorporadas pelas usinas que iniciaram com maior intensidade a adubação e correção dos solos, além é claro, de toda uma política voltada para seleção de espécies mais adaptadas aos solos porosos e menos encharcados. Além disso, a topografia facilitava a mecanização, facilitando o tratamento do solo e colheita. Segundo Heredia (1983, p.1) a primeira grande expansão foi a incorporação das terras que tradicionalmente eram ditas como improdutivas. A segunda, a partir dos anos 70 produz uma modernização tanto na parte agrícola como na parte industrial das usinas.

Esse fator fez com que Alagoas ultrapassasse Pernambuco como maior produtor de açúcar do nordeste visto que esse Estado não possuía como Alagoas possibilidade de expansão territorial da produção. Daí alguns grupos pernambucanos terem se instalado em Alagoas. Associado a essa vantagem espacial, as usinas alagoanas passaram por um processo de concentração onde alguns grupos saíram extremamente fortalecidos.

Outro importante impacto dessa modernização foi sentido pelos moradores dessa porção do Estado que em sua maioria eram pequenos produtores agrícolas que viviam nos sítios, se reproduzindo por meio de uma agricultura de subsistência e pela venda de seu trabalho sazonalmente nos cortes de cana.

Sítio designava, pois, tanto uma unidade produtora individual, composta de casa/roçado e pertencente a um pequeno produtor, como o conjunto dessas unidades, agrupando, conseqüentemente, vários pequenos produtores (...) Os pequenos produtores, habitantes dos sítios, constituíam o povo dos sítios, categoria com que se conheciam e eram conhecidos pelos trabalhadores residentes nas propriedades – os moradores – que, por oposição, eram reconhecidos e se autodenominavam povo do engenho.(HEREDIA, 1988 p.58 e 59)

Com a necessidade do uso das terras para a monocultura, muitos habitantes desses sítios foram expulsos. Somado a necessidade de terras tem-

se o Estatuto da Terra que vem buscar alterar as relações pré-capitalistas existentes no campo. Assim, no bojo desse processo pode-se destacar uma mudança nas relações sociais que ligavam os moradores aos senhores de engenhos. “Nesse contexto, teve lugar um processo de mudanças nas relações sociais que até então ligavam o conjunto de trabalhadores (moradores) e pequenos produtores aos grandes proprietários da área (senhores de engenho)” (HEREDIA, 1988, p.11).

Trata-se pois de modernizações promovidas pelos usineiros em substituição ao Sr. de engenho. Esse processo acelerou os fluxos migratórios bem como trouxe uma precarização nas relações de trabalho entre a usina, trabalhadores da cana e o terceiro elemento, os fornecedores de cana. As mudanças implicaram no fim da relação de vassalagem, tendo os moradores que sair de suas casas e se instalarem nas cidades ou povoados mais próximos. A autora verifica um movimento do fenômeno migratório tendo como principal destino dos “*povos do sítio*” o povoado de Feira Nova para onde se dirigiram muitos desses sitiantes. Em 1982 o povoado se emancipou de Junqueiro e passou a se denominar de Teotônio Viela. Hoje o município é superou o de Junqueiro possuindo 41.152 hab.

Esse processo de espoliação expulsou não somente os moradores dos engenhos, mas rendeiros, posseiros, meeiros e pequenos agricultores de sua condição básica. Sem moradia e sem trabalho ou com trabalho precarizado essa população sofre as mazelas da baixa pobreza.

4.2 - Distribuição territorial do trabalho em alagoas

Em estudo sobre a vida urbana em Alagoas, Corrêa (1992) observa a importância dos meios de transporte na organização das cidades e de suas redes. Revela que as velhas cidades do litoral tinham sua importância por serem, cada uma, exportadoras da produção açucareira do vale que comandavam.

Contudo, com a criação do porto de Maceió, o aumento da capacidade e do tamanho dos navios, a construção de rodovias e ferrovias direcionadas para a capital, fez de Maceió um espaço dinâmico, com dimensões populacionais

destoante dos demais municípios do estado. Essa realidade não mudou, visto que segundo o Censo de 2010²⁴ Alagoas possui 3.120.494 habitantes, sendo que destes, 932.748 estão em Maceió.

A segunda maior cidade, Arapiraca, possui 202.142 habitantes e assim, respectivamente, Palmeira dos Índios, 70.368 habitantes; Rio Largo, 68.481 hab.; União dos Palmares, 62.358 hab.; Penedo, 60.368 hab. Acrescenta-se que apesar de uma forte densidade populacional, predomina em Alagoas pequenas cidades, tendo a própria capital uma pequena área de influência devido a forte participação regional de Recife e Salvador.

Em detrimento do processo formação espacial, pode-se observar uma concentração populacional na mesorregião leste alagoano. Pode-se observar também que concentra a maior parte do emprego na indústria. São empregosao beneficiamento da cana-de-açúcar, seja em usinas de açúcar ou álcool. Estas usinas interrompem, hora ou outra, a paisagens monótonas do verde da cana, desde o litoral Norte, extremo com Pernambuco, até o Sul, beirando as margens do rio São Francisco.

Grafico 4.1–Emprego na indústria nas mesorregiões alagoanas - 2011

Fonte: Rais – 2011

Elaboração: Odilon Máximo de Moraes

²⁴ Disponível em :<http://censo2010.ibge.gov.br/>

Segundo dados do Sindaçúcar – Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas, esta atividade representa quase 20% do PIB estadual, com uma área cultivada em torno de 413ha, gerando aproximadamente 91.000 empregos diretos no período de safra, e 43.000, no período de entre safra. De acordo com os dados do RAIS/ MTE - 2011, o emprego no setor industrial em Alagoas são quase 106.000 empregos.

Quando comparamos os dados observa-se que o processo de industrialização ocorrido em Alagoas se caracteriza por dois aspectos importantes. Primeiro, a forte concentração dessa industrialização no setor sucroalcooleiro. Segundo, pela concentração espacial deste ramo no Leste Alagoano. Segundo dados do RAIS/ 2011 a distribuição espacial do emprego industrial em Alagoas por macrorregiões é a seguinte: Sertão, 962 empregos; Agreste, 6.269; e Leste, 99.620 empregos. Isso significa que indústria do açúcar e do álcool representa 78% do emprego industrial em Alagoas. Desse emprego concentrado na indústria sucroalcooleira, observa-se que, 80.978 empregos estão ligados a cultura da cana-de-açúcar, representando 96,85% do emprego, enquanto 2.634 produzem álcool, com 3,15%.

Tabela 4.1: Numero de empregados em usinas por município

Fonte: RAIS/ 2011

Essa superconcentração da economia alagoana em torno da cultura canavieira é extremamente prejudicial para o desenvolvimento do estado que carecendo de outras atividades produtivas fica muito suscetível as crises do específicas do setor, bem como as crises cíclicas do capitalismo anunciadas por Kondratiev. Além dessa fragilidade, a economia deixa muito frágil a população Alagoas por deixar essa a mercê dos ciclos canavieiro em que grande parte dessa massa fica desempregada. Essa precária condição dos trabalhadores alagoanos os conduzem a uma miséria que constantemente é revelada nos meios de comunicação tratando dos piores índices de educação do país, de segurança, de miséria, de falta de assistência médica, etc.

Recentemente, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS publicou em no Jornal Gazeta de Alagoas matéria intitulada “Municípios alagoanos recebem mais recursos do INSS que do FPM”. A reportagem diz que o INSS “é hoje a maior responsável pela manutenção da saúde econômica de grande parte dos municípios alagoanos”. Segundo Instituto dos 102 municípios, 61 municípios (59,8%) recebem uma quantidade menor pelo FPM que os beneficiados pelos programas de seguridade pagos pelo INSS. E não são as pequenas cidades que esse fenômeno acontece, são nas maiores, inclusive, a capital Maceió. Esta em 2011 teria recebido R\$ 270 milhões do FPM, já o INSS injetou R\$ 1,2 bilhão. Entra na lista Arapiraca, Delmiro Gouveia, Palmeira dos Índios, Penedo, Rio Largo, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e União dos Palmares. Essa situação anunciada pelo INSS tem suas raízes na profunda desigualdade econômica secular que a cultura açucareira gera.

A dependência do emprego com a agroindústria açucareira é enorme. Quando olhamos a evolução do emprego da indústria de transformação em Alagoas essa questão das disparidades entre os setores é gritante. Os demais setores industriais são insignificantes. Fora o setor sucroalcooleiro, tem crescido o setor químico que devido a atração de empresas do setor de plástico e cloro-químico tem mostrado tímido resultado, vê-se o setor de alimentos e bebidas, onde se encontra o açúcar e aguardentes, se destaca dos demais.

Tabela 4.2 – Emprego na indústria

Fonte: RAIS – 1986 a 2011

Elaboração: Odilon Máximo de Moraes

Essa atividade em Alagoas ainda é marcada por um grau muito elevado de exploração da mão-de-obra. São comuns os acidentes de trabalho, bem como, elevadas jornadas de trabalho, levando muitas vezes os cortadores de cana a uma exaustão física. Quando não passam mais de dois meses sem receber seus salários. Além disso, o valor pago por tonelada cortada de cana é muito baixo, potencializando ainda mais as taxas de exploração da mais-valia.

Outro aspecto a ser destacado é a sazonalidade desta atividade que, em períodos de safra, empregam muitas pessoas. Contudo, no período entre safra, cai quase pela metade a oferta de emprego, obrigando muitos trabalhadores a migrarem para outros estados da região Sudeste e Centro-Oeste, em especial São Paulo e Mato Grosso.

Destaca-se ainda nesta atividade a figura do “gato”, ou seja, homem responsável pela intermediação entre patrões e canavieiros. Ele se responsabiliza pelo trabalho e trabalhadores, excluindo assim das usinas, sua responsabilidade e obrigações sociais e trabalhistas. Diante da fiscalização e reivindicações trabalhistas, essa figura tem sido substituída pelo agenciador da empresa. Essa mudança criou uma maior formalização do emprego, contudo, representa um maior controle da empresa, inclusive no que toca a rigidez do trabalho e controle sobre produtividade.

Foto 4.2 : Cortadores da usina Marituba do Grupo Carlos Lyra

Fonte: Arquivo pessoal registrado por Odilon Máximo de Moraes

Quanto ao Agreste e Sertão alagoano, as atividades industriais são ligadas a uma agricultura de gêneros alimentícios de culturas como milho, frutas, etc. São normalmente indústrias de pequeno e médio porte, a uma pecuária leiteira e comércio e serviços. Destacam-se nesta sub-região alagoana algumas cidades como Arapiraca, Palmeira dos Índios, no Agreste, respectivamente, segunda e terceira maiores cidades do estado, e Santana do Ipanema e Delmiro Gouveia, no Sertão e Penedo no baixo São Francisco. Vale lembrar que essas cidades possuem algumas indústria de grande porte, como a Coca-cola e Coringa em Arapiraca, a Ilpisa em Palmeira dos Índios (Valedourada), Penedo possui usinas com a PAISA, em Delmiro a Fabrica da Pedra que ainda continua em atividade (tabela 4.1). Santana do Ipanema é que não possui nenhuma indústria de maior destaque. Arapiraca nesse conjunto é a cidade que mais se destaca, possuindo uma dinâmica econômica com maior destaque, tendo recebido nos últimos tempos uma serie de investimento em duplicação de rodovia, um setor imobiliário forte e um comércio aquecido.

Tabela 4.3 – Numero de estabelecimentos com mais de 10 empregados.

Fonte: RAIS/ 2011

Elaboração: Odilon Máximo de Moraes

Tabela 4.4 - Número de empregados na indústria com mais de 10 empregados.

Fonte: RAIS/ 2011

Elaboração: Odilon Máximo de Moraes

Nestas sub-regiões a quantidade de emprego, sobretudo formal, é pequena. Prevalece um emprego informal, principalmente nas atividades ligadas ao comércio, serviços e agropecuária. No setor agropecuário a formalização do emprego é muito baixa. Prevaecem relações pautadas no arrendamento da terra ou parcerias. Outro fator a ser destacado, é que nesta região a composição relacionada a concentração de terra é menor, principalmente no Agreste, prevalecendo minifúndios, diferentemente da zona da mata com imensos latifúndios.

Os empregos ligados a administração pública tem um papel fundamental nestas regiões, diante da falta de oportunidade no setor privado. Destaca-se não somente o emprego público, mais os fundos públicos que, de forma geral, são de extrema importância para a dinâmica das cidades do Agreste e Sertão. Muitos dos municípios dessas sub-regiões sobrevivem do Fundo de Participação dos Municípios, das aposentadorias e dos recursos provenientes dos programas de assistência social implementados pelos Governos federal, estadual e municipal.

As poucas indústrias localizadas nestas sub-regiões estão, principalmente, em Arapiraca. Muitos de seus municípios não apresentam sequer um emprego formal neste setor. Isso revela um processo concentrador e centralizador do capital na zona da Mata e em Maceió e sua região metropolitana.

Quanto a atividade industrial, destaca-se o setor sucroalcooleiro, inclusive o plantio de cana-de-açúcar, que estão também presentes na cidade de Maceió. Outras atividades importantes estão ligadas ao setor químico, sobretudo as indústrias de salgematendo como indústria âncora a BRASKEM. Atualmente depois da nova unidade da Braskem outras empresas do setor de plástico se estabeleceram no polo industrial de Marechal Deodoro. A Petrobrás também tem um papel de destaque na extração de gás natural em Pilar além de alguns poços de petróleo em Coruripe.

O distrito industrial de Maceió é inexpressivo, tendo poucas indústrias instaladas. Alagoas foi um dos Estados nordestinos que mais tarde chegaram na corrida pela atração industrial. Seus instrumentos e secretarias pouco aparelhados e com técnicos competentes para execução de relatórios,

construção de projetos e de planos de desenvolvimento. Recentemente é que se tem verificado um maior empenho da Secretaria de Planejamento na busca de buscar novos empreendimentos que não sejam sucroalcooleiros. São exemplos dessa mudança de direcionamento do desenvolvimento a busca pela instalação do estaleiro Elisa, algumas fábricas de plástico e de cerâmica. Houve uma revitalização dos polos industriais de Maceió e de Marechal Deodoro. A duplicação da AL-101 favorece os fluxos em direção ao porto de Maceió.

4.4 – O papel do IAA e o PROACOOOL

Na sua primeira fase, a produção açucareira, foi dominada pelos engenhos bangüês. Engenhos, estes que combinavam as atividades agrícolas e industriais, movidos por força da água ou protração animal, acabavam demandando amplas áreas de matas para o fornecimento de lenha para as caldeiras. Só a partir do século XIX mudanças significativas passaram a acontecer²⁵ ocasionando o aumento da eficiência da fábrica, bem como a melhoria da qualidade do açúcar.

Entre 1870 e 1890, iniciou-se a transição dos engenhos bangüês para as usinas. Este processo gerou grandes conflitos internos, já que alguns senhores de engenho tinham capacidade de realizar investimentos, o que garantia além da melhoria do produto, a participação mais competitiva no mercado internacional. No entanto, esse não era o caso da maioria.

O Governo Imperial, preocupado com a desarticulação do setor e suas possíveis conseqüências a economia nacional, cria uma legislação de estímulo a montagem de engenhos centrais. O sistema proposto estabelecia a divisão entre as atividades agrícola e industrial, onde os antigos senhores de engenho passariam a ser exclusivamente fornecedores de matéria-prima para os engenhos centrais, que absorveriam toda a produção manufatureira e onde seria proibido o

²⁵Período marcado pela introdução de uma nova variedade de cana, a caiana, em substituição a cana tipo “crioula”. Ainda neste período, passou-se a adotar o uso do arado, além dos primeiros engenhos a vapor. Quanto às caldeiras, estas passaram a utilizar o próprio bagaço da cana como combustível. Nas moendas, os tambores de madeira foram substituídos por tambores metálicos posicionados horizontalmente, ao invés de verticalmente como antes. (LIMA 2006,p.97)

uso de trabalho escravo. Mas esta nova configuração não se mostrava interessante para os senhores de engenho, pois além de separar as atividades agrícolas e industriais, a consecução de tal proposta, significava perda de poder e de *status*. Assim, à medida que definhava a possibilidade de uma transformação através dos engenhos centrais, as usinas foram se estabelecendo, “já que conseguiam incorporar o aparato técnico e desenvolver a produção num padrão equivalente ao dos principais concorrentes internacionais, mas que, entretanto, mantinham vinculadas as atividades agrícolas e industriais”. (LIMA, 2006, p.98).

Calcadas no apoio estatal, as usinas²⁶ passaram então a disputar os empréstimos governamentais com juros subsidiados, bem como os empréstimos destinados à construção de estradas de ferro próprias. Mas seu surgimento não foi suficiente para que os engenhos bangüês deixassem de existir.

Esta disputa evoluiu confrontando usinas e engenhos bangüês, os quais sobreviveram à margem da grande expansão canavieira moendo cana para a fabricação de aguardente, rapadura e açúcar bruto de baixa qualidade para suprir a demanda da população mais pobre. Dados apresentados por vários pesquisadores da área revelam que, no início da década de 1930, existiam na área canavieira do Nordeste mais de 3.000 bangüês, os quais, com cada vez menos importância econômica. (LIMA, 2006, p101)

Segundo Carvalho (2002, p.12) a produção das usinas superou a dos bangüês a partir da safra de 1922/23. Por ter mais capital e maiores condições de incorporar os avanços tecnológicos, as usinas ofereciam maior rendimento industrial e capacidade para introduzir algumas inovações como a irrigação, a seleção de mudas e os novos processos de trabalho.

Com a crise do mercado mundial em 1929, as medidas de contenção dos prejuízos por parte do governo federal tornaram-se evidentes. Em 1931, através do Decreto n. 20761 o governo cria a Comissão de Defesa da

²⁶A primeira usina de Alagoas foi inaugurada em 1892 com o nome de Brasileiro. Em 1902 seriam seis unidades industriais: Apolinário, Brasileiro, Leão, Serra Grande, Sinimbu e Uruba. Foram estas usinas que tomaram as primeiras iniciativas de modernização da produção açucareira. Em 1908, a Sinimbu introduziu a análise química do solo e a adubação verde. Em 1925, a Central Leão foi a primeira usina brasileira a ser eletrificada e, pouco depois, a Serra Grande inovou com a fertirrigação e a irrigação por aspersão. (CARVALHO, 2002).

Produção do Açúcar- CPDA cujo principal objetivo era o de implantar medidas e tomar iniciativas destinadas à diminuir os excedentes de oferta de açúcar no mercado interno. Vale destacar que anterior à criação da CPDA o Ministério da Agricultura criou a Comissão de estudos sobre o Álcool-motor, centralizando todos os projetos e discussões referentes ao álcool no Brasil.

Mas estes órgãos prepararam terreno para o surgimento de uma autarquia com maior força e ação, subsidiados pelo estado.

Em 1933 a CPDA foi sucedida pela criação do Instituto do Açúcar e do Álcool - IAA (Decreto n. 22.789 de 01/06/1933) tendo como objetivo defender as empresas açucareiras e alcooleiras nacionais mediante a utilização de uma série de mecanismos, tais como: o controle de preços e da comercialização, estabelecimentos de quotas de produção dentre outras medidas. Todos no sentido de garantir, dentre outras coisas, o equilíbrio interno entre safras anuais de açúcar e o consumo dos principais produtos. (LIMA apud SHIKDA, 1998, p.98).

O Instituto desempenhava as seguintes funções:

- Instalar destilarias centrais de grande porte para a produção e desidratação do álcool;
- Dar cobertura financeira às cooperativas, sindicatos, empresas e produtores de cana de açúcar para a instalação de novas unidades de produção de álcool anidro carburante;
- Instalar e manter as bombas de álcool-motor nos postos de gasolina.

Desta forma, o IAA visava fundamentalmente, além da questão açucareira, o problema da intervenção e controle da economia açucareira, sua comercialização, assistência técnica e financeira aos usineiros interessados na produção do álcool anidro carburante. Os recursos, destinados a defesa da produção açucareira e a expansão do álcool anidro, foram conseguidos através da cobrança de uma taxa sobre o saco de açúcar produzido no país e via a taxação de cada litro de gasolina importada.

O poder de fiscalização do Instituto é reforçado através do Decreto n. 23664 de 29.12.1933, que exigia o cadastramento obrigatório de todas as

fábricas de açúcar, álcool e aguardente. Este mesmo decreto ainda disciplinava a produção do açúcar em todo país, regulamentando o consumo e as misturas do álcool carburante. Seis anos depois, em 1939 o governo através de outro decreto-lei (n.º 1.831) modifica vários dispositivos referentes à atuação do IAA. Dentre esses: o estabelecimento de taxas para o açúcar de engenho e a produção de rapadura, a manutenção da lei que proibia a instalação de novas fábricas, o estabelecimento das normas para vendas de maquinaria e para o cancelamento da inscrição, além da regulamentação das atividades das refinarias. Contudo o principal ponto dos dispositivos encontrava-se nas providências de ordem fiscal, atinentes à produção e circulação do açúcar. Controlava-se, assim, a produção de açúcar bruto, taxando-o muitas vezes como clandestino.

O bangüê ainda hoje é uma realidade. Como cogumelos espalham-se os bangüês. Na realidade, estas medidas refletiam uma dificuldade que interferia diretamente na produção das usinas, fato que levava os usineiros a exigir do IAA uma série de medidas intervencionistas. Esta dificuldade centrava-se na dificuldade em controlar os pequenos produtores de açúcar bruto, rapadura e aguardente, em razão do seu elevado número. Esta estatística computa os engenhos registrados no IAA até outubro de 1935, não sendo exagerado o cálculo num total de 40.000 fábricas rudimentares, sendo 280.000 o número de engenhos bangüês e de rapadura. Conseqüência da morosidade de nossa evolução industrial. (...) Outro aspecto digno de estudo é a distribuição por capacidade de produção anual, onde cerca de 200.000 bangüês têm capacidade inferior a 250 sacos. Assim, com capacidade até 50 sacos anuais, 14.842; de 50 até 200 sacos, 2.629; de 150 a 200 sacos, 1.804; e de 200 a 250 sacos anuais, 370 engenhos. E a produção dessas engenhocas e engenhos bangüês é de cerca de 25% da produção de açúcar de usina no Brasil. (...) E enquanto é onerado com cerca de 10% o açúcar de usina, o açúcar bruto vive solto, quase sem ônus, difícil de ser controlado. Assim, este mina, arruína e fatalmente desorganizará o plano geral de defesa da produção. E, além disto, o açúcar bruto se desenvolve, expande-se, se valoriza, em detrimento e à custa do açúcar de usina. (...) Porque, valorizando-se automaticamente com o plano de defesa, sem nenhum ônus, e somente com vantagem, ele, o açúcar bruto, se locupleta, se desenvolve, combatendo e concorrendo com o açúcar de usina (IAA apud DE CARLI 1942: 63-68).

O fato é que os usineiros precisavam de ajuda do IAA para barrar a produção dos pequenos engenhos. Nesse sentido, existia a necessidade de uma fiscalização mais severa por parte do Instituto no país frente às numerosas fábricas clandestinas de açúcar bruto, que por não pagar taxas, impostos ou outros ônus fiscais, ameaçavam os produtores de açúcar

legalizados. Neste sentido, essas fábricas deveriam ser registradas, arcando com os devidos ônus fiscais, sob pena de serem consideradas clandestinas, podendo ser multadas caso não procedessem da forma indicada. A produção dos pequenos engenhos, na visão dos usineiros e dirigentes do IAA era considerada anti-higiênica, sendo responsável pelos excessos de produção e concorrência desleal, como pode ser vista pela fala de um dos presidentes do IAA:

Tinham razão os usineiros paulistas que prognosticaram a proliferação do açúcar clandestino como uma consequência do cerceamento da atividade produtora. Mas uma vez assistia razão aos produtores quando afirmavam a proliferação de pequenos engenhos, incontroláveis na sua produção, ilimitados em seu número, e que faziam séria concorrência a todas as fábricas maiores que estivessem legalmente registradas.

(IAA apud DE CARLI 1942: 63-68)

Torna-se importante destacar que essa conjuntura abriria caminho para a implantação de um forte intervencionismo estatal, calcado em uma política de planejamento, que passaria por várias mudanças em razão da dificuldade de debelar os principais problemas enfrentados pelo setor. Ao privilegiar certos atores desse setor, o Estado aceleraria o processo de concentração e centralização, ou seja, o fechamento de muitos engenhos e a concentração da produção e das terras nas mãos das usinas de maior porte (BARROS, 2009).

Com a II Guerra Mundial ocorreu quebra de exportação do açúcar brasileiro para Europa, devido à racionalização do consumo do açúcar e os riscos do transporte marítimo. Por outro lado, o Brasil diminuiu a sua importação de petróleo o que resultou no racionamento de gasolina e óleo diesel até o final da guerra em 1945. Neste período o álcool anidro carburante passou a ser considerado um produto altamente estratégico para o país, fato percebido no aumento do número de destilarias. Em 1939 existiam cerca de 31 destilarias destinadas a produção do álcool anidro, já em 1941 este número passou para 44, com capacidade para produzir mais de 600.000 litros por dia. Em 1942 a produção alcançava 800.000 litros por dia, correspondendo a mais de 50 % da produção nacional, concentradas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco (BRAY, 2000, p. 24)

Ainda segundo Bray (Op. Cit, p.28) no ano de 1942 o IAA adotou medidas que autor chama de “um verdadeiro plano de guerra”. Nas medidas estipulavam que a produção da usina que ultrapassasse o limite de 15.200.000 sacos de 60 kg deveria ser entregue ao Instituto do Açúcar e do Alcool para ser transformado em álcool. Desta forma o IAA passou a comercializar todo o tipo de álcool fabricado no país, criando um plano que garantia o crescimento da produção do álcool anidro e o abastecimento do álcool hidratado no Brasil (Plano de Desenvolvimento do Alcool). Ainda no ano de 1942, o IAA autorizou a instalação de novas usinas em vários estados da federação.

Melo (apud Bray, Op. Cit, 2000, p.101) destaca algumas importantes medidas tomadas pelo IAA que visavam a ampliação da produção:

- **Março de 1942-** elevação de 10% nos limites de produção.
- **Novembro de 1942-** liberação do açúcar extra-quota dos estados do Sul para as usinas que executaram o plano do álcool.
- **Abril de 1944** - elevação de 20% nas quotas de produção e declaração de liberdade de produção pelo período de cinco safras, com o comprometimento por parte do Instituto em transformar em álcool ou exportar excessos.
- **Março de 1945** - criação de quotas para novas usinas, no total de 700.000 sacos nos estados importadores. Aumento de 800.000 sacos para as usinas já existentes, total de aumento: 1.500.000 sacos.
- **Maio de 1945** - criação de cotas de açúcar para as destilarias autônomas, estimados em cerca de 200.000 sacos no estado de São Paulo.

Percebe-se que os mecanismos de regulação da atividade produtiva iam desde o estabelecimento de quotas de produção com fixação dos preços para cana de açúcar, o açúcar e o álcool até a concessão de subsídios, estímulo direto à atividade. No referente as quotas estipuladas pelo IAA, estas foram alvo de intensos debates, visto em algumas regiões limitavam o crescimento, enquanto em outras o excedente

O período que se iniciou em meados da década de 1960 marcou uma nova fase de expansão da agroindústria canavieira do Brasil, estimulada pelas medidas relacionadas às esperadas possibilidades de exportação de açúcar.

Segundo Lima (2006 p.12) na evolução do complexo canavieiro alagoano, entre a formação do IAA e a década de 1990, distinguem-se três etapas bem caracterizadas, respectivamente, a da consolidação do parque usineiro (1930-1950), a do processo de expansão e modernização (1950-1975) e a de um segundo surto expansivo ligado ao Proalcool (1975-1989) Nesse longo período, marcado por fortes disputas políticas e pela intensificação do processo de urbanização do estado e, no setor produtivo, principalmente pelo processo de formação de uma nova estrutura no complexo canavieiro, com todas as repercussões acima relatadas, nada foi mais decisivo para moldar a estrutura produtiva alagoana.

Atualmente o Brasil lidera a produção de biocombustível a partir de cana-de-açúcar. Todo o aporte tecnológico desenvolvido pelo país na produção de álcool se deve ao Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL, este foi um importante programa empreendido pelo governo brasileiro em 1975, e tinha objetivos semelhantes aos encejados no momento atual, que era o de substituir os derivados de petróleo. Este programa foi o responsável pela expansão da cultura da cana-de-açúcar, ocorrida a partir de 1975 e teve importante repercussão na geração de empregos no meio rural, na substituição de culturas alimentares pela cultura da cana-de-açúcar, e também sobre o meio ambiente, porém a dispersão desse programa ocorreu diferentemente nas diferentes regiões do Brasil

4.5- Indústria em Alagoas- breve histórico

4.3.1- SETOR DE PLÁSTICOS

- **BRASKEM**

A cadeia produtiva petroquímica e de transformação de plásticos é constituída por três gerações: os produtores de primeira geração (craqueadores) que fracionam a nafta ou o gás natural, transformando-os em petroquímicos básicos, como as olefinas e os aromáticos. As unidades de segunda geração produzem resinas termoplásticas como os polietilenos (linear, alta e baixa densidade) e o polipropileno, além de intermediários, resultantes do processamento de produtos primários, como o estireno, o acetato de vinila,

entre outros; e as unidades de terceira geração, que transformam os plásticos (ABDI, 2009).

A Braskem, a primeira petroquímica integrada do Brasil, combina operações da primeira e da segunda geração da cadeia produtiva do plástico, o que resulta em maior competitividade, traduzida por uma receita líquida de R\$ 27,7 bilhões em 2010, com uma produção total de mais de 15 milhões de toneladas de resinas, petroquímicos básicos e intermediários e mais de 6.700 empregos diretos. Conhecida como a maior produtora de resinas termoplásticas das Américas, a Braskem possui 31 plantas industriais distribuídas pelo Brasil e Estados Unidos, produzindo anualmente mais de 15 milhões de toneladas de resinas termoplásticas e outros produtos petroquímicos.

Controlada pelo grupo Odebrecht, a Braskem originou-se da Companhia Petroquímica do Nordeste Ltda. - Copene²⁷, quando em 2001, a Norquisa, controladora da Copene, responsável por 40% da produção de matéria-prima para a indústria petroquímica, foi adquirida pelo Consórcio Odebrecht-Mariani. Como resultado dessa transação, o consórcio obteve o controle da Polialden (que fabrica polietileno de alta densidade). Em 2002, a Copene passou a chamar-se Braskem S.A., quando os grupos Odebrecht e Mariani integraram seus ativos no ramo petroquímico à Copene.

Em novembro de 2007 a Braskem anunciou um acordo com a Petrobras para integrar os ativos da Companhia Petroquímica do Sul(Copesul), Ipiranga Química, Ipiranga Petroquímica, Petroquímica Paulínia e Petroquímica Triunfo. Em troca, a Petrobras e sua subsidiária Petroquisa passaram a deter 30% do capital votante e 25% do capital total da empresa. A integração desses ativos converteu a Braskem na terceira maior petroquímica das Américas (atrás das americanas Exxon e Dow

²⁷ Primeiro complexo petroquímico planejado do país criado em 1978 localizado no município de Camaçari, a 50 quilômetros de Salvador, capital do Estado da Bahia. Em [1979](#), a Organização Odebrecht, comprou um terço da Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC), como parceira da [Petrobras Química](#) e da [Mitsubishi Chemical](#). Em parceria com o grupo Mariani a Odebrecht adquire o controle da Copene, iniciando um processo de integração de ativos, de primeira e segunda gerações.

Chemical)estando entre as 11 maiores do mundo. Além de uma receita líquida anual de US\$ 9,1 bilhões, Ebitda de US\$ 1,7 bilhão e ativos de aproximadamente US\$ 11,5 bilhões

Em 22 de janeiro de 2010, depois de anunciar a compra da Quattor²⁸, a Braskem partiu para ampliação de sua presença no exterior. Em 1º de fevereiro de 2010, Braskem anuncia a compra dos negócios de polipropileno (PP) da Sunoco, por US\$ 350 milhões e iniciou operação industrial da Companhia no mercado norte americano. Além das unidades industriais, a aquisição inclui ainda um centro de tecnologia em Pittsburgh, na Pensilvânia, que é fundamental para que a Braskem continue apoiando os Clientes no desenvolvimento de produtos e mercados e em serviços de assistência técnica.

- **BRASKEM EM ALAGOAS**

Ainda na década de 1940 em Maceió, o empresário baiano Euvaldo Luz foi alertado por funcionários de sua oficina sobre fragmentos de salgema encontrados nas brocas que perfuravam poços para o Conselho Nacional do Petróleo. Após análise do material, constatou-se que se tratava de uma jazida de sal com alto teor de pureza. E em seguida, requereu ao Governo Federal a concessão para exploração do minério.

No entanto um grupo americano já detinha a concessão para explorar as jazidas de salgema na capital alagoana. Apenas em 1964, quando a autorização caducou, o empresário baiano conseguiu requerer a concessão para exploração do minério.

Em companhia com a empresa norte-americana Du Pont o empresário Euvaldo Luz cria a Salgema Indústrias Químicas, o que exige do governo do Estado um amplo terreno no Pontal da Barra para construção da fábrica. O então governador Afrânio Lages, aceitou a proposta da multinacional.

²⁸Antiga concorrente, criada em 2007, depois que a Petrobras comprou as operações da área petroquímica do grupo Suzano. Em seguida associou-se à Unipar, da família Geyer, uma das maiores empresas do setor até então. A nova empresa, com faturamento anual de 9 bilhões de reais passou a dividir as atenções do setor com a Braskem, também surgida depois de uma série de fusões e aquisições.

Em 1975 tem início os serviços de terraplanagem da unidade, que seria a maior produtora de cloro soda do país. Em 1976 entra em operação a primeira casa de célula da unidade, produzindo cloro, soda cáustica e diocloreto. Em fevereiro de 1977 entra em operação a primeira casa de célula da unidade do pólo petroquímico. A partir da sua inauguração foi possível pensar na criação de uma cadeia produtiva da química e do plástico para o Estado. Posteriormente foram inauguradas a planta de PVC e a unidade de utilidades.

A Salgema tinha participação estatal, sendo vendida em 1997 ao Grupo Odebrecht, da Bahia, hoje o maior acionista da empresa. Com a venda passou a se denominar Trikem S/A, constituindo na maior fábrica de cloro e soda cáustica da América Latina. A maior consumidora de energia elétrica de Alagoas, a Trikem constituía a maior consumidora de energia gerada pela Chesf, com uma linha de transmissão sai diretamente de Paulo Afonso (BA), cortando o Sertão, Agreste e chegando aos tabuleiros, para ir direto à fábrica a beira-mar de Maceió. Com produção escoada por seu próprio terminal marítimo, localizado em frente a empresa, no bairro do Pontal da Barra, seguindo para vários Estados brasileiros, e principalmente para o exterior. Em 2004 passa a se chamar Braskem, época em que ocorre a ampliação em 25% da capacidade de produção da Unidade de PVC e a modernização do sistema de controle das plantas. Hoje este setor é composto por cerca de 50 empresas, gerando aproximadamente 10 mil empregos diretos e indiretos.²⁹

O Complexo Químico do Estado de Alagoas é constituído por dois Núcleos. O primeiro deles, o mais antigo, está localizado no Município de Maceió, uma típica Central de Matérias-Primas, que emprega como insumos básicos, o Eteno e a Salgema. Nele está instalada uma das unidades BRASKEM S.A. O segundo Núcleo está situado no Distrito Industrial de Marechal Deodoro distante apenas 16 km do Porto de Maceió.

Figura 4.1- Visão da unidade Brakem em Maceió e o Pólo Multifábrica Industrial José Aprício Vilela (PJAV) no município de Marechal Deodoro

²⁹Sobre o assunto ver. www.odebrechtonline.com.br

Fonte: Google earth adaptado

BRASKEM- Maceió.

Figura 4.2- Visão da unidade Brakem em Maceió

Foto 4. 3- Terminal Marítimo. ALGÁS- Braskem - Maceió-AL,

Figura 4.3 - Braskem S.A.- Maceió-AL. Fonte. Wikmapia

Fonte: Google earth adaptado

Foto 4.3- Terminal Marítimo. ALGÁS- Braskem - Maceió-AL,

Fonte Arquivo pessoal registrado por Odilon Maximo de Moraes.

Foto 4.4- Braskem - Maceió-AL

Fonte Arquivo pessoal registrado por Odilon Maximo de Moraes.

POLO MULTIFABRIL INDUSTRIAL JOSÉ APRÍGIO VILELA (PJAV) - MARECHAL DEODORO

Foi criado em 19 de Abril de 1982, através do decreto federal nº 87.103, com a sigla inicial PCA, e tinha como finalidade inicial abrigar as indústrias do setor álcool químico. Em 2009 o distrito foi reclassificado para a modalidade de Multifabril³⁰, passando atender um maior mercado.

Figura 4.4- Visão da unidade Pólo Multifabril Industrial José Aprício Vilela (PJAV) no município de Marechal Deodoro

Fonte: Google earth adaptado

³⁰ Segundo Decreto nº 4.214, de 9 de Novembro de 2009.

Figura 4.5- Distribuição das áreas no Pólo Multifabril Industrial José Aprício Vilela de acordo com as empresas implantadas e em implantação

Fonte. <http://www.cinal.com.br/polo/apresentacao.asp>

O Polo Multifabril José Aprício Vilela conta com Central Integrada de Efluentes Líquidos e Resíduos, destacando os serviços ambientais de: caracterização de resíduos (NBR – 10.004); Planos de Gerenciamento de Resíduos, coleta, transporte e disposição de resíduos sólidos; tratamento de efluentes líquidos com descarte oceânico e Incineração de resíduos perigosos³¹.

Conta com a presença de 17 empresas. Dentre estas Fiabesa Alagoas, Corr Plastik Industrial do Nordeste, Plastik Indústria de Plásticos, Alaplásticos Indústria (beneficiamento de materiais plásticos), Nordeplast Indústria e Comércio de Plástico, BBA Nordeste Indústria (containers flexíveis).

Com infraestrutura compostas por unidades para captação e adução de água, além de tratamento, geração de vapor e de ar, serviços (tratamento de efluentes líquidos, coleta, transporte e disposição de resíduos sólidos, incineração, distribuição de gases industriais e apoio) e produtos (ácido clorídrico e outros). Com a presença de uma Central de Logística, com a presença das principais empresas transportadoras.

³¹Relatório da Secretaria de Estado e do Planejamento Econômico do Estado de Alagoas-SEPLANDE Disponível em. http://www.desenvolvimento.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1316528802.pdf

Foto 4.5- Central logística- transportadoras

Fonte. Arquivo Pessoal registrado por Odilon Maximo de Moraes

Foto 4.6- Central Cargas

Fonte. Arquivo Pessoal registrado por Odilon Maximo de Moraes

Braskem- Pólo Multifabril Industrial José Aprígio Vilela,
Foto 4.7- Braskem S.A.-Marechal Deodoro-AL.

Fonte. Arquivo Pessoal registrado por Odilon Maximo de Moraes

Foto 4.8- Braskem S.A.-Marechal Deodoro-AL.

Fonte. Arquivo Pessoal registrado por Odilon Maximo de Moraes

Em 2012 teve inicio a construção de uma nova unidade em Marechal Deodoro, com investimento na ordem de R\$ 1 bilhão, com capacidade produtiva de 200 mil toneladas anuais, com esta criação Alagoas se tornará o maior produtor de PVC da América Latina³².

³²<http://www.braskem.com.br/site.aspx/Detail-releases/Braskem-lanca-pedra-fundamental-de-nova-planta-de-PVC>

Foto 4.9- Nova fábrica da Braskem S.A.-Marechal Deodoro-AL.

Fonte. Arquivo Pessoal registrado por Odilon Maximo de Moraes

ALGUMAS EMPRESAS PRESENTES NO POLO MULTIFÁBRIL JOSÉ APRÍGIO VILELA- MARECHAL DEODORO-AL.

- **CINAL**

Companhia Alagoas Industrial - CINAL foi constituída em 1982 e, a partir de 1989, iniciou a operação de uma Central de Utilidades e Serviços, além de produzir, também, Ácido Clorídrico, no Distrito Industrial de Marechal Deodoro, no Estado de Alagoas.

Sua implantação deveu-se a estudos que mostraram a necessidade de prover a região de uma infra-estrutura, indispensável à sustentação de um Pólo Industrial, que, ao mesmo tempo, mantivesse a harmonia com o meio ambiente. A maioria dos Serviços prestados pela CINAL estão relacionados à

proteção do meio ambiente, e as áreas que possui destinam-se a novas indústrias e à preservação ambiental. A CINAL é uma companhia de capital privado e seu principal acionista é a BRASKEM S.A. A CINAL está licenciada pelo órgão do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA/AL, bem como é uma das duas empresas de Alagoas certificadas em conformidade com a Norma ISO 14001, que trata dos Sistemas de Gestão Ambiental.

- **INTERLANDIA**

Em 1948 na cidade do Recife, a Interlândia iniciava através do industrial pernambucano Sr. Godofredo de Abreu e Lima Primo, suas atividades industriais na fabricação de produtos de limpeza. Foi a primeira água sanitária industrializada do Norte e Nordeste. O Parque fabril conta com duas fábricas, sendo uma em Pernambuco e outra em Alagoas. Além da fabricação de água sanitária, a empresa atua na venda de cloro, hipoclorito de sódio e outros produtos químicos. Concentrando na região, há mais de 20 anos, a distribuição de itens fabricados pela Braskem indústria de produtos químicos, uma das maiores empresas petroquímicas do País.

- **KRONA**

Krona, indústria fabricante de Tubos e Conexões do Brasil, foi fundada em 1994 no Estado de Santa Catarina por um grupo de quatro empresários catarinenses. Em Joinville, a empresa mantém duas unidades fabris, uma instalada no bairro Vila Nova, dedicada a produção de conexões e tubos de PVC, a outra instalada em Pirabeiraba, fabrica acessórios sanitários. A média de Produção tem sido de 1,9 a 2 mil toneladas mensais, com cerca de 530 funcionários nas duas unidades.

Em 2010, a Krona chega ao estado de Alagoas, sendo instalada numa área de 70 mil m² localizada no Polo Multifabril Industrial José Aprício Vilela, em Marechal Deodoro. O investimento foi de aproximadamente R\$ 50 milhões. Vale destacar que para a instalação desta primeira unidade foram concedidos incentivos fiscal, creditício e locacional, por meio do Programa de Desenvolvimento Integrado de Alagoas (Prodesin). Outro motivo que contribuiu

para a decisão por Alagoas é o apoio da Braskem, que atua como âncora da Cadeia Produtiva da Química e do Plástico (CPQP), além de outros parceiros.

Figura 4.6 - Unidade da Krona em Marechal Deodoro – Al.

Fonte. <http://www.krona.com.br>

Figura 4.7 - Unidade da Krona em Marechal Deodoro – Al.

Fonte. Arquivo Pessoal – registrado por Odilon M. de Moraes

- **CORR PLASTIK**

A indústria inicia suas atividades em Diadema, São Paulo no ano de 1992. Dedicada a fabricação de tubos técnicos, poços tubulares e para irrigação, além de conexões e acessórios, a Corr Plastic possui, segundo site

da empresa, capacidade produtiva de 87 mil toneladas anuais, oferecendo produtos para os segmentos de saneamento (água e esgoto), irrigação, predial, elétrica, telefonia, gás, poços tubulares profundo. Em 2007, uma nova unidade da empresa, com área de 60 mil m² foi instalada em Marechal Deodoro-AL,

Figura 4.7-Unidade da Corr Plastik em Marechal Deodoro

Fonte. www.corrplastik.com.br

Foto 4.8Unidade da Corr Plastik em Marechal Deodoro

Fonte. Arquivo pessoal registrado por Odilon Maximo de Moraes

Fonte. Arquivo pessoal registrado por Odilon Maximo de Moraes

- **POLO MULTISSETORIAL GOVERNADOR LUIZ CAVALCANTE (PMLC) - MACEIÓ**

Localizado as margens da BR 104 km 12, está a 18km do porto de Maceió e 05km do aeroporto e a 20km do Polo Multifábrica José Aprigio Vilela - PJAV. Situado no bairro do Tabuleiro em Maceió, está ladeado com as principais avenidas do Município (Av. Menino Marcelo, Av. Durval de Góes Monteiro / Av Fernandes Lima e Br 104).

Foto 4.11- Polo Multissetorial Governador Luiz Cavalcante (PMLC) - Maceió

Fonte. Arquivo pessoal registrado por Odilon Maximo de Moraes

Foi revitalizado em 2009, segundo relatório da Secretaria do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico do Estado de Alagoas-SEPLANDE, tinha como um dos principais objetivos, "o resgate da autoestima dos empresários já instalados". Com a revitalização o Governo de Alagoas investiu R\$ 4,3 milhões em sua infraestrutura básica (contabilizando um salto de 73 para 120 empresas nos últimos quatro anos). O pólo conta com: Macro e Micro drenagem de águas pluviais; 6,5km de vias asfaltadas; Fornecimento de Gás (ALGÁS) através de uma estação regulatória; Diversas linhas de Transportes públicos; Ciclovias; abastecimento de água e etc.³³ Em 2010 a Braskem cria o Núcleo de Tecnologia do Plástico do Senai Alagoas (NTPlás), no Polo Multissetorial Governador Luiz Cavalcante. O Núcleo oferece cursos de qualificação profissional, aperfeiçoamento e aprendizagem. Além de Braskem, o núcleo está sob a coordenação da Federação das Indústrias de Alagoas/Senai, Governo de Alagoas - por meio da Secretaria do Desenvolvimento Econômico (Sedec), do Sebrae Alagoas e do Sindicato das Indústria do Plástico de Alagoas.

Foto 4.12- Polo Multissetorial Governador Luiz Cavalcante (PMLC) - Maceió

³³ SEPLANDE- 2008.

Fonte. Arquivo pessoal registrado por Odilon Maximo de Moraes

- **POLO DE CONFECÇÕES DO SERTÃO - DELMIRO GOUVEIA**

Situado no município de Delmiro Gouveia, sertão alagoano, o polo conta com uma logística favorável para a comercialização e a produção dos produtos desenvolvidos na região. O município faz fronteira com Bahia e Pernambuco, sendo um fator decisivo para o escoamento da produção.

O Pólo de confecções do Sertão nasceu entre a parceria do Estado de Alagoas e a Prefeitura municipal de Arapiraca, e tem como objetivo estruturar o

setor Têxtil - confecções e empresas ligadas ao ramo, assim como atrair novas empresas de pequeno, médio e grande porte para a região é finalidade principal deste projeto, buscando afirmar a identidade local, alcançar novas tecnologias gerando melhoria dos produtos, requisito fundamental para alcançar novos mercados.

Delmiro Gouveia conta com a Fábrica da Pedra, a primeira indústria têxtil e de tecelagem do Brasil, o que torna a pacata cidade do sertão alagoano referência na produção e desenvolvimento de novos produtos. Tem por objetivo a fabricação de fios, tecidos e confecções, podendo ainda atuar no beneficiamento de algodão, prestação de serviços e participação no capital de outras empresas.

Os principais produtos ofertados ao mercado são: fios, tecidos cru e acabado. A produção básica é de tecidos para cama e mesa, sendo uma das líderes no mercado nacional, e sua produção destina-se, principalmente, para a cidade de São Paulo.

Segundo relatório da administração do grupo Carlos Lyra, o qual a Fabrica da Pedra pertence, a Companhia apresentou prejuízos devido às dificuldades em que enfrentadas pelo setor têxtil.

SETOR SUCOALCOOEIRO

- **USINAS DO GRUPO GRUPO TÉRCIO WANDERLEY**

1 USINA CORURIPLE

Usina Coruripe Açúcar e Álcool – Matriz - está localizada na Fazenda Triunfo, zona rural do município de Coruripe, no Estado de Alagoas, sendo uma empresa familiar, de capital fechado.

Foi fundada no início do século 20, época em que predominava no Vale do Coruripe o cultivo da cana-de-açúcar para transformação em açúcar bruto e aguardente, através dos engenhos bangüês.

No entanto bangüês, já s não mais poderiam concorrer com as usinas de açúcar, justamente neste período nasce a usina Usina Coruripe, em substituição as tradicionais formas de produção de açúcar. A usina foi criada no

povoado de Camaçari, enfrentando diversas dificuldades, como a falta de disponibilidade de terras para o cultivo de cana própria. Sua primeira moagem efetivou-se no final da década de 20, na safra de 1927/28. Nesse período, a Usina moeu 14.919 t de cana, proporcionando um rendimento de 16.040 sacos de açúcar.

Entre as décadas de 1920 e 1930, a produção do açúcar já se constituía para Alagoas no sustentáculo da formação da sua renda, apesar das constantes crises. Época de altos custos da produção e bruscas alterações do movimento dos preços do produto. Segundo Soares (2003, p.69) durante este período não havia infra-estrutura de qualquer ordem para o escoamento da produção do açúcar. Não existiam estradas que possibilitassem o escoamento da produção, existiam apenas os transportes marítimo, fluvial e ferroviário.

No final da década de 30 as chuvas, provocaram cheias que inviabilizaram a colheita da cana-de-açúcar. Por estarem localizadas em um vale as terras da Usina Coruripe estavam sempre sujeitas às inundações. Estas enchentes devastavam as lavouras, causando prejuízos enormes à Empresa. Devido a uma dessas inundações, na safra de 1939/40 a Usina Coruripe não conseguiu ultrapassar 71.989 sacos de açúcar. (SOARES, 2003, p.67).

Frente a inúmeras dificuldades, no andamento da safra de 1940/41 houve mudança no controle acionário da Usina Coruripe, nesta época Tércio Wanderley adquiriu o controle acionário da empresa. Na época, a usina dispunha apenas de 105,6 hectares de terras próprias.

No início dos anos 50 teve início a plantação de cana-de-açúcar nos tabuleiros, fato que elevou os quantitativos da moagem. Soares (Op. Cit. 77) afirma que essa década foi marcada pelo início de sucessivos índices de crescimento da produção. A safra encerrada em março de 2001 foi considerada recorde de produção. Das 2.331.377 toneladas de cana-de-açúcar colhidas, foram produzidos 4.543.820 sacos de açúcar e 50.785.630 litros de álcool, números que, segundo a empresa, consolidam sua liderança no mercado regional.

Em 1994, a empresa expandiu suas atividades adquirindo em Iturama, Minas Gerais, a Destilaria Alexandre Balbo, passando a denominar-se Usina

Coruripe – Filial Iturama, na qual grandes investimentos foram realizados para ampliar a produção a produção de açúcar e álcool. No ano de 2000, a Usina passou a comercializar energia elétrica. Em maio de 2002 o Grupo Tércio Wanderley inaugurou a unidade industrial – Filial Campo Florido - no município de Campo Florido, Minas Gerais. A empresa conta com uma área de 71 hectares e só produz álcool; utiliza-se do que há de mais moderno em automação na indústria sucroalcooleira.

- **UNIDADES INDUSTRIAIS DA USINA CORURIBE**

Além de Alagoas, a Usina Coruripe está presente em Minas Gerais, na região Sudeste. Primeiro na cidade de Iturama, depois em Campo Florido e Limeira do Oeste.

1. USINA MATRIZ-

A matriz da Usina Coruripe localiza-se no município de Coruripe, em Alagoas, conhecida por ser a maior produtora de açúcar e álcool de todo o Norte/Nordeste brasileiro. A empresa é privilegiada por possuir 36 mil hectares de terras planas, com mais de 80% de cana própria. Investiu na construção de represas que armazenam mais de 82 milhões de m³ de água, usada na irrigação dos canaviais; Além da construção de 190 Km de canais irrigatórios e a implantação de um sistema automatizado de fertirrigação, processo que dosa a quantidade certa de água e fertilizante para irrigar os canaviais. Esta técnica aumenta a produtividade agrícola em aproximadamente 50% e reduz o custo com fertilizantes, herbicidas, mão de obra e água.

2. USINA CORURIBE FILIAL ITURAMA

A Usina Coruribe Filial Iturama está localizada no município de Iturama, na região do Triângulo Mineiro, sendo a primeira unidade industrial do Grupo Tércio Wanderley em Minas Gerais. Seu surgimento se deu em 1994, a partir da aquisição da Destilaria Alexandre Balbo, que operava naquela localidade desde 1985. Em seguida, foi construída a fábrica de açúcar, anexa à destilaria.

3. A FILIAL CAMPO FLORIDO

A Filial Campo Florido está situada no município de Campo Florido, Triângulo Mineiro, em uma região conhecida por possuir um dos solos mais férteis do país. Começou a ser construída em 2001, um ano depois foi inaugurada a destilaria de álcool e, em 2004, a fábrica de açúcar, tornando Campo Florido uma das mais modernas usinas do país. Grande parte da cana que é moída nesta unidade é fornecida por agricultores.

4. FILIAL LIMEIRA DO OESTE

A Filial Limeira do Oeste foi inaugurada em 2005, no município de Limeira do Oeste, no Triângulo Mineiro. Distante 50 Km da Filial Iturama, esta unidade se beneficia da proximidade entre as usinas, pondo em prática um modelo de gestão único, o que possibilita economia e eficiência em seus resultados. Com a vantagem de ter sido construída em terras altas da região, a Filial Limeira do Oeste desenvolveu um projeto de irrigação, por meio da força da gravidade, para distribuir água e vinhaça aos canaviais.

5. FILIAL CARNEIRINHO

A Filial Carneirinho está localizada no município de Carneirinho, a 70 Km da Filial Iturama. Foi inaugurada em abril de 2008, Totalmente automatizada, na safra 2010/2011 esmagou 1,5 milhão de tonelada de cana, produzindo 3,48 milhões de sacos de 50 Kg de açúcar e 19,51 milhões de litros de álcool.

- **USINAS DO GRUPO JOÃO LYRA**

No setor sucroalcooleiro, o Grupo possui cinco usinas de grande porte: Laginha, Uruba e Guaxuma, em Alagoas, além da Triálcool e Vale do Paranaíba, em Minas Gerais. Juntas, estas são responsáveis por uma produção de mais de 300 mil metros cúbicos de álcool e de mais de 6,5 milhões de sacas de açúcar dos tipos VHP, cristal e refinado.

1. USINA LAGINHA

Situada no município de União dos Palmares, a cerca de 76 quilômetros de Maceió, a Usina de Laginha, primeira do Grupo João Lyra. Toda a produção é escoada através de avançado terminal rodoferroviário, para estados do Nordeste e Centro - Sul do país.

2. USINA GUAXUMA

Com 23 mil hectares de área, dos quais 12 mil irrigados e uma reserva de mata atlântica de 5,8 mil hectares, a usina Guaxuma, localizada no município de Cururipe, em Alagoas, é responsável por uma produção de 1,5 milhão de toneladas de cana e 3,7 milhões de sacas de açúcar de 50 kg cada.

3. USINA URUBA

Com localização privilegiada, no município de Atalaia, distante 40 quilômetros do porto de Maceió, incorporada ao Grupo em abril de 1975, fator que agiliza a distribuição de seus produtos para o mercado mundial. A Usina está locada na Fazenda Santa Tereza, sede da usina, onde foi criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, com 100,5 hectares de mata atlântica, voltados à conservação de ecossistemas frágeis ou ameaçados e à proteção da fauna e da flora; e além da RPPN outros 200 hectares também são conservados.

4. USINA TRIALCOOL

Esta Usina foi incorporada ao Grupo João Lyra em setembro de 1988 está localizada no município de Canápolis, a 100 quilômetros de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, região que apresenta solo de excelente qualidade e apropriado para o cultivo de cana-de-açúcar.

5. USINA VALE DO PARNAIBA

A mais nova unidade de refino do Grupo João Lyra, a usina Vale do Paranaíba, adquirida em 2001. Situada no município de Capinópolis, no Triângulo Mineiro, a unidade Totalmente automatizada, a usina conta em seu sistema de extração com um difusor que garante eficiência total no processo de produção. Essa tecnologia de ponta permite maior produtividade na obtenção da sacarose e baixo custo de manutenção contribuindo na coordenação e controle de toda a produção, abrangendo desde o plantio até a moagem, refino, armazenagem e escoamento de mais de 1,5 milhão de sacas anuais e 60 milhões de litros de álcool.

- **USINA DO GRUPO CARLOS LYRA**

1. USINA CAETE

A Usina Caeté S/A, unidade localizada no município de São Miguel dos Campos (AL).

2. USINA CACHOEIRA

Integra o GRUPO CARLOS LYRA desde 1986. É a única empresa do setor sucroalcooleiro localizada no município de Maceió, produzindo açúcar e álcool numa das regiões mais tradicionais do Estado de Alagoas.

3. USINA MARITUBA

A Marituba constitui-se na primeira usina a ser totalmente idealizada e projetada pelo Grupo Carlos Lyra. Está localizada no município de Igreja Nova, a poucos quilômetros do rio São Francisco.

4. USINA DELTA

A mais nova usina de açúcar e álcool em produção localizada no município de Delta, no Triângulo Mineiro (MG). Filial da Usina Caeté, juntamente com a Usina Volta Grande, responde pela maior produção de açúcar e álcool da região.

5. USINA VOLTA GRANDE

A Usina Volta Grande é uma das mais novas usinas e a primeira localizada no sudeste do país, situada junto à represa de Volta Grande, no município de Conceição das Alagoas (MG), distante 40 Km de Uberaba. Iniciou suas atividades em maio de 1996.

• **USINA DO GRUPO OLIVAL TENÓRIO**

Em 1971, ainda em sociedade com seu sogro, Olival Tenório adquiriu a Usina Porto Rico, a princípio localizada no município de Colônia Leopoldina – AL, e depois transferida para o município de Campo Alegre – AL. Após essa aquisição, nessa mesma época, resolveram terminar a sociedade, ficando o empresário Olival Tenório com a Usina Porto Rico. Olival Tenório resolveu dar continuidade à unidade de Colônia Leopoldina, agora denominada como Destilaria Autônoma Porto Alegre. Ainda no setor sucro-alcooleiro, inaugurou, em maio de 2004, a Destilaria Decasa, no município de Caiuá – SP. O Grupo Olival Tenório também atua no setor automotivo, através da concessionária Volkswagen - Importadora Auto Peças Ltda. e da revenda de pneus Pirelli - Importadora Pneus Ltda., ambas em Maceió – AL. No setor agropecuário, sua grande paixão, a empresa Agropecuária Olival Tenório tem grande representatividade na pecuária nacional com seu plantel de Nelore / Nelore Mocho.

1. DESTILARIA PORTO ALEGRE

Situa-se na fazenda da mata verde no município de Colonia Leopoldina-AL, a destilaria inicialmente denominada de Usina Porto Rico foi adquirida em 1971, quando ainda fabricava açúcar, posteriormente teve sua produção de açúcar transferida para município de Campo Alegre- AL. A partir de 1977 com o advento do Pro-Álcool foi transformada em destilaria autônoma. Atualmente

produz álcool hidratado carburante e álcool hidratado tipo especial, atendendo ao mercado interno e exportação.

2. USINA PORTO RICO

Usina adquirida pelo grupo em 1973 pelo empresário Olival Tenório Costa. Com um crescimento progressivo, logo atingiu um lugar de destaque entre as maiores empresas sucro-alcooleiras da região nordeste. Possui hoje uma área de 27.000 ha. sendo 19.000 ha. de área cultivada com cana-de-açúcar e o restante com pecuária e reflorestamentos. A Usina Porto Rico é a principal fonte geradora de renda do município de Campo Alegre, e uma das mais importantes indústrias de Alagoas, atualmente produz açúcar tipo VHP, álcool anidro carburante e álcool hidratado carburante, atendendo ao mercado interno e exportação.

• **USINA DO GRUPO SANTO ANTÔNIO**

A história do grupo começa em setembro de 1957, quando Ernesto Gomes Maranhão até então fornecedor de cana de açúcar adquiriu a central Açucareira Santo Antonio S.A. Uma unidade de pequeno porte, que na época moía cerca de 40.000 toneladas de cana por safra, com equipamento obsoleto. Em 1970, Ernesto Gomes faleceu, sendo substituído por seus filhos José Carlos, Luiz Carlos, Luiz Ernesto e Severino Carlos que se tornaram acionistas da Usina. Hoje, o Grupo Santo Antonio é formado pela Central Açucareira Santo Antonio S.A e a filial Usina Camaragibe, com capacidade de esmagar cerca de 1.900.000 e 700.000 toneladas de cana por safra, respectivamente. Ambas localizadas no Litoral Norte do estado de Alagoas.

1. USINA SANTO ANTONIO

Usina do Grupo Ernesto Maranhão. Em 1883, amplia a capacidade da destilaria da usina Santo Antonio. Dedicada a produção de açúcar cristal e demerara; álcool hidratado carburante e neutro, o grupo, em 2002, decidiu construir uma termelétrica dedicada a produção de energia originária da queima de biomassa.

2. USINA CAMARAGIBE

Fundada em 1980, em Matriz de Camaragibe, é a segunda empresa do Grupo Santo Antônio (do qual também faz parte a Usina Santo Antônio), criado por Ernesto Gomes Maranhão em 1957, quando este adquiriu a Central Açucareira Santo Antônio. Na última safra, a Camaragibe produziu 1.445.191 sacos de açúcar de 50kg, sendo 1.220.621 sacos de demerara e 224.570 sacos de cristal.

- **GRUPO TOLEDO**

O Grupo Toledo, como atualmente constituído, tem início em 1935, com a aquisição da Usina Capricho, no vale do Paraíba, atual município de Cajueiro, comandado por Cícero Toledo. Com o cultivo da cana-de-açúcar se transferindo para os tabuleiros costeiros de Alagoas o grupo instala sua segunda unidade, a usina Sumaúma no município de Marechal Deodoro, tendo isto ocorrido em 1970.

Em 1976 com o Proálcool o grupo instala sua terceira unidade no município de Penedo, Alagoas, que recebe o nome de Penedo Agro-Industrial S/A, hoje conhecida como usina Paina. Em 2002 o grupo adquire, no estado de São Paulo, a antiga Usina Gantus, rebatizada de Usina Ibéria, a produção comercial de açúcar e álcool foi iniciada em 2005.

1. USINA CAPRICHIO

Adquirida em 1935, seu parque industrial hoje esta preparada para moagem de 5.500 toneladas, produz açúcar cristal, Mel Rico Invertido(HTM) e Melaço. Localizada no município de Cajueiro, é a mais antiga do Grupo Toledo e uma das mais tradicionais do Estado na produção de açúcar demerara e mel.

2. USINA SUMAÚMA

Localizada em Marechal Deodoro a 32 km de Maceió é a segunda unidade em ordem cronológica do grupo. Preparada para moagem de 6.200 toneladas, produz açúcar tipo VHP e Cristal, Álcool anidro, hidratado e refinado.

3. USINA PAISA

Localizada em Penedo, AL, foi fundada em 1976 e está preparada para o esmagamento diário de 5.700 toneladas. A usina produz açúcar dos tipos VHP, Cristal e acool anidro e hidratado.

4. USINA IBÉRIA

Adquirida em 2002 esta localizada no município de Borá , Estado de São Paulo. A Ibéria possui capacidade para moer 7.000 toneladas, produzindo açúcar do tipo VHP, cristal, Álcool anidro e hidratado.

- **USINA DO GRUPO LEÃO- S.A LEÃO IRMÃOS – AÇUCAR E ALCOOL**

1. USINA UTINGA LEÃO

Usina Leão foi fundada em 1894, por Luiz de Amorim Leão Filho, está localizada em Rio Largo, sendo uma das mais antigas de Alagoas. Hoje a usina enfrenta na justiça processos trabalhistas movidos por alguns funcionários com vários anos de serviço prestado a Utinga Leão que foram demitidos.

- **USINAS DO GRUPO VILELLA**

1. USINAS REUNIDAS SERESTA S/A

As Usinas Reunidas Seresta S/A foi fundada, no início da década de 70, no momento em que a expansão canavieira no BRASIL vinha sendo incentivada pelos altos preços do açúcar no mercado internacional.

Em Alagoas, a ocupação dos tabuleiros costeiros da região Sul do Estado já era uma realidade. Os empresários localizados em regiões acidentadas e sem condição de incrementar o plantio da cana-de-açúcar procuravam esta nova fronteira para se instalarem. Foi o que aconteceu com os empresários Teotônio Vilela e Geraldo Gomes de Barros Proprietários respectivamente da Usina Boa Sorte e Santa Amália situadas nos municípios de Viçosa e União dos Palmares.

Juntaram-se e criaram as Usinas Reunidas Seresta S/A em 12/04/1973. Esta sociedade permanece até os dias de hoje, já na terceira geração graças ao profissionalismo implantado na gestão do negócio.

As Usinas Reunidas Seresta S/A encontra-se localizada no município de Teotônio Vilela, Alagoas. Possui um total de 11.871,89 Há de terras cobertas com cana-de-açúcar, sendo 5.978,44 Ha próprias e 8.893,45 Ha arrendadas. Por estar localizada em uma região onde predomina o minifúndio, a Seresta possui ainda aproximadamente 350 fornecedores de cana que são responsáveis pelo fornecimento de 30% da matéria prima.

A empresa possui uma capacidade Instalada para moer 1.400.000 toneladas de cana ano, entre setembro a março. Apesar de ousada, estamos investindo para atingir esta meta até a safra 2011/2012.

- **USINA DO GRUPO MENDO SAMPAIO**

Em 1901 inicia a moagem na Usina Roçadinho na cidade de Catende, interior de Pernambuco, contando com dois ternos de moendas e um esmagador de fabricação inglesa, um conjunto de turbinas, um pequeno evaporador de tríplex efeito e dois vácuos. Consolidou-se aí a pessoa jurídica Mendo Sampaio, que em 2001 completou um século de existência.

Face às condições topográficas de suas terras no Estado de Pernambuco, onde não era possível o cultivo mecanizado e racional da cana-de-açúcar, bem como da impossibilidade de ampliação da lavoura, a empresa iniciou em 1972 um projeto de realocização e ampliação da usina em terras alagoanas.

A área escolhida foi localizada no município de São Miguel dos Campos, onde todas as condições eram favoráveis para o cultivo, as quais permitem efetuar todas as operações agrícolas mecanizadas e obter altos índices de produtividade; a disponibilidade de água para a indústria e para irrigação; o clima e a pluviometria, adequados à lavoura da cana-de-açúcar; a localização próxima a centros consumidores e a 50km do Porto de Maceió para escoamento da produção. Em 20 de março de 1975, a Usina fez sua primeira safra no Estado de Alagoas.

1. USINA ROÇADINHO

Fundada por Mendo de Sá Barreto Sampaio em 1891, a usina Roçadinho é uma das mais antigas do Nordeste. Inicialmente, a usina funcionava em Catende (PE), mas a necessidade de ampliação da lavoura e modernização do cultivo fez com que se deslocasse para a alagoana São Miguel dos Campos, onde se estabeleceu em 1975 e permanece até hoje.

- **SETOR DE ALIMENTOS- ARAPIRACA**

GRUPO CORINGA

Era final da década de 60 quando um grupo de Arapiraca iniciou suas atividades com o beneficiamento de fumo para cigarros feitos à mão.

Dez anos depois já estava atuando na área de alimentos após adquirir uma fábrica de farinha de milho, café e corantes. O sucesso gerou a abertura de novos negócios, ampliando as áreas de atuação. Em pouco tempo, este grupo ganhou novas unidades e já dava os primeiros passos para a consolidação de uma marca: as Indústrias Reunidas Coringa Ltda.

Garantindo anualmente a compra de grande parte da safra da região a unidade de processamento e beneficiamento de fumo se destacou Brasil a fora exportando o principal produto de Arapiraca. A antiga fábrica de alimentos cedeu lugar a uma ampla e complexa planta industrial. Com novos equipamentos ampliou a sua capacidade, destacando-se na refinação de milho, cujos principais produtos são os flocos de milho, a torrefação de café, além da unidade de corantes.

Em 2010, o Grupo Coringa inaugurou uma nova unidade industrial no estado da Bahia. Com uma área de 100 mil metros quadrados, localizada na cidade de Luís Eduardo Magalhães-Ba, com um investimento de R\$ 40 milhões, esta nova unidade tem capacidade de produção de 200 mil toneladas por ano de produtos derivado de milho.

COOPERATIVA PINDORAMA

Ao chegar em Alagoas em 1953, o suíço-francês René Bertholet impressionou-se com a intensidade do êxodo rural no Estado. Membro do Plano Nacional de Colonização, ele idealizou uma cooperativa que pudesse oferecer emprego e renda para as famílias da região, desenvolvendo a qualidade de vida das pessoas em uma comunidade auto-sustentável, diminuindo, com isso, o êxodo rural. Surge então, em 1956, a maior cooperativa agroindustrial do Nordeste, a Cooperativa Pindorama.

A cooperativa gera, hoje, cerca de 1800 empregos no campo e 300 na indústria – destes, 100 na usina. Localizada na região sul do Estado, a Pindorama que possui uma área de 32 mil hectares entre os municípios de Feliz Deserto, Penedo e Coruripe é um projeto iniciado a partir de um assentamento de agricultores e que vem dando êxito desde a sua fundação.

A Pindorama é uma cooperativa comandada por pequenos produtores, onde todos os cooperados, além de fornecedores de matéria-prima são donos do negócio e participam dos lucros. Considerada o melhor exemplo de reforma agrária do país, a Pindorama destaca-se pelo sistema de cooperativismo que dá certo.

A inauguração da usina de açúcar, em 2003, significou a realização de um antigo sonho dos colonos e diversificou ainda mais a área de atuação da cooperativa que passou a produzir além de sucos, álcool e derivados do coco - o açúcar, produto de primeira necessidade na mesa dos brasileiros. Além disso, são desenvolvidos pela Pindorama, projetos de geração de emprego e renda para jovens e mulheres, como uma horta comunitária, um grupo de costureiras, fabricação de doces e vinagre.

CONCLUSÃO

Pergunto se, depois que se navega,
a algum lugar, enfim, se chega...
Brecht

O período atual está marcado por profundas transformações sociais, econômicas, políticas e espaciais. Mudanças que estão elaborando uma nova territorialidade dos espaços em escala global e uma nova divisão internacional do trabalho. Essas mudanças são frutos da nova forma de acumulação capitalista: a acumulação flexível. A flexibilidade observada nas formas de produção e organização do capital têm contribuído tanto para a exploração de novas “fronteiras de valorização”, como para a crescente exploração e precarização do trabalho da força de trabalho. As indústrias calçadistas como a têxtil executaram essa estratégia para baratearem seus custos e assim poderem auferir mais lucros.

A reestruturação produtiva considerada aqui levou em conta diversos ramos industriais. Em geral, o modelo interpretativo mais comum da reestruturação destaca a procura de inovação tecnológica, controle de qualidade, técnicas de *kanban* e *just-in-time* adotadas pelas empresas no intuito de melhorarem sua capacidade de competição no mercado, bem como criar uma camada que a proteja contra as possíveis crises do mercado. Contudo, a dimensão do trabalho no espaço geográfico parece permanecer oculta. O desvendamento desse momento da realidade concreta foi um dos objetivos centrais da pesquisa e, portanto, constituindo-se numa abordagem do espaço.

Neste sentido, a reestruturação produtiva foi vista através de seu viés espacial configurado na nova divisão territorial do trabalho. As firmas industriais tornam-se cada vez mais flexíveis no espaço, mas assumindo, predominantemente, a forma de capitais com baixa composição orgânica. Tal fato pode ser observado com a transferência de diversos ramos industriais, sobretudo de calçados e de têxtil-confecção para a região Nordeste e, em particular, para o Ceará. Essa busca por esses setores era muito forte na Paraíba.

Outra tendência da reestruturação espacial diz respeito a tendências de deslocamento das indústrias do centro comercial para outorredução de grandes estabelecimentos industriais em Fortaleza, ou seja, os grandes grupos deslocam espacialmente sua produção em busca de espaços que possam lhes oferecer melhores taxas de lucros ou superlucros. A fonte desses superlucros, ao contrário do que supõe as teorias tradicionais de localização, é moldada pela

dinâmica de acumulação dos capitais monopolistas através de vantagens fiscais, aumento da taxas de mais-valia etc.

A nova industrialização do Nordeste brasileiro está baseada na mesma ótica global de reestruturação do capital que busca constantemente oportunidades de superlucro. Daí essas indústrias migrarem para espaços “vazios de práticas capitalistas”, onde sejam maiores as vantagens com a oferta de incentivos fiscais, baixo custo da mão-de-obra assalariada, menor resistência organizada do trabalho (sindicatos), crescentes mercados consumidores, etc.

O estado do Ceará foi o primeiro “espaço regional” a iniciar esse processo de “guerra fiscal”, iniciando uma corrida pela atração industrial, tendo como principal foco atrativo os incentivos fiscais e baixos salários. Esse fato o levou a ser, entre os estados nordestinos, no ano de 2000, aquele que apresentou o maior estoque de empregados no setor industrial. Esse resultado se deveu ao crescimento do emprego industrial acima da média nacional e regional.

A ser uma indústria zona da mata açucareira e a região Metropolitana de Maceió polarizam o emprego nos diversos setores da economia, sobretudo o emprego industrial e no comércio, favorecendo uma organização espacial centralizada onde concentrando renda nestes território cria, por outro lado, uma situação de miséria e abandono do poder público.

Contudo, esse crescimento do emprego deve ser melhor qualificado. O emprego cresceu, mas cresceu nas faixas onde a média salarial é mais baixa. O fenômeno do crescimento do trabalho formal no Brasil e no nordeste, do trabalho com carteira assinada, deve ser analisado no interior de uma totalidade concreta. Assim procedendo, vê-se que o resultado logo se metamorfoseia em precarização do trabalho considerado em sua totalidade sócio-espacial. Quando se compara o valor pago ao trabalhador no Centro-Sul, percebe-se que esse é três vezes maior que o pago no nordeste,

Para que o Ceará atingisse índices de crescimento acima da média nacional e regional, o papel do Estado em articulação, como o capital monopólico, foi decisivo.

A dilapidação dos fundos públicos pela classe empresarial tornou o Ceará um espaço bastante atraente ao construir diversas infraestruturas básicas para alicerçar a nova base produtiva necessária à indústria. Para isso, investiu-se na construção do porto do Pecém, do aeroporto internacional Pinto Martins, obras de gerenciamento, controle e distribuição de água, como o Castanhão e o Canal do Trabalhador, além de todo o gerenciamento das bacias hidrográficas dos rios perenizados; ampliação da oferta de energia elétrica, através dos pólos eólicos; melhoria nas qualidades das rodovias, com o recapeamento e construção de novas

estradas. Enfim, estabelecer as estruturas de suporte para a acumulação do capital. O estado foi sem dúvidas um agente direto e importante nesse processo de “atração industrial” ou “sedução do capital”.

Primeiramente, é um processo que tem uma forte intervenção estatal, seja no fornecimento de terrenos, e construção de galpões e infra-estruturas de água e energia etc, ou seja, na distribuição espacial dos estabelecimentos através da oferta diferenciada de incentivos por regiões de desenvolvimento.

A diferenciação espacial dos incentivos fiscais no estado do Ceará favoreceu a redistribuição espacial da indústria e do trabalho industrial, tanto quantitativamente, como qualitativamente. Esse fato é percebido pela diminuição relativa do número de estabelecimentos industriais e postos de trabalho em Fortaleza. Essa perda de Fortaleza foi, sobretudo, nos estabelecimentos de grande porte que utilizam uma força de trabalho intensivo.

Alagoas por possuir uma atividade industrial concentrada na atividade sucroalcooleira e por monopolizar a economia do estado é fragil. Esse processo é um território marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas, frutos do seu processo de formação histórico que teve como base o latifúndio da cana-de-açúcar, no litoral, e o da pecuária, no sertão. Diferenças apontadas também por uma modernização que se materializaram produzindo formas territorialmente diferenciadas no espaço. Um mosaico de conflitos e lutas de classes, onde as elites dominantes, bastante conservadoras, impuseram um modelo de desenvolvimento baseado nas atividades econômicas do setor sucroalcooleiro

A “interiorização do processo industrial” está longe de ser um fenômeno generalizado, esta penetração de indústrias no interior foi seletiva. Os ramos que mais se interiorizaram foram os que utilizam o trabalho intensivo, como os setores de calçados, confecção, têxtil e alimentício. Os municípios mais afetados foram os de médio porte, como Sobral, Crato, Juazeiro do Norte e Iguatu. Alguns outros municípios menores, como Marco, Russas, Canindé, também foram afetados, porém em menor volume. Em Alagoas o processo de atração é incapaz de conduzir indústrias para o interior.

É importante destacar que os ramos industriais que se deslocaram em maior número para o interior foram aquelas em que a composição orgânica do capital é baixa, como já foi analisado. A interiorização industrial segue uma lógica: a da maior possibilidade de superlucro.

Essa lógica é a das empresas monopólicas ou oligopólicas, como é o caso da Grendene, que agindo mesmo dentro dos limites da CLT explora o diferencial de baixos salários com relação aos pagos no Sul do país. O porte do capital define também o maior “poder de barganha” com relação aos incentivos fiscais. Por possuir uma produtividade acima da média social, tem capacidade de extrair mais-valia absoluta em espaços de baixa

sindicalização e onde a pressão do exército industrial de reserva sobre os empregados mantém os salários reduzidos.

Tal conjunto de vantagens possibilita às grandes empresas escolherem onde querem se instalar, pois elas próprias criam suas externalidades. Diferente dos pequenos capitais que não possuem essa capacidade, estas normalmente se instalam onde essas externalidades estão postas. Daí a RMF, e, sobretudo, Fortaleza não terem reduzido o número de estabelecimentos e nem perdido emprego nesses setores.

Uma conclusão fundamental diz respeito às limitações das teorias tradicionais de localização industrial. Seus pressupostos, oriundos da microeconomia de concorrência perfeita, não dão conta dos processos concretos da dinâmica capitalista moldados pela concorrência monopolista. Desse modo, os resultados da pesquisa empírica mostraram que a busca de centralidade espacial permanece apenas onde os capitais individuais são pouco centralizados economicamente.

A industrialização no Ceará insere-se rapidamente dentro da nova ótica da divisão do trabalho no Brasil. Alguns ramos que eram praticamente inexpressivos no estado, como o setor de calçados emborrachados, tiveram espetacular crescimento. O polo calçadista cearense foi o que mais se destacou nesse processo, atraindo diversos grupos nacionais distribuídos espacialmente entre vários municípios cearenses. O setor têxtil, por outro lado, apresentou menor crescimento relativo, pois já estava consolidado como um dos principais polos do Brasil.

O balanço dos resultados da nova espacialização industrial do trabalho no Ceará mostra uma dimensão do complexo de reestruturação que afetou profundamente o mundo do trabalho. A dispersão espacial de grandes e novos contingentes operários e a alteração de seu perfil salarial e educacional estão entre esses resultados. A precarização do trabalho em sua totalidade remete, portanto, aos fios condutores da conexão socioespacial como mediação necessária para seu desvendamento.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História colonial. 1500-1800 . 7^a ed. renovada de e prefaciada POR José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000 (Coleção Grandes nomes fazer Pensamento Brasileiro)

ALBUQUERQUE, Isabel Loureiro de. *Notas sobre a História de Alagoas*. Maceió: SERGASA, 1989.

ALMEIDA, Diego Gadelha de. Indústria e Reestruturação Sócio-Espacial: a inserção de Sobral (Ce) na divisão espacial da produção calçadista. (Dissertação De Mestrado). Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará, 2009

ALTAVILA, Jayme de. História da Civilização das Alagoas. 5^a ed. Maceió. Biblioteca Pública Estadual, 1967

ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1923.

AMORA, Zenilde Baima. Aspectos históricos da industrialização no Ceará. In: SOUZA, Simone (org.) História do Ceará. Fortaleza; Fundação Demócrito Rocha, 1989. p. 121-128

ANDRADE, Manoel Correia. Usinas e destilarias das Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço. Maceió: EdUFAL, 1997.

_____. Espaço, Polarização e Desenvolvimento: uma introdução à Economia Regional. 5^a ed. São Paulo: Atlas, 1987.

_____.; A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7^a ed. Rev. e aumentada. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A Terra e o Homem no Nordeste. 22 ed. (Revista e Atualizada) São Paulo: Brasiliense, 2005

_____. Os Rios do Açúcar do nordeste oriental. OS rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. Vol. 1, Recife, Coleção olhar de fora. UFAL, 2010.

_____. Formação econômico-social e processos políticos no Nordeste brasileiro. In: MARANHÃO, Sílvia (org.) A questão Nordeste: Estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. A Produção do Espaço norte-rio-grandense. 2 ed. Natal: UFRN. Pró-Reitoria de Extensão; FUNPEC, 1994 (Seca: Coleção Especializada, série c,1)

_____. Um Livro e os Vários Nordestes em Lição de Vida. João Pessoa: RevistaUNIPÊ (1) 2002, p. 12-20.

_____. O Geógrafo e o Cidadão (org.) José Lacerda Felipe. Natal: UFRN – CCHLA,1995.

_____. O Nordeste de Ontem e de Hoje: continuidade e rupturas. In: Manuel Correia de Andrade: o geógrafo e o cidadão. (org.) José Lacerda Felipe. Natal: UFRN/CCHLA,1995. p. 16-25

ANTUNES, L. Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

_____. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. ANTUNES, Ricardo (org.). Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999a.

_____. Os Sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999b.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. A trajetória da indústria têxtil no Ceará: o setor de fiação e tecelagem – 1880 – 1950. Fortaleza: Edições UFC/ Stylus, 1989.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Industrialização do Nordeste: intenções e resultados. In: MARANHÃO, Sílvia (org.) A questão Nordeste: Estudos sobre

formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. Nordeste, Nordestes: Que Nordeste? In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares & SILVA, Pedro Luiz Barros. Desigualdades Regionais e desenvolvimento. São Paulo: FUNDAP; Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, p. 125-156. (Federalismo no Brasil)

_____. Ensaios sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2000.

_____. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. Estud. av. v.11 n.29, p.7-36, São Paulo jan./abr. 1997 Revista da FIEC. Fortaleza: Ano 5 - Edição 53 - outubro de 2011

ARAÚJO, Iara Maria de. Os novos espaços produtivos – relações sociais e vida econômica no cariri cearense. (Tese de doutorado) Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2006.

ARRUDA, Gerardo Clésio Maia. O sol nascente na terra do sol: impactos sociais da japonização do processo de trabalho na indústria cearense. Fortaleza, 1995. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Ceará.

ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. Ferrovias de Papel: projetos de domínio territorial no Ceará (1864-1880). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011 (Dissertação de Mestrado)

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e Cidades do Brasil Colonial: Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva. Separata do Boletim de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, n. 208, 1956.

AZZONI, Carlos Roberto & FERREIRA, Dirceu Alves. Competitividade regional e reconcentração industrial: o futuro das desigualdades regionais no Brasil. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 28, n. especial, p. 55-85, julho. 1997

BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo; Hucitec, 1996.

BEYNON, Huw. As práticas do trabalho em mutação. ANTUNES, Ricardo (org.). Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). Manual de localização industrial: tentativa de adequação da teoria à realidade. Elaboração de Fernando de Oliveira Mota. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1960.

BOYER. Robert. A teoria da regulação. São Paulo, Nobel, 1990.

BRANDÃO, Octávio. Canaes e Lagôas: os canaes, visto de cima dos cadoz. Rio de Janeiro, Jacintho Ribeiro dos Santos, 1919.

BRASIL, SUDENE. Pesquisa sobre a indústria têxtil do Nordeste do Brasil - 1969. Recife: MINTER, SUDENE, 1971

_____ Pesquisa sobre a indústria têxtil do Nordeste do Brasil - Recife: MINTER, SUDENE, 1977

BRAZIL, Thomas Pompeu de Souza. Estado do Ceará na exposição de Chicago. Fortaleza. Typographia d'A Republica, 1893.

BRUNO, Ernani Silva. História do Brasil – Geral e Regional: Nordeste (Maranhão – Piauí – Ceará – Rio Grande do Norte – Paraíba – Pernambuco – Alagoas). São Paulo: Cultrix, 19XX. Vol. II.

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo: Difel, 1977.

CASCUDO, Luis da Camara. Geografia do Brasil Holandês, Livraria José Olympio. Rio de Janeiro, 1956

CEARÁ. A Evolução do PIB dos Estados e Regiões Brasileiras no Período 2002-2009: valores definitivos. Fortaleza: IPECE, Informe, nº 20, Dezembro, 2011 Site consultados <http://www.cede.ce.gov.br/cede/politica-de-desenvolvimento/Legislacao%20de%20Incentivos%20Fiscais.pdf>

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. Revista Outubro, São Paulo, n.5, out. 2001.

COIMBRA, Ricardo Aquino. Perfil da nova indústria cearense no período 1991 – 1995. determinantes da composição espacial e setorial. Fortaleza, 1998. (Dissertação de mestrado) – Universidade Federal do Ceará.

CORRÊA, Roberto Lobato. A rede urbana. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

_____. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da & CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. Repensando a teoria dos lugares centrais. In: SANTOS, Milton (coord.). Novos Rumos da Geografia Brasileira. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.25-34.

CORREIA, Telma de Barros, 1998. Pedra: plano e cotidiano operário no sertão. Campinas, Papirus.

CASTRO, Guiomar Alcides de. São Miguel dos Campos. 2ª Ed. São Miguel dos Campos: Prefeitura de São Miguel dos Campos, 1991.

COSTA, Craveiro, História da Alagoas. Resumo Didático. Rio de Janeiro/Maceió. Melhoramentos, Sergasa, 1983(1929).

_____. Maceió: José Olympio & Prefeitura de Maceió, 1939

DEAN, Warren, A ferro e fogo – a história e a devastação da mata Atlântica brasileira, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil – 1889 1930. 9. ed. São Paulo: Atual Editora, 1991. (Histórias em documentos)

DERBY, Orville Adalbert. Contribuição para o estudo da Geologia do Valle do Rio S. Francisco. Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1879, Volume 4, p. 87-119

DIÈGUES JÚNIOR, Manuel. O Banguê nas Alagoas. Maceió: Edufal, 1980.

DINIZ, Clélio Campolina. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. Belo Horizonte: CEDEPLAR/ FSCE/ UFMG, 2001. (texto para discussão nº 159)

DINIZ, Clélio Campolina & SANTOS, Fabiana Borges Teixeira. Sudeste: heterogeneidade estrutural e perspectivas. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares & SILVA, Pedro Luiz Barros. Desigualdades Regionais e desenvolvimento. São Paulo: FUNDAP; Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, p. 125-156. (Federalismo no Brasil)

DOM PEDRO II. Diário de viagem ao norte do brasil. Bahia: publicação da Universidade da Bahia. 1959. 319p

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-Fim. A Geografia Alagoana ou Descrição Física, Política e Histórica da Província das Alagoas. Maceió: Edições Catavento, 2001.

_____. *Elementos de Geografia e Cosmografia alagoana*. 3 ed. Maceió: TYP da Gazeta de Notícias, 1885

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 7. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

FERREIRA, Assuéro. O crescimento recente da economia cearense. Fortaleza. Revista de Economia do Nordeste. Fortaleza: v. 26, n. 2. p. 157-180, abr/ jun. 1995.

FERREIRA, Maria de Fátima Silveira & LEMOS, Mauro Borges. Localização industrial e fatos estilizados da nova reconfiguração espacial do Nordeste. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 31, n. Especial p. 484-507, novembro 2000.

FIGUEREDO JR. José Bento da Cunha Viagens de José Bento da Cunha Figueredo Jr a Provincia das Alagoas, Maceió, 2010 (1860).

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 6. ed. São Paulo: F. de cultura, 1980.

. GALVÃO, Olímpio Eusébio de Arroxelas e ARAÚJO, Tibúrcio Valeriano de. Compilação das leis províncias das Alagoas de 1835 a 1870, Maceió Tip. Comercial de A. J. da Costa.

GALINDO, Osmil & SANTOS, Valdeci Monteiro dos. Centro-Oeste: evolução recente da economia regional. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares & SILVA, Pedro Luiz Barros. Desigualdades Regionais e desenvolvimento. São Paulo: FUNDAP; Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, p. 125-156. (Federalismo no Brasil)

GIRÃO, Raimundo . Bandeirismo baiano e Povoamento do Ceará. Revista do Instituto Histórico do Ceará- RIHCE, p. 142 – 156 Vol. 3, 1942,

GOUVEIA, Robert Paula. O trabalho na indústria: antes, agora... O caso das confecções cearenses. Fortaleza, 1997. (Dissertação de mestrado) – Universidade Federal do Ceará.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Plano de Governo do Estado do Ceará de 1971-1974 (PLAGEC). Fortaleza: SEPLAN, 1971.

_____. Plano de Mudanças 1987-1991. Fortaleza: IMPLANCE 1987.

_____. Plano de desenvolvimento sustentável do Ceará – 1995-1998: Fortaleza: SEPLAN, 1995.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral & Maria Stela Gonçalves. São Paulo: edições Loyola. 1989.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. Formas de dominação e espaço social – A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero; [Brasília, DF]: MCT/CNPq, 1988.

_____. Versões de uma crise: o caso do açúcar no sul de Alagoas, Boletim do Museu nacional, Nova série, Rio de Janeiro, n. 46, 1983.

HOBSON, John A. A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada. São Paulo: Nova Cultura, 1983.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 7. ed. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1973. (Coleção documentos Brasileiros).

HUM BRASILEIRO, opúsculo da Descrição geographica e thopographica, phizica e histórica das Alagoas no império do Brasil. Typ. De Berthe e Haring, Rio de Janeiro, 1901 (1844).

HUNT. E.K. História do pensamento econômico. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

IZIDORO, Francisco. Descrição dos municípios do Estado, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, 1901 N. 02, Vol. III

JUSTO, Wellington Ribeiro. Possíveis Impactos da Ferrovia Transnordestina na Economia do Cariri Cearense: uma Abordagem do Modelo Centro-Periferia. Revista De Desenvolvimento Do Ceará, Fortaleza, Ipece, nº 01, Outubro, 2010.

LEMENHE, Maria Auxiliadora, As razões de uma cidade: conflito de hegemonias, Fortaleza, Stylos Comunicações, 1991

LEFEBVRE, Henri. O direito a cidade. São Paulo: Gráfica Arupês, (Coleção Documentos), 1969.

_____. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999

LENIN, V. I. Imperialismo, fase superior do capitalismo. In: Obras escolhidas em três tomos. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

LESSA, Carlos. A estratégia de desenvolvimento, 1974-1976; sonho e fracasso. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, IE, 1998.

LESSA, Juvêncio – Retalhos Históricos da Economia do Nordeste. In Anais do centenário da Associação de comercial de Maceió, 1967.

LIMA, Araken Alves de. A agroindústria canavieira alagoana – Da criação do IAA à desregulamentação na década de 1990. Campinas, 2001. Dissertação de mestrado. Instituto de Economia da Unicamp.

_____. Alagoas e o complexo agroindustrialcanavieiro no processo de integração nacional Campinas, 2001. Tese. Instituto de Economia da Unicamp.

LIMA, Policarpo. ECONOMIA DO NORDESTE: TENDÊNCIAS RECENTES DAS ÁREAS DINÂMICAS. Porto Alegre: Análise Econômica. Ano 12. Nº 21 e 22. Mar-Set/1994, p. 55-73

LIMA, Jacob Carlos. Negócios da China: a nova industrialização do Nordeste. Revista Novos Estudos/ CEBRAP, São Paulo, n. 49, p. 141-158, novembro, 1997.

LIMA, Luiz Cruz. A industrialização recente do Ceará: uma introdução. Revista Experimental, São Paulo, n. 3, p. 101-116, setembro, 1997.

LIPIETZ, Alain. Miragens e milagres: problemas na industrialização no terceiro mundo. Tradução de Catherine Marie Mathieu. São Paulo: Nobel, 1988a.

_____. O capital e seu espaço. Tradução de Manoel Fernando Gonçalves Seabra. São Paulo: Nobel. 1988b.

LUXEMBURG, Rosa. A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo; anticrítica. Apresentação de Paulo Singer. Tradução de Marijane Vieira Lisboa & Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Abril Cultural, 1984, Volume I & II.

MAMIGONIAN, Armen. O Nordeste e o Sudeste na divisão regional do Brasil. Geografia Econômica: Anais de Geografia Econômica e Social. Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina, p.49-70, Abril, 2009.

MEDEIROS NETO, Luiz. História do São Francisco: tese para concurso da cadeira de história do Brasil do Instituto de Educação. Maceió: Casa Ramalho, 1941.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. Apresentação de Paulo Singer. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade & Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Col. Os Economistas).

MARSHALL, Alfred. Princípios de economia. Introdução de Ottolmy Strauch. Tradução revista de Romulo Almeida e Ottolmy Strauch. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. Livro segundo, Volume III.

_____. O capital: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Livro primeiro. Volume II.

_____. O capital: crítica da economia política. Tradução de Reginal Sant'Anna. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. Livro terceiro, Volume IV.

_____. O capital: crítica da economia política. Tradução de Reginal Sant'Anna. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Livro primeiro, Volume I.

_____. Manuscritos econômicos-filosóficos. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl & Engels, Friedrich. Manifesto do partido comunista. Tradução de Silvio L. Sant'Anna, São Paulo: Martin Claret: 2001 (1847).

MELO, Marcus André B. C. de, GUNN, Phil, GONDIM, Linda M.P. & LUBAMBO, Catia. Elites empresariais, processo de modernização e políticas públicas: o caso do Ceará. Fortaleza: IEC, 1994.

MELO NETO, João Cabral de. Serial e antes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MIRANDA, Agenor Augusto de. O rio São Francisco como base do desenvolvimento econômico do nosso vasto interior. São Paulo: Companhia editora nacional, 1936

MILANI, Carlos R. S. La globalisation, les organisations internationales et le débat sur la gouvernance. Paris: GEMDEV, 1998. Regards Croisés sur la Mondialisation, p. 87-108. (cahier n° 26).

MINTER/ SUDENE. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste: documento do GTDN. 2. ed. Recife: SUDENE, 1985.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueredo. Aspectos geográficos do baixo São Francisco, São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Avulso. N. 05, 1962.

MOREIRA, Maurício Mesquita. A indústria brasileira no anos 90. O que já se pode dizer? [S.L: s.n], [2000?], p. 293-332.

NOBRE, Geraldo. O processo histórico de industrialização do Ceará. Fortaleza: SENAI/DR-CE. 1989.

OFFE, Claus. Capitalismo Desorganizado. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. A economia da dependência perfeita. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, Coleção Biblioteca de Economia.

_____. Os direitos do anti-valor: economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PAIM, Gilberto. Industrialização e economia natural. Ministério da Educação e Cultura- Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, 1957.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. "O Povoamento do Nordeste Brasileiro". In: Revista do Instituto do Ceará, t.51. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1937

PEREIRA JR, Edílson Alves. Industrialização e reestruturação do espaço – O caso de Horizonte-Pacajus (CE). Fortaleza, 2001. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará.

PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social – 1860 – 1930. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Multigraf Editora Ltda, 1993.

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997 (1942).

RANGEL, Ignácio. Recursos ociosos e política econômica. Rio de Janeiro, contraponto, 2005 (1960), Vol. 01, Obras reunidas.

_____. Recursos ociosos e política econômica. Rio de Janeiro, contraponto, 2005 (1960), Vol. 02, Obras reunidas.

Revista de Engenharia. Rio de Janeiro. Ano II, num 7, p.119, 1880

Revista do Instituto Archeologico e Geographico de Alagoano (RIHGAL). 1872. Ano I. Nº1

_____ 1875. Ano 4. Nº 6.

_____ 1877. Ano 6. N 10

ROSA, Antônio Lisboa Teles da. Crescimento e mudança tecnológica: o caso da indústria cearense durante o período de 1970-80. In: MELO, Maria Cristina P. (org.) Modernização tecnológica e competitividade industrial. Fortaleza: UFC/ CAEN, 1992. p. 85-113

ROSA, Antônio Lisboa Teles da & ALVES, Francisco Ferreira. Efeitos da globalização sobre a economia cearense. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2001.

SAMPAIO, Jose Levi Furtado & MORAIS, Odilon Máximo de. Industrialização e meio ambiente no Ceará. In: Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: 2002 (Comunicações coordenadas).

SAMPAIO Teodoro . O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina. Rio de Janeiro, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1933, volume 167, p. 285

SANTANA, Eudoro. “O ceará na ‘era Tasso’: fantasia ou realidade?”. Pronunciamento na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Em 30.03.2000.

SANT’ANA, Moacir Medeiros de. Contribuição à História do Açúcar em Alagoas. Museu do Açúcar, Recife, 1970.

SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil território e sociedade no início do século XXI. 9. Edição Rio de Janeiro, Record, 2006.

SANTOS, Theotonio dos. Revolução científico-técnica e a acumulação de capital. Tradução de Jaime Clasen. Pretopolis: vozes, 1987.

SILVA, Jose Borzacchiello da. O algodão na organização do espaço. In: SOUZA, Simone (coord.). Historia do Ceará. Fortaleza; Fundação Demócrito Rocha, 1989.

SINGER, Paul. A crise do “milagre”: interpretação da economia brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

SMITH, Roberto. Troca desigual e regionalismo: uma avaliação da industrialização recente do Nordeste brasileiro: o complexo industrial Têxtil. Fortaleza, 1981. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Ceará.

SOARES, Francisco de Assis & ROCHA, Euripides Ewbank. O pioneirismo do Ceará em programas de industrialização. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza. v.20, n. 3, p. 247-265, jul/set, 1989.

SOJA, Edward W. Geografia pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social. Tradução de Vera Ribeiro; Revisão Técnica de Bertha Becker & Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993. 324p.

SOUSA, José Weyne de Freitas. Política e Seca no Ceará: um projeto de desenvolvimento para o Norte (1869-1905). São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo, 2009 (Dissertação de Mestrado)

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Senador Pompeu: um geógrafo do poder no Império do Brasil. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo/USP, 1997

SUDENE & BNB. Relatório de pesquisa sobre o desenvolvimento da indústria incentivada do Nordeste 1988. Recife: SUDENE, DPG/PLI. 1992

TENÓRIO, Douglas Apratto, 1997, *Metamorfose das Oligarquias*. Curitiba, HD Livros.

_____. Capitalismo e ferrovias no Brasil, Maceió, 1979, EDUFAL.

TEXEIRA, Francisco José Soares. CIC: a "razão esclarecida" da FIEC. Fortaleza: IMOPEC, 1994.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ & PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA. Trabalhos científicos: organização, redação e apresentação. Fortaleza: EDUECE, 2003.

VALLUX, Camilo. El suelo y El Estado- Geografia Social, Madrid, 1914

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José C. de. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WILSON, Hugo. Estrada de Ferro Central da Provincia das Alagoas e seus ramaes e a navegação das lagoas a ella ligada. Bahia: Typographia de J.G. Tourinho, 1872.

SITES CONSULTADOS

ABICALÇADOS. Relatório primeirp semestre de 2012.disponivel em: www.Abicalçados.com.br

M. DIAS BRANCO- . Relatório M. Dias Branco- resultados 2T12(segundo trimestre de 2012).Disponível em:

<http://www.mzweb.com.br/mdiasbranco/web/arquivos.pdf>